

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Gustavo Henrique Gomes de Almeida

**Do Japão ao Brasil : trabalhadores japoneses em São Paulo
(1908-1922)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social.

Michael Mc Donald Hall

orientador

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

AL64d Almeida, Gustavo Henrique Gomes de, 1981-
Do Japão ao Brasil: trabalhadores japoneses em São
Paulo (1908-1922) / Gustavo Henrique Gomes de Almeida.
-- Campinas, SP : [s. n.], 2012.

Orientador: Michael McDonald Hall.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Imigrantes – São Paulo (SP) – História – 1908-1922.
2. Japoneses – São Paulo (SP). 3. Trabalhadores.
4. Mobilidade espacial. I. Hall, Michael M. (Michael
McDonald), 1941- II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: From Japan to Brazil: japanese workers in Sao Paulo
(1908-1922)

Palavras-chave em inglês:

Immigrants – Sao Paulo (SP) – History – 1908-1922

Japanese – Sao Paulo (SP)

Workers

Spatial mobility

Área de concentração: História Social

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

Michael McDonald Hall [Orientador]

Endrica Geraldo

Célia Sakurai

Data da defesa: 29-02-2012

Programa de Pós-Graduação: História

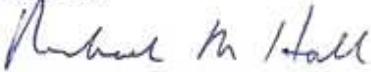
GUSTAVO HENRIQUE GOMES DE ALMEIDA

*Do Japão ao Brasil : trabalhadores japoneses
em São Paulo (1908-1922).*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do
Prof. Dr. Michael Mc Donald Hall.

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 29 / 02 / 2012.

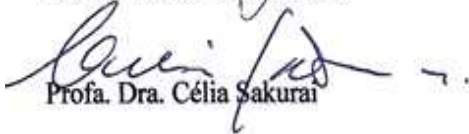
BANCA



Prof. Dr. Michael Mc Donald Hall (orientador)



Profa. Dra. Endrícia Geraldo



Profa. Dra. Célia Sakurai

Profa. Dra. Priscila Nucci (suplente)

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (suplente)

FEVEREIRO/2012

Agradecimentos

Gostaria de começar expressando meus agradecimentos aos meus amigos, colegas e familiares; se a presente dissertação possui algum mérito, certamente se deve ao apoio e ajuda dessas pessoas.

Agradeço especialmente meu orientador, professor Michael Hall, por sua orientação não apenas nos estudos sobre imigração, mas como acadêmico e como pessoa. As conversas com o professor Michael nunca trazem marcas do autoritarismo; suas sugestões, perguntas e provocações são feitas com uma admirável maestria sem, contudo, deixar de ter uma simplicidade e elegância surpreendente.

Devo ainda agradecer aos colegas: Robério S. Santos, Melina Rovina e Renata Xavier que me indicaram referências encontradas ao longo de suas pesquisas. Aqui registro também minha gratidão especial ao colega Marcelo Chaves, que sugeriu e disponibilizou parte de seu material de pesquisa. Marcelo gentilmente cedeu suas cópias do Boletim do Departamento Estadual do Trabalho por alguns dias, material de onde eu retirei vários textos que se mostraram essenciais para a pesquisa. Também tenho uma dívida com Ana Flora, Raquel Gryszczenko, e Kleber Amâncio que leram os textos e fizeram sugestões. A presente dissertação não seria possível sem a colaboração desses amigos.

Agradeço ao professor Cláudio Batalha e Dra. Endrica Geraldo que fizeram parte do exame de qualificação e apresentaram críticas que me levaram a repensar vários pontos. Dra. Endrica merece minha gratidão reiterada por ter aceitado participar da banca de defesa. Dra. Célia Sakurai, também participante da banca, muito me honrou ao aceitar o convite com muita simpatia. Rendo ainda meu muito obrigado a Dra. Priscila Nucci e Professor Fernando Teixeira que se dispuseram como membros suplentes da banca.

Quero saudar ainda os amigos do tempo da graduação, pela amizade, momentos de descontração e auxílio nos mais variados assuntos. Além dos já citados, Kleber, Raquel, Renata e outros, menciono ainda: Rafael Pavani, Breno Juz, Caio Pedrosa, Taís Machado, Juliana Lopes, Lis Coutinho, Rafaela Martins, Michelle Tasca, Luna Lobão, Daniele Megid, Laura Fraccaro, Marcelo Cunita, Alessandra Pedro, Olavo Marchetti, Márcio Mendes. Devo ainda mencionar os amigos de pós-graduação: Maurício G. Corrêa, Rafael Cunha, Camilo Araujo, David Lacerda, Socorro Araújo, Laila Brichta, dentre outros que o tempo e espaço disponível não permitem que sejam devidamente lembrados.

Também saúdo os amigos que fiz enquanto estive no Japão como aluno/pesquisador da Universidade Keio. Agradeço ao amigo e professor Toshio Yanagida, que me apoiou e orientou no tanto no mundo acadêmico quanto na sociedade japonesa. Expresso minha estima e gratidão também aos alunos do grupo de pesquisa do professor Yanagida, pessoas com quem compartilhei momentos de estudos e descontração inesquecíveis.

Devo ainda saudar os demais alunos estrangeiros e outras pessoas com quem eu convivi enquanto eu estive no dormitório de Komaba, em Meguro-ku. Dentre esses, sou especialmente grato aos amigos brasileiros com quem morei e ao pessoal do *Komataiken kendo*, pessoas junto às quais vivenciei várias experiências boas e algumas más, de momentos de incerteza e apreensão, situações que forjaram amizades que espero levar pelo resto da vida.

Não poderia faltar meu agradecimento a meus familiares e a Ana Flora, pelo carinho e apoio, devo a eles mais do que jamais poderei escrever aqui.

Por fim, sou grato a Capes e ao Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia Japonês (*Monbukagakusho*) pelas bolsas conferidas.

Apesar de toda a ajuda recebida, os erros são de minha inteira autoria.

RESUMO

A presente dissertação aborda a imigração japonesa para o estado São Paulo entre 1908 e 1922. Tal recorte cronológico refere-se ao período que o governo paulista financiou parte das passagens daqueles que decidiram deixar o Japão e se dirigiram para as lavouras de café do estado. Um vez que a imigração nipônica é caracterizada pela vinda de trabalhadores e, portanto, trata-se de uma história que implica em operar com conceitos como classes e luta de classes, para a base teórica foram utilizados autores da história social inglesa. Especificamente foi abordada a relação das políticas migratórias e a autonomia dos migrantes, suas possibilidades de ação e reação, mesmo quando condicionadas por conjunturas sociais e políticas impostas. A presente pesquisa procurou evidenciar como mesmo em um cenário desfavorável, em que classes dominantes faziam o possível para controlar a mão-de-obra, havia a possibilidade de reação por parte de imigrantes. Para os japoneses, tais reações poderiam assumir aspectos de descontentamento aberto ou, de maneira mais discreta, através de atitudes cotidianas, como troca de fazendas, intercâmbio de informações entre trabalhadores e busca de melhores salários em outras ocupações. Mais do que simples ações do dia a dia, tais atos se tornavam um obstáculo para a realização dos objetivos de fazendeiros, especialmente quando multiplicadas por centenas de imigrantes. Trabalhadores deixando seus empregos afetavam a função principal do sistema de imigração, a saber: promover saturação do mercado de trabalho, que reduzia os salários e diminuía a capacidade de barganha dos colonos. Tendo em vista tal situação, na presente dissertação procuramos entender a relação de imigrantes japoneses com as classes dominantes de São Paulo, abordando atos de desafio aberto, mas sem descartar formas de resistência cotidiana, em especial a própria mobilidade espacial dos colonos ao se afastarem tanto de sua pátria quanto do sistema cafeeiro paulista para buscar melhores oportunidades e condições de vida.

Palavras-chave: imigração, japoneses, trabalhadores, mobilidade espacial, resistência.

Abstract

This thesis analyses Japanese immigration to São Paulo State between 1908 and 1922. This periodization refers to the period when part of the cost of passage was paid by the government, aiming to benefit immigrants who were coming to work in the coffee plantations. Considering the coming of the Japanese as part of the system to obtain a labor force (therefore, a history in which class and class struggle are essential concepts), English social history provides a theoretical basis for the analysis. Specifically, the objective was to investigate immigrant autonomy, the possible of actions and reactions, even when these initiatives occurred in a given social and political context. Therefore this thesis tried to point out how, even in a system in which the labor force was closely controlled, there was in some degree a possibility of immigrants seeking their own interests. To the Japanese, these kinds of actions could be expressed as open revolts or, in more discrete ways, in resistance through everyday actions, for example, going to work on other plantation, seeking better salaries and exchanging information. Those initiatives, more than daily activities, also represented a constant struggle and imposed barriers to the *fazendeiros* and the Sao Paulo ruling class, especially when multiplied by many immigrants. Workers leaving their jobs affected directly the main goal of the immigration; namely, flooding the labor market to promote lower wages and to undermine collective bargaining. Regarding this situation, the thesis investigates the relation between Japanese immigrants and the ruling class, focusing on acts of open defiance like strikes, and everyday forms of resistance, as the *colonos* moved away from their birthplaces and coffee plantations, seeking better opportunities and living conditions elsewhere.

Keywords: immigration, Japanese, workers, spatial mobility, resistance.

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1 – Considerações sobre a bibliografia da imigração japonesa	21
Capítulo 2 – A emigração como opção	37
Capítulo 3 – A imigração para São Paulo	
3.1 O interesse prévio na imigração Asiática	77
3.2 Autonomia da imigração Paulista	82
3.3 A imigração japonesa e a situação do trabalho	95
Conclusão – A autonomia dos imigrantes	143
Referências	167

Introdução

Em 1908 desembarcavam no Brasil os primeiros japoneses, imigrantes subsidiados pelo governo de São Paulo e destinados a trabalhar nas fazendas de café. A chegada foi percebida de diferentes formas por diferentes grupos: teóricos raciais alertavam que se tratava de uma ação que colocaria em risco o futuro da raça brasileira; fazendeiros e o governo que concedia a subvenção esperavam que os japoneses fossem trabalhadores superiores aos europeus; grupos de imigrantes já instalados dividiam suas expectativas entre enxergar os japoneses como concorrentes e como companheiros, pessoas submetidas às mesmas condições de trabalho. Por sua vez, os próprios nipônicos viam a migração como uma oportunidade de ganhar a sorte ou simplesmente sobreviver fora de sua pátria. Os japoneses tinham consciência (ou, ao menos, a adquiriram rapidamente) que deixar sua terra natal era uma escolha arriscada e que no novo país precisariam lidar com uma situação delicada, em que interesses poderiam estar em conflito. Aos imigrantes da terra do sol nascente coube a tarefa de lidar com expectativas alheias da melhor forma possível, ao mesmo tempo em que tentavam garantir os próprios interesses.

O desembarque dos 781 japoneses em 1908 não seria o único, outras 42 levas também ocorreriam de forma análoga, ou seja, com imigrantes tendo que lidar com uma nova realidade. Assim como o desembarque inicial, todas as entradas até o ano de 1923 foram subsidiadas. Este intervalo de tempo, de 1908 a 1922, configurou-se como o período de incentivo do governo paulista à formação de uma corrente migratória nipônica, sendo que tal política sofreu apenas uma breve interrupção nos anos de 1915 e 1916. Até os primeiros meses de 1923, quando chegaram os últimos subsidiados, mais de trinta mil

japoneses já haviam entrado no estado, sendo que a maioria deles foi direcionada para fazendas de café.¹ Tal ação objetivava o mesmo que subvenções concedidas a outras nacionalidades: garantir um excesso de entradas de pessoas a fim de desvalorizar salários e facilitar o controle de trabalhadores².

Por outro lado, mesmo antes de se iniciar a imigração nipônica para o estado paulista, a política japonesa anterior às reformas do século XIX que limitavam a movimentação de pessoas precisou sofrer alterações significativas. Antes um país isolado, o estado nipônico precisou tornar-se industrializado, aberto às relações internacionais e interessado na mobilidade de pessoas. Agitações sociais e possibilidades de novos empreendimentos decorrentes da industrialização fizeram com que surgisse interesse na emigração, tanto por possibilidades de lucros de setores privados envolvidos no transporte de pessoas quanto por parte de governos preocupados em aliviar tensões sociais em regiões sensíveis. Também foi necessário que o cenário internacional fizesse com que a política japonesa favorável à emigração encontrasse a necessidade de mão-de-obra imigrante em São Paulo. Embora houvesse momentos em que um lado demonstrasse maior interesse do que o outro, a conveniência mútua faria com que a migração continuasse por vários anos, ao ponto que mesmo com o fim de subvenções por parte do governo paulista, o estímulo por parte do governo japonês daria continuidade às entradas até 1941. De seu começo até o início da Guerra do Pacífico, saíram em direção ao Brasil cerca de 180 mil japoneses.

Os nipônicos não chegam a constituir o maior grupo dentre os imigrantes, ficando numericamente atrás de trabalhadores italianos, portugueses e espanhóis. Entretanto, a

¹ NOGUEIRA, Arlinda R., *Imigração Japonesa para a Lavoura cafeeira Paulista: 1908-1922*, São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1973., quadro IV, p 204

² HALL, Michael M. “Os fazendeiros Paulistas e a Imigração” in TEIXEIRA, Fernando et al *República, Liberalismo, Cidadania*, Piracicaba: UNIMEP, 2003.

imigração japonesa foi bastante significativa, especialmente para São Paulo, estado que recebeu a maioria desses imigrantes asiáticos. Tal entrada de pessoas colocou situações complexas para fazendeiros e para o governo do estado, que, por vezes, precisaram mediar a oposição de teorias raciais, seus próprios interesses, a situação do mercado de trabalho e a demanda dos próprios trabalhadores.

Os imigrantes nipônicos que se encontravam no meio de duas políticas imigratórias estatais, a paulista e a japonesa, dificilmente poderiam ser vistos como simples seguidores de imposições de governos e classes dominantes. Mesmo tratando-se de camponeses e, em alguns casos, membros de outras classes desfavorecidas, pescadores, operários e artesãos demonstravam uma boa autonomia. A capacidade de decidir pelo êxodo baseava-se mais na percepção da situação de sua terra natal, redes de sociabilidade e alternativas viáveis que em iniciativas públicas ou propagandas em favor da saída ou da atração de pessoas para outros locais. Mais do que se sujeitarem a políticas impessoais ou abstratas, as pessoas visavam interesses próprios em sua movimentação espacial. Para os migrantes, insatisfação ou mesmo desespero, bem como expectativas e esperanças são tão ou mais significativas que subsídios em passagens.³

Tendo em vista o panorama apresentado, esta dissertação pretende abordar os contextos que se apresentavam aos migrantes, bem como a maneira como eles lidaram com tais situações. Os cenários aos quais os trabalhadores estavam expostos certamente condicionavam suas escolhas de vida, mas eram insuficientes para subjugar-los ou torná-los passivos. Nesse sentido, reações mesmo que limitadas tem um grande valor para se recuperar a história dos japoneses. O estudo aqui proposto espera contribuir com uma

³ HOERDER, Dirk *Cultures in contact: world migrations in the second millennium*, Durham: Duke University Press, 2002.

história social da imigração nipônica para o estado de São Paulo e, para tal, baseia-se em trabalhos como os do historiador E. P. Thompson.⁴ Dessa forma, buscou-se apresentar os limites e possibilidades da agência dos migrantes em contraposição às políticas públicas e interesses particulares, ou seja, a relativa capacidade de autonomia do migrante mesmo em situações socialmente determinadas. Com isso espera-se problematizar a própria movimentação dos japoneses, seus condicionantes sociais e seus desdobramentos, recuperando uma “visão a partir de baixo” da imigração, ou seja, vista pelos próprios nipônicos.

Para concluir tal objetivo, além do apoio bibliográfico⁵, foi realizada consultas em arquivos e bibliotecas⁶, locais onde se procurou investigar e descobrir documentos pertinentes.⁷ O resultado deste trabalho é aqui exposto na presente dissertação, que se organiza em três capítulos que são descritos a seguir.

No primeiro capítulo, procura-se realizar um balanço bibliográfico da imigração japonesa, levantando questões, apontando relações e possibilidades entre tal bibliografia e a presente dissertação. Uma vez que questões da história do trabalho seriam abordadas, também foi necessário recorrer à historiografia da imigração italiana, produção com maior tradição em tal tema. A iniciativa se mostrou fortuita, pois ao comparar os movimentos de

⁴ THOMPSON, Edward P., *A Formação da Classe Operária Inglesa*, 3 vols, Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987. THOMPSON, Edward P *Senhores & caçadores* : a origem da Lei Negra, Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1997.

⁵ Além da historiografia atual, podem ser destacados os estudos pioneiros da imigração japonesa, particularmente os trabalhos de Arlinda Rocha Nogueira e Hiroshi Saito, bem como informações oferecidas por memorialistas e biógrafos como Tomoo Handa e José Yamashiro.

⁶ Arquivo Edgard Leuenroth; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Biblioteca do Instituto Agrônomo de Campinas, Arquivo da Assembléia Legislativa de São Paulo, Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp; Biblioteca do Museu da Imigração de São Paulo, entre outros que não tiveram seus documentos diretamente citados.

⁷ Relatórios oficiais do governo de São Paulo (especialmente *Relatório da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo* e *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*), Debates parlamentares do congresso paulista, Publicação de leis e decretos, Periódicos para fazendeiros, Jornais de grande circulação, Documentos da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

italianos e japoneses, ficou claro que as duas imigrações possuíam pontos em comum. Ambos os países formaram seus estados-nacionais em períodos próximos e passaram pela formação do mercado capitalista, situação particularmente perversa com os camponeses, que levou ambos os países a efetivarem políticas de pacificação do campo através do alívio de pressão social via emigração.⁸ Outro ponto próximo era a ocorrência de uma maior identidade regional que, por vezes, sobressaíram-se mais que identidades nacionais. Mesmo que essas características não sejam suficientes para suplantar diferenças lingüísticas e culturais, certamente estimulam certa cautela quanto à simples conclusão de que o caso japonês foi diferente dos demais casos. Através dessa comparação entre as bibliografias pretendeu-se obter bases para argumentar em seguida que japoneses, mesmo sendo um grupo bastante discrepante, não constituíam um caso que devesse ser analisado de forma particular quanto às questões de trabalho.

O segundo capítulo procura contextualizar a saída de japoneses de sua terra natal, pois enquanto parte da historiografia argumentava que a saída de seus nacionais era uma medida de controle social relativamente ausente de autonomia da população camponesa, outros autores explicitavam a participação popular na tomada de decisão de emigrar⁹. Deste debate e lançando mão de bibliografia sobre o contexto social do Japão, concluiu-se que a insatisfação dos camponeses foi um fator relevante para a formação de uma política favorável ao êxodo. Embora seja evidente que programas de colonização e emigração iniciados no final do século XIX tenham ajudado a controlar distúrbios e revoltas no campo, a emigração não foi meramente um ato de anuência de uma classe dominante, foi também

⁸ FRANZINA, E. *A Grande Emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, ENDOH, T. *Exporting Japan: politics of emigration toward Latin America Urbana* : University of Illinois Press, 2009.

⁹ SAKURAI, Célia, *Imigração tutelada: os japoneses no Brasil*, Campinas, 2000. ENDOH, T. op cit. MORIYAMA, Alan Takeo, *Imingaiisha : Japanese emigration companies and Hawaii, 1894-1908*, Honolulu: University of Hawaii Press, 1985

uma requisição dos camponeses que buscavam alternativas à situação de miséria no campo, expropriação e concentração de terras e alistamento militar obrigatório e etc. Nesse sentido, a emigração foi o resultado de um jogo de forças entre classes dominantes e camponesas, uma vez que estes últimos apresentavam suas próprias motivações.

No capítulo terceiro, aborda-se como o país do sol nascente chamou a atenção das classes dominantes paulistas no princípio do século XX, despertando interesses tanto nas possibilidades comerciais quanto no fornecimento de imigrantes que viriam socorrer os fazendeiros que se encontravam desafiados pelas ações de outros imigrantes. Na visão de fazendeiros e outros membros das classes dominantes, a entrada dos japoneses representou uma alternativa aos imigrantes europeus insubordinados e potenciais elementos de subversão. Até o momento de sua chegada, os japoneses sintetizavam expectativas que antes eram conferidas aos imigrantes chineses ao longo do século XIX. Isso não significava que não se distinguiam ambas as nacionalidades, mas que assim como os chineses no final do século XIX, os trabalhadores japoneses foram vistos como uma possível solução para problemas de trabalho no século XX. De forma análoga aos anos finais da escravidão, quando problemas nas relações de trabalho estimulavam a busca de respostas na imigração chinesa, o período de trabalho livre com greves e insubordinação de europeus fazia ressurgir o interesse em asiáticos, especialmente com uso de trabalhadores japoneses como solução.

Para surpresa de classes dominantes, os japoneses não apresentaram atitudes muito diferentes das reações de outros imigrantes submetidos às mesmas condições. Quando se percebiam excessivamente explorados nas fazendas, os nipônicos realizaram demonstrações de descontentamento: fugas, abandono de postos de trabalho, troca e fazendas ao final de seus contratos ou o simples afastamento das zonas cafeeiras para

buscar novas e melhores oportunidades. E embora as ações fossem registradas em poemas estilo Haikai ou memórias escritas em ideogramas, a atitude de insubordinação e desafio assumia uma linguagem internacional que poderia ser entendida claramente pelos fazendeiros. Apesar de diferenças, os japoneses não se portaram de formas tão diferentes de outros trabalhadores insatisfeitos.

Capítulo 1 - Considerações sobre a bibliografia da imigração japonesa

Em 2001 o pesquisador de história do Japão Stewart Lone lançou um livro sobre a comunidade japonesa no Brasil, *The Japanese Community in Brazil, 1908-1940*.¹⁰ Este livro foi recebido com algumas ressalvas por pesquisadores da imigração e por autores interessados em ampliar estudos sobre a identidade dos japoneses e seus descendentes no Brasil.¹¹ Lone, pesquisador do militarismo japonês e relações com a sociedade civil, de fato, demonstra pouca familiaridade com a bibliografia de imigração, em especial para o caso brasileiro. Entretanto, o livro estimula alguns questionamentos pertinentes e merece alguma atenção a fim de não se jogar “o bebê fora com a água do banho”. Talvez o principal mérito do livro seja destacar a importância da agência dos japoneses, problematizando uma suposta passividade dos imigrantes frente às situações que são encontradas no Brasil. Lone abre esta frente de pesquisa ao questionar justamente estudos de grande influência, em especial, ao discordar das teorias de Takashi Maeyama que defendem que choques culturais sofridos pelos nipônicos implicavam na alienação e em certa medida incapacidade de lidar com a vida no Brasil.

¹⁰ LONE, Stewart *The Japanese Community in Brazil, 1908-1940: Between Samurai and Carnival*, New York: Palgrave, 2001

¹¹ LESSER, Jeffrey “Review: Stewart Lone. The Japanese Community in Brazil, 1908-1940: Between Samurai and Carnival” *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 83, No. 2, 2003; MOYA, Jose C. “Review: Stewart Lone. The Japanese Community in Brazil, 1908-1940: Between Samurai and Carnival” *The American Historical Review*, Vol. 108, No. 3, 2003.

Estudos que considerem a agência e peculiaridades de ação de migrantes não são novidades dentro da bibliografia sobre pessoas cruzando oceanos e fronteiras, mas a proposição para o caso japonês é muito bem vinda. Ainda hoje as teorias de Maeyama encontram alguma ressonância em estudos que destacam o isolamento dos japoneses, tais como alguns estudos sobre o preconceito e racismo, temas que parecem reforçar a idéia de certa alienação social. A aproximação destas linhas de pesquisa não poderia ser mais natural, uma vez que estes são recortes temáticos que privilegiam o conflito mais do que qualquer outra interação.

Esta é uma questão a ser pensada com cautela uma vez que estudos sobre discriminação e preconceito tem sido o principal tema dentro da bibliografia sobre a imigração japonesa no Brasil. É de se pensar, portanto, o quanto que uma bibliografia da imigração nipônica não está recriando estudos que reafirmam uma singularidade cultural e excepcionalidade dos japoneses, ou seja, privilegiando-se um recorte temático em que se ignoram demais interações sociais.

Tal questionamento é importante uma vez que em estudos sobre imigração japonesa, a questão racial por vezes parece sugerir que conflitos étnicos são intrínsecos à situação dos asiáticos. A bibliografia sobre o tema tem reiterado que tais grupos foram alvos de discriminações e ataques, concretizados por meio de poderes públicos, que fizeram uso de conceitos de hierarquias raciais para justificar planos políticos diversos, e em relações cotidianas entre pessoas, longe das esferas do poder. É inegável que não apenas japoneses, mas vários outros grupos que não se encaixavam em um padrão idealizado, foram sujeitos à violência de serem apontados como diferentes, sofrendo preconceito verbal, físico e jurídico. Mas quando pensamos nas relações entre pessoas e poderes públicos ou entre as pessoas comuns, seria o racismo o único resultado desse contato? Linhas dividindo

japoneses e outros imigrantes podem ser colocadas de forma tão natural? As pessoas e instituições podem ser resumidas a este aspecto? Parece coerente supor que as relações não eram exclusivamente pautadas por tensões raciais. Situações onde diferenças étnicas não parecem ter sido determinantes não foram raras e merecem atenção. De fato, em alguns momentos é possível perceber uma convivência minimamente civilizada, do contrário seria impossível que imigrantes do Japão e outros empregados trabalhassem lado a lado, em fazendas ou nas cidades, sem que houvessem elevados índices de violência.

A historiografia sobre a imigração japonesa tem identificado e analisado os racismos, mas, com poucas exceções, tem abordado os motivos que levaram pessoas a serem preconceituosas. Indivíduos – ou grupos de pessoas por de trás de instituições – podem ser igualmente racistas, mas podem o ser por motivos tão diversos quanto interesses pessoais ou coletivos permitem, situações que não são contextualizadas na maioria dos estudos sobre o racismo. De fato, a própria natureza do tema contribui para que se escreva bem mais sobre as representações racistas do que sobre os japoneses enquanto agentes históricos.

Enunciados dessa forma, tais colocações podem parecer uma desqualificação de trabalhos sobre racismo, entretanto, esse não é o objetivo do presente balanço bibliográfico. Delinear o preconceito dentro de uma sociedade não é trabalho simples, tampouco é inútil. Todavia, tal abordagem não sintetiza todas as relações que japoneses estabeleceram em terras brasileiras. A grande contribuição de estudos feitos por historiadores e antropólogos da questão racial e da imigração japonesa foi evidenciar que a sociedade receptora passava longe de ser tolerante e de receber todos de braços abertos. No geral, os estudos têm proposto questões e apresentado análises que recuperam o preconceito brasileiro ao longo do período de entrada de japoneses, seus momentos de maior ou menor preconceito e a

segregação imposta dos japoneses. Contudo, a ausência de uma historiografia pautada por questões diferentes tem relegado os japoneses a uma posição de coadjuvantes e, em boa medida, de figuras caricatas.

Ao focar em fontes que trazem o tema do racismo, privilegia-se a reconstrução histórica de um imigrante imaginado a partir de representações preconceituosas, ou seja, estereotipado. Por vezes mesmo os próprios preconceituosos são negligenciados, sobrando apenas uma história das representações racistas que são um tanto quanto deslocadas de um contexto social. Este é o caso, por exemplo, de Márcia Yumi Takeuchi e Jeffrey Lesser. É evidente que tais autores pretendem denunciar como os maus tratos e situações degradantes sofridas pelos imigrantes tiveram impacto na construção da imagem dos japoneses e na própria identidade nipo-brasileira. Algo que é, sem dúvida, uma atitude louvável, mas que tem relegado os japoneses e seus descendentes a reconstruções limitadas pela fala de preconceituosos.¹² Ao mesmo tempo são ignoradas questões importantes para história daqueles que saíram do Japão e vieram trabalhar no Brasil, uma vez que o preconceito tende a ser visto como uma resposta, sem que haja investigações mais profundas dos contextos que resultaram em atitudes racistas. Lesser, por exemplo, desconsidera classes sociais, explicitamente preferindo ignorar tal condição quando possível.¹³

Focalizar de maneira exclusiva análises em demonstrações de preconceito, sem que haja uma problematização de suas origens e desenvolvimento, acaba por dar a impressão de uma competição étnica natural ou simplesmente pautada nas diferenças físicas e culturais. Não se pode negar que esses elementos desempenhem fatores de catalisação na

¹² LESSER, Jeffrey A *Negociação da Identidade Nacional: imigrantes minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*, São Paulo: Editora Unesp, 2001; TAKEUCHI, Márcia Yumi . *O perigo amarelo – Imagens do mito, realidade do preconceito*, Dissertação (mestrado), USP, 2004

¹³ LESSER, J., op cit.. p 296

discriminação, mas me parece que o destaque dado a tais elementos seja mais produto do que a origem das ações racistas.

Longe de ser uma ciência uniforme, as teorias raciais que sustentavam argumentos preconceituosos apresentaram mudanças ao longo do século XIX e XX. Mesmo escolas contemporâneas seguiam linhas teóricas ligeiramente divergentes. Estudos como os realizados por Lilia Schwarcz, Nancy Stepan e Mariza Correa¹⁴, autoras que se dedicaram a problematizar a formulação e aceitação de teorias raciais, denunciam que havia uma historicidade na dinâmica de tais teorias, sendo que a suposta neutralidade científica e o meio acadêmico não eram suficientes para compreendê-las. Como mostram estas autoras, no Brasil, que dificilmente seria compreendido como um país racialmente puro e homogêneo, os teóricos raciais tiveram que encontrar novas justificativas e argumentos que se adequassem a este cenário. Dessa forma, mesmo para contemporâneos das teorias raciais, argumentos de cunho racial poderiam ser bastante subjetivos. Mesmo intelectuais ligados à classe média que tentavam proibir a entrada de imigrantes poderiam justificar tal medida como sendo em nome da pureza racial a ser desenvolvida ou poderiam apresentar objeções que refletiam o cenário internacional, representando uma reação a, por exemplo, o imperialismo japonês das décadas de 1920 e 1930¹⁵.

Além de ser necessário localizar a posição social desses intelectuais¹⁶, para estudos sobre o racismo também é necessário determinar outras pessoas-chaves para o processo migratório. Os membros das classes dominantes faziam pouca apologia da eugenia, mas

¹⁴ CORRÊA, Mariza, *As Ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*, Bragança Paulista: Edusf, 1998; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; STEPAN, Nancy Leys, *The Hour of Eugenics: Race, Gender and Nation in Latin America*, Ithaca: Cornell University Press, 1991

¹⁵ GERALDO, Endrica, *O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no Governo Vargas (1930-1945)*, tese de doutorado, Campinas, Unicamp, 2007.

¹⁶ CORREA, Mariza, *op cit*; SCHWARCZ, *op cit*

possuíam claramente um pensamento marcado por teorias raciais e não advogavam o preconceito sem antes medir as conseqüências em seus interesses. As teorias raciais poderiam ter utilização bastante diferente dependendo das motivações da classe social em questão.

Por sua vez, fazendeiros, grupo que representava a classe dominante no começo do século XX, incluindo membros que participavam do governo, manifestaram conhecimento, mas pouco interesse na aplicação de teorias eugênicas, entendida aqui como projeto de formação racial, pois em nenhum momento esta teoria se tornou um empecilho para a obtenção de trabalhadores ou na possibilidade estabelecer laços comerciais com o Japão. De fato, chega a ocorrer o oposto, havendo momentos no século XIX que se utilizou o argumento de hierarquia racial para justificar a entrada de asiáticos que, enquanto supostamente inferiores, receberiam de salários menores. Para o caso japonês, tal prática apenas foi impedida pela política do Japão recusar qualquer condição que não colocasse o país e seus nacionais em condições de igualdade às nações ocidentais.

Trabalhos recentes, como o de Endrica Geraldo e o de Rogério Dezem, têm se preocupado em esclarecer a genealogia de discriminações.¹⁷ Estes trabalhos têm fugido à simplificação da sociedade receptora que vai pouco além de pessoas que promovem o racismo simplesmente porque tem a oportunidade de fazê-lo. Estudos têm tentado atribuir uma consciência mais complexa aos racistas, como sujeitos passíveis de perceberem o contexto que os cercam, permitindo assim adotarem determinadas atitudes. Em sua tese de doutorado, Geraldo esclarece como o contexto internacional, em especial do império japonês em expansão, gerava discursos antinipônicos entre políticos, sendo, portanto, um

¹⁷ GERALDO, Endrica, op cit. DEZEM, Rogério. *Matizes do "amarelo": a gênese dos discursos sobre os Orientais no Brasil (1878-1908)*, São Paulo: Humanitas, 2005.

ataque mais em caráter nacionalista que étnico. Outro estudo monográfico, a dissertação de Rogério Dezem¹⁸, sugere que as diferenças entre japoneses e brasileiros levariam ao preconceito, mas que este preconceito estaria condicionado à situação nacional, como concorrência entre trabalhadores, e também ao cenário internacional, como o conflito entre Rússia e Japão. Dezem argumenta que era possível atribuir imagens positivas ou negativas de acordo com o momento.

Outro trabalho que merece menção é o estudo de Priscila Nucci que delineou e analisou o discurso preconceituoso (bem como seu desaparecimento) por parte de intelectuais e correntes de pensamento dos momentos de campanha antinipônica.¹⁹ Tal trabalho é importante, pois, assim como trabalhos de Mariza Correa e Lilia Schwarcz, problematiza as bases científicas em que se amparavam os discursos preconceituosos. Os trabalhos de Nucci, Geraldo e Dezem são importantes por tornarem as discriminações mais significativas, fugindo ao esquema de diferenças étnicas como causas exclusivas para explicar o preconceito.

A pesar dos avanços significativos nos estudos sobre racismo, é de se destacar que, mesmo quando há intenção de se problematizar essa historiografia, a história dos imigrantes continua sendo reconstruída em termos fortemente tributários ao tema da discriminação e segregação. De modo que há poucos estudos que coloquem o preconceito em segundo plano, priorizando, por exemplo, relações pautadas pelas condições de trabalho. Não se pretende dizer que estudos sobre preconceito sejam irrelevantes, mas que o racismo é insuficiente para explicar todas as relações entre os grupos étnicos.

¹⁸ DEZEM, Rogério. Op cit.

¹⁹ NUCCI, Priscila. *Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil: textos e silêncios*, tese de doutoramento, Campinas: [s.n.], 2000.

Atitudes racistas são indícios incompletos para definição das próprias fronteiras étnicas. Segundo Barth, a etnia é eminentemente um fenômeno condicionado pelo contato entre grupos, situação que estabelece fronteiras étnicas, e pela ecologia.²⁰ Na formação das fronteiras, símbolos culturais são destacados para delimitar e realçar a identidade étnica, tanto para determinar a coesão do grupo quanto para excluir os que estão fora dele. Ainda segundo a teoria de Barth, não apenas a identificação própria é necessária para a formação étnica, o reconhecimento externo ao grupo também é importante. Seria, portanto, perigoso se basear em aspectos negativos eleitos por terceiros para definir um estudo étnico. Assim como é arriscado desconsiderar situações impostas pelas condições de vida e trabalho que podem vir a ser utilizadas na identidade étnica. Os japoneses certamente não construíram uma identidade própria simplesmente por imposição. Se considerados como agentes históricos, os imigrantes japoneses tiveram a possibilidade (mesmo que limitada) de rejeitar essa identidade ou, no mínimo, reformulá-la, de acordo com sua classe e sua cultura naquele momento.

A ausência de análises sobre a ação e reação dos imigrantes frente a aspectos sociais encontrados no Brasil não deixa de ser curiosa, uma vez que os primeiros debates acadêmicos sobre imigração japonesa tinham seus estudos focados nas interações dos japoneses na nova estrutura social. Reações e comportamentos dos japoneses frente à sociedade brasileira eram os principais objetos de estudos dessa bibliografia que são resumida ao racismo. Estes trabalhos se concentraram essencialmente no campo antropológico e sociológico e tinham como autores grandes expoentes da pesquisa sobre

²⁰ BARTH, Fredrik.. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. in Poutingnat, P. & Streiff-Fenart, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: ed. UNESP, 1997

imigração japonesa, tais como: Hiroshi Saito, Ruth Corrêa Leite Cardoso, Takashi Maeyama, que escreveram nas décadas de 1960 e 1970.

O trabalho de Saito, por exemplo, defendia que os japoneses permaneciam ausentes da estrutura social e econômica brasileira enquanto estavam dentro das colônias, apenas iniciando sua *assimilação* quando se dirigiam as cidades, passando a interagir de forma mais intensa com o que chamava de sociedade dominante. Já Cardoso leva a diante o argumento de assimilação, mas discorda da idéia de *aculturação*, conceito relacionado ao tema da assimilação e que sugeria assimetria e dominância de uma cultura sobre outra. Preferindo o conceito *integração*, Cardoso afirmava que ocorria um processo desde os primeiros momentos em que a cultura dos imigrantes se auto-ajustava frente ao novo cenário sócio-econômico. Para seu argumento, a autora destaca como os processos de conservação ou transformação de traços culturais de instituições japonesas (família, associações de jovens e outras) evidenciavam a mobilidade social e adaptação à nova sociedade.²¹ Por outro lado, o antropólogo cultural Takashi Maeyama analisava a *aculturação* processo que, segundo sua interpretação, ocorria pela maneira como os japoneses, divergentes e subordinados a uma cultura local, criavam ou recriavam alguns traços (religião, rituais e etc) para sanar conflitos postos pelas diferenças encontradas no Brasil. A preocupação desses autores era, portanto, identificar e analisar mecanismos que ditavam a dinâmica entre nipônicos e a nova sociedade, mesmo para o caso de Maeyama, que defendia certo isolamento cultural.²²

²¹ CARDOSO, Ruth Correa Leite, *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*: Primus Comunicação, 1995, p 175

²² SAITO, Hiroshi *O Japonês no Brasil: estudos de mobilidade e fixação*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política, 1961; CARDOSO, R., op cit; MAEYAMA, Takashi. "Ancestor, emperor and immigrant: religion and group identification of the Japanese in rural Brazil (1908-1950)" *Journal of Inter-American Studies*, vol 14, n2, 1972.

Seja no caso da historiografia atual, preocupada com as expressões do racismo, ou no caso dos antropólogos preocupados com o impacto que a sociedade ou cultura brasileira tiveram nos japoneses, há lacunas expressivas que permanecem por serem exploradas. Temas fundamentais para uma história dos imigrantes têm sido relegados ao esquecimento. Dentro do tema dos conflitos étnicos, podemos, apenas como um rápido exemplo, destacar o preconceito de japoneses contra brasileiros ou mesmo discriminações entre japoneses de regiões diferentes, uma vez que não era incomum que a identidade dos imigrantes fosse referente mais a regiões que a um estado nacional. Fora do tema e conflitos, é possível citar episódios em que trabalhadores europeus e japoneses, imigrantes com clara separação étnica, viram-se nas mesmas situações. Comparar e analisar as reações desses trabalhadores pode ser útil para se compreender o peso da etnicidade em relações cotidianas e ambientes de trabalho.

Talvez os aspectos que mais necessitam atenção sejam relações de trabalho. Questões de história do trabalho estão abandonadas há mais de 30 anos, uma vez que pouquíssimo se escreveu após o trabalho de Arlinda Rocha Nogueira.²³ A presente dissertação espera contribuir justamente com tal ponto, investigando algumas questões que envolvem os imigrantes do Japão enquanto trabalhadores. Evidentemente, etnia e relações de trabalho não são categorias excludentes, mas também não são categorias indivisíveis e podem receber destaques diferentes para uma melhor compreensão. Trabalhadores do Japão não eram iguais a italianos, portugueses ou espanhóis, mas todos eram trabalhadores, eram colonos em fazendas ou assalariados nas cidades. Experiências comuns podem ser investigadas sem que isso signifique a negação de preconceitos. Afinal, sejam asiáticos ou

²³ NOGUEIRA, Arlinda R., *Imigração Japonesa para a Lavoura cafeeira Paulista: 1908-1922*, São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1973.

européus, trata-se de uma história de pessoas que para cá se dirigiram como trabalhadores e, em muitos casos, as pessoas se perceberam nas mesmas situações de exploração, independente de diferenças étnicas.

A ausência de estudos sobre essas questões, particularmente sobre relações de trabalho, tem prejudicado a compreensão da imigração japonesa uma vez que não se realizam estudos comparativos de pontos em comum entre os vários grupos que entraram no país. A situação afeta mesmo a historiografia brasileira, pois torna difícil a correlação entre nipônicos e outros grupos que se dirigiram para o Brasil. Enquanto a história da imigração italiana explora novas questões referentes às histórias transnacionais²⁴, pesquisas sobre o caso nipônico ainda encontram problemas em responder perguntas sobre a causa da emigração, como, por exemplo, a influência das companhias de navegação no processo migratório, políticas de governo e causas que levaram as pessoas abandonarem sua terra natal.

Em contrapartida, a situação da historiografia da imigração japonesa apresenta um descompasso bastante elevado entre outros estudos da imigração. Ainda que haja alguma informação sobre japoneses se concentrando em setores de prestação de serviço, trabalhando, por exemplo, como taxistas²⁵ e pequenos agricultores, indícios, que se apresentam no começo da imigração, de japoneses trabalhando na estiva em Santos, como empregados domésticos em São Paulo, ou mesmo alguns poucos operários de fábricas, são bastante obscuros para a bibliografia. As experiências pré-imigração de trabalhadores do Japão também são bastante desconhecidas pela bibliografia brasileira.

²⁴ TOLEDO, Edilene . *Travessias Revolucionárias – Idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

²⁵ LONE, Stewart *The Japanese Community in Brazil, 1908-1940: Between Samurai and Carnival*, New York : Palgrave, 2001.

O caso japonês apresenta ainda alguns fatores que desestimula pensar a migração com pontos análogos a outros grupos. Como alerta a historiadora Janet Hunter, uma das armadilhas apresentada aos que estudam o Japão é a concepção deste país como caso único.²⁶ É evidente que o caso japonês apresenta muitas peculiaridades, mas mesmo temas como a inserção do Japão dentro do contexto político e econômico mundial do final do XIX podem receber uma percepção bastante exclusivista. Se o país em alguns momentos apresenta uma história única como, por exemplo, sair da posição de colônia eminente, consagrando-se como mais uma potência mundial, não pode ser ignorado que tal particularidade se deu em um contexto internacional e que teve pontos semelhantes a outros países. Em certo sentido, a bibliografia sobre a imigração japonesa parece sofrer de fenômeno semelhante. A escolha e abordagem de temas destacando peculiaridades e pouca atenção a pontos em comum com outros imigrantes atribui certo exotismo ao caso japonês. Alguns pontos em comum talvez possam ser dignos de serem notados.

Segundo Emilio Franzina, pelo menos para o caso italiano, população sobressalente não explica os motivos que levaram as pessoas a saírem de seus países, pois esta condição freqüentemente vem associada com péssimas condições de vida, ou seja, miséria. Esta é, segundo Franzina, o motivador que levou italianos a emigrarem em massa do Vêneto; mas seria ingenuidade acreditar que apenas o desejo de deixar para trás o sofrimento presente na terra natal fosse o suficiente para explicar a saída de 5.792.549 pessoas da Itália entre 1876 e 1901²⁷. Sem dúvida a miséria era a principal razão, uma vez que era a motivação dos próprios emigrantes, mas, em boa parte das vezes, a vontade dos miseráveis não é

²⁶ HUNTER, Janet E., *The Emergence of Modern Japan: An introductory History since 1853*, New York e London: Longman Publishing, 1989

²⁷ Franzina E. *A grande Emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil* Campinas, SP: UNICAMP, 2006. p. 107

suficiente para garantir a realização de seu desejo. Existiram também outros fatores que contribuíram. Segundo o autor influências das companhias de navegação, classes dominantes e políticas de governo e que procuravam apaziguar tensões sócias no campo são particularmente importantes para se explicar o desenvolvimento de uma corrente emigratória.

A situação da saída de italianos durante o final do século XIX e início do XX é bastante parecida com o contexto da emigração japonesa. Ainda que existam diferenças, as duas nações apresentaram alguns pontos similares. Ambos os países formaram seu estado moderno pouco após a metade do século XIX, seguido de uma aceleração da industrialização e reestruturação de seus sistemas agrários, freqüentemente significando a expropriação de terra, e que acabou por resultar na formação de uma oferta de trabalhadores e tensões sociais. Autores como Toake Endoh e Célia Sakurai defendem que as saídas de pessoas foram resultados diretos da situação imposta pelo processo de industrialização. Especialmente segundo Endoh a emigração foi decorrente de políticas que visavam minimizar conflitos.²⁸

É interessante pensar o que teria significado a movimentação de pessoas para as próprias classes baixas. Apesar de concordar que as classes dominantes influenciem em alguma medida as classes inferiores, os estudos de história social indicam que as relações entre classes são muito mais recíprocas do que se possa imaginar. Membros das classes baixas poderiam inferir significados e interpretações próprias a situações que apenas à primeira vista pareciam simplesmente impostas. Não parece absurdo supor que a migração pode ser interpretada de uma forma peculiar pelos próprios migrantes. Dessa forma, as

²⁸ ENDOH, T. *Exporting Japan: politics of emigration toward Latin America Urbana* : University of Illinois Press, 2009. SAKURAI, C. , op cit.

ações de uma classe ocorrem muito mais em um campo de força da luta de classes do que em uma situação de simples imposição total de um grupo sobre outro. A migração não precisa, portanto, ser vista somente como resultado de uma dominação, sendo interessante investigá-la como resultante também de interesses dos próprios migrantes.

Investigações sobre objetivos das pessoas comuns na movimentação em contraposição a expectativas de governantes de classes dominantes não são novidades dentro da historiografia. Um exemplo aborda este tema é o estudo de Linebaugh e Rediker, *A hidra de muitas cabeças*. Embora seja uma obra cronologicamente situada nos séculos XVII e XVIII e que trata de trânsitos coloniais, a obra é interessante por abordar a movimentação de pessoas como digna de atenção, de modo que a movimentação não é apenas resultado de políticas e interesses de classes dominantes. Linebaugh e Rediker exploram como as pessoas comuns, marinheiros, degredados, trabalhadores portuários, escravos e pobres das zonas costeiras, buscavam interesses próprios no processo de travessias atlânticas. Não deixa de ser instigante a proposição de tais autores que identificaram como uma cultura de rebelião surgiu entre populações das colônias. Traços que por vezes surgiu entre pessoas com distâncias étnicas lingüísticas consideráveis, ironicamente, ocorrendo em uma situação em que classes dominantes esperavam que as travessias prevenissem sedições.²⁹

Outro ponto interessante do livro é mostrar como, mesmo nas fases iniciais do capitalismo, a movimentação de pessoas assumia importância de destaque para governos e para o próprio sistema econômico. Para interesses privados, o trânsito de pessoas apresentava diversas oportunidades de empreendimentos, criação de comércio bilateral,

²⁹ LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Markus, *A hidra de muitas cabeças*, São Paulo, Cia. das Letras, 2008 p. 29-30

formação de nichos econômicos, fluxo de pessoas e mercadorias, exploração do trabalhador naval e portuário. Para os governos nacionais, a movimentação de pessoas poderia representar a base para formação de colônias, desenvolvimento naval, escoamento de elementos indesejáveis – criminosos, párias sociais, opositores políticos, excedente de população. Ainda sobre o trato dispensado às pessoas, o livro destaca como a saída de indivíduos foi uma instância relevante como forma de controle da população e força de trabalho, mas que particularmente não resolveu ameaças de sublevação. De forma análoga, de meados do século XIX até as décadas iniciais do século XX, a migração foi um mecanismo importante para se tentar atingir esse controle, tanto para países de saída quanto para países receptores de pessoas. Entretanto, Linebaugh e Rediker deixam claro que mesmo em tal cenário pessoas das classes baixas conseguiam encontrando interesses próprios na migração.

Os estudos de história de social têm mostrado que mesmo nas situações adversas, como a de personagens explorados, os dominados encontram possibilidades de não serem meramente passivos, adotando interesses próprios nas políticas oficiais, explorando falhas no sistema ou invertendo a lógica do sistema de exploração em benefício próprio. Em resumo, criam e desenvolvem estratégias de resistência dentro de sistemas que certamente não são favoráveis as pessoas sem poder político e econômico.

Nesse sentido, espera-se questionar a imagem presente na bibliografia que retrata o imigrante japonês como o imigrante isolado e alienado, que após anos no Brasil se descobre enganado e desiludido com a imigração.³⁰ Uma reconstrução que, em certa medida, descreve os japoneses com uma compreensão e inteligência limitadas; como uma pessoa que sequer soube compreender ou desconfiar da figura de linguagem das companhias de

³⁰ LONE, Stewart op cit. p 6

navegação quando estas propagandeavam que no Brasil havia “planta dos frutos de ouro”. Embora seja provável que os imigrantes japoneses não conhecessem detalhes da economia agroexportadora do Brasil, ou seja, que não compreendessem que a metáfora de “arvore de frutos de ouro” dizia respeito ao lucro gerado pelo café, ainda sim parece sensato atribuir uma maior capacidade de entender uma metáfora a um grupo que tinha níveis de escolaridade bastante elevados e que, de fato, foi capaz de encontrar seus próprios interesses na migração, e demonstrou uma boa consciência de sua situação.³¹

³¹ Idem.

Capítulo 2 – A emigração como opção

O que pode ser entendido como o começo da emigração japonesa para o Brasil está condicionado a um momento bastante específico, quando países proibiam ou restringiam a entrada de pessoas provenientes do Japão³². Ainda assim, trata-se de um fenômeno com antecedentes que retrocedem anos antes do início do século XX. É um fenômeno que possui relação como as mudanças sociais e políticas que caracterizaram a restauração Meiji, episódio que marcou a abertura do Japão, e seqüente construção de um país de destaque no mundo capitalista. Compreender alguns pontos da formação do capitalismo japonês e políticas de governo ajuda a explicar como classes dominantes e subalternos perceberam e se posicionaram frente à emigração.

Sendo o êxodo uma escolha por parte dos que deixaram o arquipélago - mas também uma oportunidade para empresas privadas e uma solução para um governo temeroso de rebeliões - é necessário se analisar as saídas com cuidado para que esta não assuma uma interpretação meramente instrumental, em que pessoas são apenas manobradas por políticos e classes elevadas sem apresentar qualquer reação. O movimento de saída pode ser interpretado como uma política para controlar população³³, mandando-as para o exterior reduzindo o número de miseráveis e pobres que poderiam se engajar em movimentos organizados. Por outra perspectiva, é necessário também se considerar a evasão como uma atitude de resistência daqueles que decidiram não se sujeitar a miséria ou poderes locais, e buscaram no cruzamento da fronteira nacional uma limitação a esses

³² NORMANO, J. F e Gerbi, Antonello. *The Japanese in South America: an introductory survey with especial reference to Peru*, New York: International Secretariat Institute of Pacific Relations, 1943

³³ SAKURAI, Célia, *Imigração tutelada: os japoneses no Brasil*, Campinas, 2000. ENDOH, T. *Exporting Japan: politics of emigration toward Latin America Urbana* : University of Illinois Press, 2009

poderes e melhores condições de vida. Mesmo para o caso da emigração como tutelada ou direcionada pelo estado, parece prudente se analisar motivações desta política.

Para esclarecer a saída de japoneses é preciso, portanto, retomar contextos anteriores que formaram o contexto social japonês. É necessário, por exemplo, compreender como um país com longo histórico de restrição da movimentação, desenvolvendo inclusive traços regionais fortes e identidade com terra de origem que se expressa na palavra *furusato*- palavra em japonês que referencia a terra natal-, em um país de emigração. Enquanto a origem de algumas características da sociedade podem retroceder até o estado japonês pré-moderno, outras passaram a ganhar importância a partir da formação do Japão moderno com a ascensão do imperador Meiji.

A Revolução Meiji foi um marco, mas quase como todos os pontos divisórios da história os momentos anteriores e posteriores são, com frequência, mais interessantes que a própria data estabelecida e, nesse sentido, é interessante problematizar o próprio marco. O período após a restauração foi um momento que ideologias e tradições do período dos shōguns eram combatidas ou reformuladas. Evidentemente era impossível se livrar do passado, mas a oposição a um passado recente fomentava bases para a criação ou recriação de simbologias e ideologias que justificavam o novo governo e tentavam formar uma identidade nacional. Nesse sentido o Japão não foi diferente de outras nações que utilizaram a oposição entre novo e velho para legitimar novas políticas. Este tipo de justificativa servia mesmo para o plano de relações internacionais, com o Japão se apresentando como uma nação que se desenvolvia em oposição a seu passado recente de reclusão feudal. Apesar da tentativa de criar um ponto de divisão claro e bem delimitado para separar o antigo e novo, na prática, tratava-se de uma situação mais complicada.

Nem o período do Bakufu, o governo dos shōguns, foi tão obscurantista e nem o Governo Meiji (que tem como tradução período de iluminação) conseguiu um rompimento tão profundo quanto propagandeado.³⁴ As primeiras tentativas de industrialização e trabalhos no sentido de modernizar tiveram lugar em meados do século XIX, ainda durante o Bakufu. E apesar do fim da diferenciação de castas, as classes elevadas, famílias ligadas à estrutura shogunal, mantiveram seu poder mesmo na “nova sociedade”. Estas famílias aderiram à ideologia de modernização e renovação passando a compor os membros da administração e mantendo uma boa relação com o novo estado. Não foi incomum também que os antigos líderes de vila, pessoas que serviram como agentes dos *daimyō*, os senhores feudais, ou da própria administração shogunal, se tornassem chefes magistrados chamados de *kochō*; ou posteriormente, em 1888, com a instituição do sistema de governo local, se tornassem *sonchō* ou prefeitos de vilas³⁵. Contudo, anos após o início do novo sistema de governo, o país continuaria um país agrícola com camponeses bastante oprimidos, sendo que o imposto rural sustentava a política de reformas.

O Japão passou por um enorme processo de industrialização em um curto espaço de tempo, entretanto, mesmo nas décadas iniciais do século XX o Japão ainda era um país largamente agrícola. Em 1930 metade da população ainda dependia da agricultura como meio de vida.³⁶ Não foi apenas na administração e na economia que foi possível ver continuidades ou elementos em desacordo com o ideal de modernidade da época. Figuras públicas também representam a contradição do período e a complexa dinâmica de

³⁴ HUNTER, Janet E., *The Emergence of Modern Japan: An introductory History since 1853*, New York e London: Longman Publishing, 1989; SMITH, Thomas C. *The Agrarian Origins of Modern Japan* Stanford University Press, 1959. BROWN, Philip, Unification, Consolidation, and Tokugawa Rule in TSUTSUI, William M. (Ed.) *A Companion to Japanese History*, Malden: Blackwell Publishing, 2007. p72

³⁵ HANE, M. *Peasants, Rebels, Women and Out Casts: The Underside Of Modern Japan*, Maryland: Rowman & Littlefield publishers 2003(1982) p.13

³⁶HUNTER, J. op cit p. 82

continuidades e descontinuidades com lideranças políticas mantendo traços culturais tradicionais ao mesmo tempo em que adaptavam o país e seus próprios hábitos ao cenário industrial moderno.

Estudantes ao lado de comerciantes que se dirigiam para a Europa e EUA formaram um primeiro esboço de emigração, isso ainda durante o período de movimentação bastante controlada. Certamente as pessoas que saíam do Japão nesse momento se tratavam de indivíduos muito distintos dos migrantes que formariam a massa de pobres que arriscaram ir ganhar a vida em outros lugares do mundo, mas ainda assim foi o início da história da movimentação moderna de japoneses e o primeiro esboço do controle da emigração pelas autoridades japonesas. Foi a quebra das restrições a mobilidade que caracterizou o país por mais de 250 anos.

Por todo o período shogunal a movimentação, mesmo a interna, havia sido restrita e controlada, apenas determinadas pessoas portadoras de salvo-condutos tinham permissão para viajar pelo país e atravessar posto de seguranças ao longo de estradas. Embora viagens dentro de uma mesma região fossem toleradas, saídas e entradas do arquipélago eram bastante controladas. O Japão havia fechado seus portos em 1600 e apenas reabririam em 1854, mediante pressão de nações estrangeiras como Inglaterra, Rússia e Estados Unidos. Esta atitude teve seu clímax com a chegada de uma frota Norte Americana sob liderança do Comodoro Perry e conseqüente imposição de tratados comerciais. Antes deste episódio contatos com oriente eram extremamente reduzidos, havendo alguns pontos de comércio controlado com China, Coréia e Holanda.³⁷

Antes da abertura a saída de uma pessoa era tratada como assunto de segurança nacional. O episódio quase épico de três pescadores japoneses ocorrido no final do século

³⁷ BROWN, Philip “unification, consolidation and Tokugawa rule”, in TSUTSUI, William op cit , 2007, p72

XIX é um reflexo desta política. Náufragos que foram resgatados e levados ao império russo se juntaram como interpretes a uma expedição de circunavegação que, entre outros objetivos, tentaria estabelecer contatos entre o Japão e a Rússia. Ao longo do trajeto passaram por diversos países, incluindo o Brasil, onde pararam por alguns dias no porto de Santa Catarina. Ao chegarem ao Japão os japoneses foram colocados em isolamento e em seguida interrogados pelo governo shogunal. Casos como este podem ser encontrados com alguma reincidência, sendo que em alguns deles os japoneses envolvidos, devido a política de exclusão, nunca retornaram³⁸. A curiosa estória dos náufragos ilustra como o governo considerava o assunto da maior importância.

As reformas do período Meiji, em essência significaram a adoção e adaptação de teorias ocidentais pelo governo japonês e por intelectuais. Yukichi Fukuzawa foi um dos intelectuais mais emblemáticos do período e, como outros, defendia que a adaptação de teorias ocidentais a uma realidade japonesa era imperativa para a construção de um país moderno, ideologia que também encontravam aceitação fora de círculos de intelectuais. Em seu livro, intitulado *Outline of a Theory of Civilization*, Fukuzawa dissertou justamente sobre a interação das técnicas ocidentais e manutenção de uma cultura japonesa. Ele também escreveu sobre aspectos bastante práticos como esforços para transformar a economia japonesa em moderna. Fukuzawa foi apenas um dentre vários intelectuais do período, entretanto, seu trabalho reflete exemplarmente os conflitos e contradições do período de modernização.

Apesar das fortes das particularidades culturais evidentes mesmo para contemporâneos, o desfecho para as classes baixas do Japão não foi muito diferente da

³⁸Para mais detalhes ver : VAN SANT, John E., *Historical dictionary of United States–Japan relations*, Lanham: Scarecrow Press, 2007. p 62; sobre retornados, como: Joseph Heco, John Manjirō; e p.183 sobre os que ficaram impossibilitados de retornar, como Yamamoto Otokichi ver p. 183.

formação capitalista de outras nações. O estabelecimento de uma economia industrial se concretizou na formação de acúmulo de capitais e institucionalização de redes de exploração, como: expropriação de terras, proletarização, concentração de riqueza, acompanhadas de resistências abertas por membros de classes baixas que se sentiam prejudicados.

Como reação, organização das pessoas comuns e ideologias socialistas começaram a surgir. Entretanto, tais ideologias não conseguiram se estruturar e fazer oposição formal na velocidade que se formava a propriedade privada, concentração de terras, instituições tributárias, órgãos financeiros e indústrias típica do final do século XIX. De fato, a situação que se estabelecia contribuía para as enormes diferenças sociais do Japão na época.³⁹ Ainda que esta modernização ocorresse de cima para baixo, de fato alguns ideais conseguiram ressonância mesmo entre as classes baixas e contribuíram para estabelecer certa preeminência da classe dominante. Foram necessários alguns anos para que classes baixas se articulassem contra esse domínio de forma declarada e organizada, ou seja, formando sindicatos, adotando ideologias socialistas e outras medidas que claramente se declaravam opostas a essa hegemonia. Por outro lado, a falta de organização formal ou institucional não significou passividade das classes baixas, que lutavam para manter costumes e tradições ao mesmo tempo em que rejeitavam inovações e ou ideologias que julgavam prejudiciais.

Linhas de pensamento relacionadas à moral e costumes eram temas contraditórios entre as classes elevadas, mas sendo, sobretudo, rejeitadas pelas classes baixas.⁴⁰ Ideais de desenvolvimento técnico, científico foram amplamente aceitos. Sakuma Zouzan, um

³⁹ HANE, Mikiso *op cit* p10- 11 e HUNTER, Janet E., *op cit* , 1989 p. 70

⁴⁰ HUNTER, Janet, *op cit* p. 69-70

intelectual confuciano do final do período Tokugawa e que em muito traduziu o pensamento dos arquitetos da restauração Meiji, atestava que:

em ensinamentos sobre moralidade, benevolência e integridade, piedade filial e fraternidade, lealdade e fidelidade, nós precisamos seguir os preceitos chineses. Em astronomia, geografia, artilharia, comércio, medicina, mecânica e construção, nós precisamos confiar principalmente no oeste.⁴¹

As classes baixas, como um todo, adotavam também formas de resistências diversas, como a não incorporação de novos valores, ou promoção de idéias em favor de seus interesses. Mas enquanto as classes baixas tinham alguma possibilidade de resistência contra sistemas de idéias e outros planos simbólicos com as quais lidavam diariamente, assuntos marginais ao seu cotidiano, como política internacional, ideologias econômicas e projetos nacionais apresentavam possibilidades de resistência e oposição menores. Uma situação especialmente dificultada pelo contexto político, em que a representação por voto era ausente e monopolizada por membros mais abastados da sociedade.

Uma das correntes de pensamento internacional e que era aceita entre os líderes japoneses (assim como de outras potências) era de que ser civilizado significava ter colônias e submeter outros povos militar e politicamente⁴². No Japão do século XIX, essa ideologia não sofreu destino diferente das demais modernizações “necessárias” que haviam sido trazidas do oeste. Admitida como algo necessário, a expansão militar e a subjugação política foram gradualmente postas em prática. Nascia a base de uma política que adicionaria mais uma nação ao grupo de países imperialistas do final do XIX e início do XX, ao lado de Alemanha, Inglaterra e França.⁴³ Contudo, quando o novo governo instituiu

⁴¹Naramoto Tatsuya. ed., *Nihon no Shisōka* (The Thinkers of Japan), Tokyo: Mainichi Shimbunsha, 1954, p. 237 apud HANE, M. op cit p10, tradução minha

⁴² Para um estudo sobre o colonialismo japonês, colocado no contexto colonial ver DUDDEN, A. Japan's colonization of Korea, Honolulu: university of Hawaii press, 2005. Sobre o apoio internacional a colonização da Coréia, ver em especial p.16 e 17

⁴³ idem

a formação de um exército nacional para colocar em prática aspirações imperialistas, esmagar revoltas internas e promover um senso de dever cívico, os camponeses e outros comuns das classes baixas colocaram empecilhos ao projeto de criação de um exército e conseqüente expansão imperial.

Os subalternos ficaram pouco cativados pela idéia de servir à pátria ou pela possibilidade de que o ofício de guerreiro (antes monopólio dos samurais) estivesse disponível para todos. Antes de uma onda nacionalista varrer o país, os comuns tiveram pouco interesse em disponibilizar a própria vida para a expansão do império. O governo teve mais sucesso quando, antes de investir contra territórios estrangeiros, apostou em experiências de colonização ainda dentro do território japonês e sem fins militares explícitos. O colonialismo ofereceu uma experiência do ponto de vista prático de assentamentos e criação de colônias, e foi, sobretudo, a experiência que testou a migração como sendo particularmente útil para o trato de problemas internos. Com o tempo e após a experiência de lidar com revoltas, os governantes perceberiam que enviar pessoas para fora de áreas críticas auxiliava a redução de tensões sociais e possuía potencial de fomentação de vários setores da economia.

Após a o fim do sistema Bakufu e logo após instauração do novo governo, já estava claro que o trabalho de adequar o Japão a um estado moderno e que fizesse frente às ameaças estrangeiras não se resolveria simplesmente na troca do sistema político e administrativo. Feita a restauração, eliminou-se o denominador comum representado pelo ideal de se acabar com o antigo sistema, que antes era percebido como incapaz de funcionar de forma centralizada, para coordenar o desenvolvimento do país, ou controlar da influência externa. Terminada a primeira fase, a derrubada do sistema bakufu, e consolidada a restauração, abriu-se espaço para que houvesse a erupção de diferentes

projetos dentro do novo governo. A liderança da restauração que haviam conseguido lidar com diferenças de forma civilizada fragmentou-se. Longe de ser meramente uma questão de discordância política entre os líderes, a disputa ecoou em outros setores sociais. Particularmente entre aqueles que se sentiram excluídos no decorrer do processo, que passaram a integrar levantes contra o governo⁴⁴.

Dentre esses setores, os samurais estavam entre os mais descontentes com o novo governo. Enquanto a vida da maioria dos camponeses não havia sido drasticamente afetada pela restauração, pois, apesar de pontos positivos promovidos (tais como o fim de abusos arbitrário das castas superiores, direito de compra e venda de terra, liberdade de escolha profissional e uso de sobrenome), em essência continuavam como camponeses ligados à terra e sobre quem recaía a sustentação econômica do governo. Por sua vez, antigas classes dominantes, como daimyōs e nobres, conseguiram se incorporar a nova administração ou simplesmente receberam reparação monetária e apoio para se manterem suas fortunas, sendo um exemplo a criação, pelo governo, um banco especial para guiar seus investimentos. Os mais afetados pela restauração e os mais prejudicados acabaram por serem os samurais de baixo ranque, ironicamente as pessoas que formaram a vanguarda da restauração. Claramente sem lugar em um país que caminhava para se tornar moderno, a maioria dos samurais se viu cada vez mais obsoleto e colocados à margem do novo período. Expectativas frustradas com os rumos tomados pela restauração também desempenharam um motivo importante em levantes⁴⁵.

Essa situação pode ser percebida pela reação de samurais do sul do arquipélago, que em rebeliões como de Chōshū, Saga, Tosa, e Satusma se mobilizaram contra o governo que

⁴⁴ JANSEN, Marius B. *The Making of Modern Japan* Cambridge: Harvard university press 2000. pp 361-369

⁴⁵ JANSEN, Marius B. *op cit*, 2000. 365-368

havia instaurado dez anos antes. Embora alguns poucos representantes desse grupo tenham se inserido na liderança do novo governo, boa parte destas figuras não encontrou seu ideal concretizado após a restauração, sendo incapaz de se adaptar a uma nova realidade. Mesmo que o governo estivesse alerta do risco de se ter insatisfeito um grupo com tradição de guerra e histórico recente de mobilização política, medidas paliativas colocadas em prática não foram eficazes para prevenir o pior. De 1873 até 1877 quatro levantes expressivos e essencialmente compostos por samurais⁴⁶ se opuseram a nova administração.

Contudo, não apenas ideal movia essas figuras, tanto quanto o fim do mundo feudal japonês razões práticas e bastantes materiais também seriam componentes de revoltas. Os estipêndios dos samurais que haviam sido assumidos pelo governo começavam a se tornar uma carga pesada. Na medida em que eram cortados ou alvo de ingerências por parte do estado, transformavam-se em agravantes do descontentamento dos samurais. O período das revoltas acabaria com a grande rebelião de Satsuma. Iniciada em 1877, quando Saigō Takamori, um dos líderes da restauração que em desacordo com o governo havia se retirado para Satsuma, decidiu liderar os samurais descontentes que já se encontravam na região⁴⁷

Apesar do movimento não ter conseguido vitórias expressivas, impôs sério risco ao novo governo, que precisou mobilizar 65.000 homens, fazer uso da polícia e arregimentando samurais de outras províncias. Foram necessários seis meses e altos gastos em vidas e material para esmagar a revolta, que acabou com um saldo de cerca de 18.000 mortos e feridos nas tropas rebeldes e 6.000 mortos e 10.000 feridos no outro lado. Saigō Takamori que como sinal de lealdade ao imperador usava seu uniforme do exército

⁴⁶ Segundo Jansen, pessoas comuns eram apenas usadas como bestas de carga. JANSEN, Marius B. op cit, 2000 p369

⁴⁷ Idem, p 364-9

imperial cometeu suicídio antes de suas tropas receberem o ataque final. Para além da carga romântica que serve de inspiração para filmes, novelas e romances, o episódio foi um acontecimento que causou grande trauma ao novo governo, levando ao limite capacidade de arrecadação, gerência, organização da sociedade, bem como seu desempenho militar.⁴⁸

Logo após a rebelião de Satsuma o governo daria maior atenção a projetos de reabilitação dos samurais. Embora mantivesse a política de corte dos estipêndios, antigos programas que tentavam adequar os samurais aos novos tempos seriam retomados com renovada atenção. Datados dos anos iniciais da restauração as propostas de reabilitação consistiam de (1) promover assentamentos em terras devolutas, (2) tutorial financeiro e (3) empréstimos para empreenderem em novas atividades. Apesar de não ser um programa exclusivo para samurais, a esperança era que estes fossem realocados para terras no norte de Honshū e Hokkaidō onde havia as maiores quantidades de terras devolutas e passassem a desenvolver atividades agrícolas⁴⁹. Na medida em que a situação dos samurais se tornava crônica o governo tentava efetivar esse projeto.

Após o episódio da grande Revolta de Satsuma, Toshimichi Ōkubo, um dos últimos líderes da restauração que se mantinha envolvido com o novo governo (porque, ao contrário de outros líderes, ainda estava vivo), enviou uma petição ao conselheiro de governo Sanjou Sanetomi. O objetivo era chamar atenção ao problema da reabilitação econômica dos ex-samurais. Com base nas experiências passadas, Ōkubo sugeria a retomada dos programas de assentamento associada com apoio financeiro. De fato não apenas foram retomados como foram ampliados. Várias medidas foram postas em prática, como a oferta de crédito

⁴⁸ Idem ibdem

⁴⁹ HAROOTUNIAN, Harry D. op cit, p 436

através de empréstimos, apoio de instituições financeiras e, principalmente, a promoção de migração interna e assentamentos em regiões pouco povoadas do arquipélago.

Enquanto medidas econômicas encontraram expressivas taxas de fracasso devido à incompetência dos ex-samurais em gestão financeira e a própria condição adversa da economia japonesa, os programas de assentamento encontraram uma satisfatória taxa de sucesso. Estes assentamentos se dividiram em duas frentes de ação: formação de frentes de trabalho para abertura de novas terras cultiváveis e seqüente fixação dos trabalhadores nestas terras; e colonização de regiões de fronteira ou com baixa população, visando proteção do território e desenvolvimento. Segundo Harootunian, o programa de emigração e realocação de pessoas foi o mais bem sucedido. Enquanto é difícil dizer se o programa conseguiu a reabilitação dos samurais e inserção deste em uma nova realidade, por volta de 1880 o programa havia conseguido remover o risco de revoltas dos ex-samurais, enviando para regiões distantes a matéria de sedição e a forçou em novas empreitadas, bem como em movimentar diversos setores da economia ligadas à prática.⁵⁰ A emigração e idéias de colonização começavam a ganhar contornos e utilização bem definidas.

Os levantes samurais ofereceram riscos para o novo governo, mas sem apoio popular e agindo em revoltas regionais isoladas estavam fadados a serem esmagado pelo governo. Sem tradição de guerra propriamente dita, mas com uma força numérica potencialmente maior que a dos samurais, os movimentos populares por si seriam muito mais perigosos e promoveriam o aumento da política de alívio de pressões sociais através de deslocamentos de pessoas.

Rebeliões de camponeses também não foram incomuns, mesmo em períodos anteriores. Camponeses que a partir da segunda metade do governo Tokugawa vinham

⁵⁰ HAROOTUNIAN, Harry D. op cit , 1960

aumentando levantes e protestos entraram em efervescência nos anos finais de do antigo sistema. A partir do século XVIII os motivos de levantes eram majoritariamente relacionados a impostos, entretanto, questões como: trabalhos compulsórios, abusos de oficiais, falta de alimentos, novas regras administrativas desfavoráveis aos camponeses, estabelecimento dos monopólios, demanda de auxílio em situações de emergenciais também foram causas de levantes. De maneira geral as razões para os levantes se manteriam pouco alteradas mesmo após a restauração Meiji.

Nos anos precedentes a instauração do novo governo houve um aumento das revoltas, sendo que no período de 1865 até 1867 foram setenta e cinco distúrbios⁵¹. Segundo Hane, estes episódios não ofereceram contribuição expressiva para a troca de governo. Não muito além de adicionar mais um ponto de erosão aos cenários sociopolítico do sistema bakufu. A restauração tentou ganhar apoio popular espalhando boatos de que, se ganhasse, o novo governo reduziria os impostos em 50 por cento⁵², e ainda assim manteve um baixo nível de participação popular. Quando foi feita a restauração e impostos não foram baixados houve insatisfação, como era de se esperar. O não cumprimento do boato e, nos anos que se seguiram, as pesadas cargas tributárias seriam um dos principais motivadores de descontentamentos e a evolução destes para sedições.

As revoltas foram uma alternativa encontrada pelos comuns para lidar com o novo governo. Ao contrário de tempos anteriores, a burocracia moderna bastante impessoal dispunha de pouco espaço para o apelo à compaixão⁵³. Impostos não seriam os únicos pontos de discordância e nos anos que se seguiram, protestos adquiriram motivações diversas. Enquanto algumas podem parecer bastante apolíticas sob um olhar desatento,

⁵¹ HANE, M. Op cit ,p 12

⁵² JANSEN, Marius B. op cit, 2000, p340 ; 365; e HANE, M. Op cit, p 12 -13

⁵³ JANSEN, Marius B. op cit, 2000 p. 366

como revoltas contra vacinação contra cólera, ou antipatias frente à entrada de religiões cristãs no país e outras inovações; outras motivações apresentavam uma consciência e análise de conjuntura bastante acurada e explícita.

A obrigatoriedade do serviço militar foi, por exemplo, alvo de grandes descontentamentos e também levou a manifestações. A imposição do serviço militar era um fardo considerável para famílias rurais, que se viam desfalcadas de seus jovens trabalhadores por três anos. Também ocorria uma sensata aversão à possibilidade dos jovens serem feridos ou mortos, um risco possível uma vez que o país caminhava para utilização cada vez mais comum de suas forças militares dentro e fora do país.

Com bastante propriedade os camponeses chamavam a arregimentação de taxa de sangue (*ketsuzei*)⁵⁴, e não ficavam impressionados com a possibilidade de morrer em batalha defendendo o estado, antes apenas uma função nobre exercida pelos samurais. De um livreto publicado em 1879 e que tinha por objetivo promover a civilização, Hane recupera o que seria uma crítica apontada como ignorante ao serviço militar:

Eu estou realmente descontente sobre recrutamento militar. Segundo a concepção dos *shizoku* [denominação dada aos samurais após a restauração], a guerra é seu modo de vida. É dado a eles estipêndios para manterem suas barrigas cheias e eles passam ano perdendo tempo sem fazer nada. Então, é natural para eles oferecer a própria vida quando são requisitados a fazê-lo. Mas, para convencer os camponeses e lojistas – que são obrigados a dar até o último grãos de arroz sem receber nada em troca e que não podem diferenciar a esquerda da direita quando se trata de assuntos públicos – a irem para a guerra e desistir de suas vidas é pedir muito deles. Após todos os discursos sobre garantir o direito das pessoas, sua liberdade e etc, recrutar soldados, os preciosos filhos das pessoas, para abandonar corpos pálidos em campos e montanhas, mandá-los para casa alejados ou mutilados não faz sentido nenhum.⁵⁵

⁵⁴ HANE op, cit p.18-19

⁵⁵Yoshino Sakuzō et al [Eds], *Meiji Bunka Zenshū*, 24 vols. Tokyo: Nihon Hyaronsha, 1927-1930, XX: 284 apud HANE op, cit p. 19, tradução minha.

As alternativas para os comuns – excluindo-se o pagamento de uma taxa de liberação bastante impraticável – se resumiam a se incluir em brechas legais que garantiam a não obrigatoriedade do serviço, tais como: casamento, ser declarado filho único e, nas décadas finais do século XIX, emigrar para o Havaí. Quando não havia alternativa, os comuns também recorreram a protestos, alguns deles violentos com o incêndio de casas de oficiais, postos policiais, escolas e outros prédios públicos.⁵⁶ Contudo, a insatisfação popular não se limitava ao serviço militar.

Uma manifestação bastante expressiva ocorreu em 1873 quando os custos de vida estavam altos. Acreditando que o motivo da elevação dos preços se dava pela estocagem e especulação de arroz por parte de mercantes ricos, 300.000 pessoas da província de Fukuoka, sudoeste do Japão, fizeram um levante e atacaram a casa de mercadores e fazendeiros ricos, prédios públicos, escolas, escritório de telégrafos e outros símbolos de riqueza e autoridade. Os políticos da sudoeste, região que viria ser alvo de políticas de emigração e ponto de ebulição de movimentos sociais, viram um total de 4.590 prédios serem alvos de algum tipo de ataque. A situação só foi controlada quando tropas foram enviadas contra os revoltosos. Líderes foram executados ou enviados para as prisões e mais de 63.000 foram condenados a castigos corporais.⁵⁷

Mas a maior causa de insurreições e descontentamentos estava ligada a questão de impostos cobrados sobre os camponeses. Impostos rurais foram extremamente importantes na sustentação do novo governo⁵⁸ que ainda não dispunha de uma grande base industrial. De 1875 até 1879, 80.5 por cento da arrecadação do governo provinha do imposto de terra e de 1882 até 1892 a porcentagem era de 85.6. Seria apenas duas décadas depois, com a

⁵⁶ Idem ibdem

⁵⁷ HANE, op cit ,p 22

⁵⁸ HUNTER, op cit, p.91

aceleração da industrialização que o imposto rural representaria 42.9 por cento⁵⁹. Este imposto havia sido iniciado no ano de 1873 quando o governo começou reformas do sistema rural, emitindo títulos de propriedade para os camponeses, direito de compra e venda de terras, garantindo liberdade de cultivo e especialmente passando a cobrar em espécie ao invés de parte da produção; o montante a ser cobrado equivalia a 3% do valor da propriedade. Uma situação particularmente boa para o governo, mas que, a despeito dos direitos adquiridos, causou a desgraça de muitos camponeses que não tinha experiência em lidar com um mercado capitalista moderno e sua flutuação de preços. Em alguns momentos esta carga tributária se tornava especialmente pesada, como em momentos de baixa do preço de produtos agrícolas dado a condições de mercado com preço de produtos depreciados e aumento o valor do terreno ao longo dos anos⁶⁰.

Desde o começo do novo governo, houve manifestações e exaltação dos ânimos. Entre 1868 e 1872 os protestos de camponeses somaram 343 tendo um pico de 110 em 1869⁶¹. Os ânimos se exaltariam novamente no final de 1876, quando camponeses de quatro províncias do Japão central se manifestaram contra a carga de impostos. Quando suas demandas não foram atendidas 10.000 camponeses se reuniram em protesto em na província de Mie. O protesto logo evoluiu para violência, com os revoltosos atacando e destruindo prédios públicos. O movimento se espalhou para outras províncias, mas apesar da dimensão, os focos de revoltas foram logo suprimidos. Os líderes do movimento de Mie foram presos e sentenciados a prisão perpétua ou a morte e mais de 50.000 pessoas foram multadas ou punidas de alguma forma. Apesar da derrota deste episódio, camponeses teriam uma pequena vitória coletiva, quando o governo temeroso da capacidade das massas

⁵⁹ HANE, op. cit, p17

⁶⁰ HANE, M. op cit, p. 17

⁶¹ JANSEN, Marius B. *The Making of Modern Japan* Cambridge: Harvard university press 2000.p 365

camponesas – e especialmente que esta se juntasse aos samurais descontentes - decidiu reduzir o imposto rural de 3 para 2.5 por cento do valor de terreno. Uma pequena vitória que levou a dizerem que “a lança de bambu zuniu e nós conseguimos nosso 2.5 por cento!”⁶²

Apesar da redução de taxa e um intervalo momentâneo das revoltas, a condição de vida de agricultores continuava a piorar na medida em que ficavam mais e mais expostos a um mercado capitalista com o qual tinham pouca experiência de lidar. Em desespero pequenos agricultores recorriam a usurários que cobravam juros elevados. Em caso de incapacidade de pagamento culminava-se no confisco da propriedade por parte do usurário que era, naturalmente, amparado pelas autoridades. Apesar da redução da taxa, esta ainda continuava elevada e grande quantidade de pessoas perdeu suas terras. Estes indivíduos tornavam-se arrendatários, trabalhadores rurais, ou migravam buscando por empregos temporários ou por períodos mais extensos.

Segundo Janet Hunter, fontes com informações referentes a vilas sugerem que a maioria dos pequenos e médios camponeses que saíam estavam pouco melhor que os que ficavam. Estes em momentos de maior dificuldade enfrentavam falta de comida, apenas se salvando de morte através de atividades paralelas e não relacionadas ao cultivo da terra.⁶³ A situação de expropriação de terra e criação de um proletariado era agravada pela criação de monopólio ou privatização de reservas naturais que antes eram de uso comum. Similar ao que ocorreu na Inglaterra, reservas naturais comuns passaram a ser inacessíveis aos agricultores, pois haviam passado serem propriedades privadas, geralmente pertencendo aos antigos chefes de vilas ou foram elevadas a categorias de propriedade do governo

⁶² Inoue Kiysohi, *Meiji Ishin*, pp. 390-1 apud HANE, M. op cit, p. 22

⁶³ HUNTER, J. op cit, p 91

imperial. A situação reduzia as alternativas para que camponeses obtivessem a madeira, lenha, forragem e vegetais comestíveis.⁶⁴

Em 1872, 29 por cento das terras cultivadas eram arrendadas e por volta de 1887, apenas 15 anos depois, esse número havia subido para 40 por cento. Apesar da concentração fundiária no Japão pré-segunda guerra ser bastante elevada, é necessário dizer que as porcentagens de arrendamento incluíam pessoas que possuíam alguma propriedade, mas que também arrendavam terra em momentos oportunos para aumentar a área cultivada⁶⁵. Contudo, mesmo que tenha ocorrido caso de arrendamentos por camponeses proprietários, não significa uma situação de bonança no campo. Pequenos arrendatários não estavam isentos de serem explorados por altas taxas. No caso de camponeses mais abastados, o emprego de outros camponeses desesperados como trabalhadores certamente também não contribuiu para uma situação de melhoria social.

A situação de endividamento e falência de famílias de agricultores acabou por provocar fortes reações no começo da década de 1880. Expostos a política deflacionária de preços, aumento do valor da terra, ao endividamento e conseqüente perda de propriedades; os camponeses e outras pessoas comuns que formavam as classes baixas recorreram a organização de grupos e partidos, como o Partido das Pessoas Pobres e Partido dos devedores e dos arrendatários⁶⁶, para garantir alguma proteção de seus interesses. Por sua vez, a resposta das autoridades se caracterizava pelo uso da polícia para obrigar a dispersão das reuniões, atitude que eventualmente evoluía para confrontos menores. Ainda sem uma constituição, os partidos e outros grupos podiam pouco além de expressar insatisfação coletiva, uma vez que solicitações feitas às autoridades tinham pouca eficiência, sendo

⁶⁴ HANE, M. op cit, p. 17

⁶⁵ HANE p 104, HUNTER, J op cit

⁶⁶ HANE p. 23, JANSEN 386

freqüentemente ignoradas. Mesmo com disputas tomando forma de oposição política, não apenas nas camadas subalternas, mas em outras camadas sociais elevadas, dissidências tinham pouca margem de manobra sem que houvesse um reconhecimento oficial do direito a formação de partidos, atitude concretizada somente com a constituição de 1889⁶⁷.

Sem alternativas, explorados por impostos altos e conseqüentes situações adversas, os camponeses mais uma recorreram à violência em 1884. A região de Kanto, região central e que comporta Tóquio, passou por momentos de ebulição quando a produção de chá e bicho-da-seda que vinham crescendo devido ao comércio com o ocidente foi afetada por políticas deflacionárias. Após incidentes de confronto entre camponeses e policiais, irrompeu em Chichibu uma rebelião liderada por membros do Partido das Pessoas Pobres, mas que contou com apoio de pessoas da região. Embora tenha havido um rápido aumento do número de rebeldes, atingindo algo em torno de 7.500 insurgentes armados de espadas, rifles e outras armas improvisadas, o levante não demandou um enorme esforço do governo para ser suprimido. Na iminência de um confronto com tropas do exército imperial, boa parte da liderança e seguidores debandou. Os focos de resistência foram sufocados em 10 dias. Ao final da revolta cerca de 3.000 indivíduos haviam sido detidos; 7 líderes foram condenados e executados; mais de 30 pessoas foram condenadas a penas entre cinco e oito anos de prisão; muitas foram largamente utilizadas bem como outras punições menores. O fim da rebelião de Chichibu marcou período de fim das manifestações camponesas.

Excluindo-se ocorrências de menor importância e rapidamente debeladas, seria apenas após a vitória dos Bolshéviques na Rússia que revoltas de camponeses e outros subalternos trariam maiores preocupações para proprietários e outros membros das classes

⁶⁷ HUNTER p. 214

dominantes⁶⁸. Neste meio tempo, sem melhoras em sua condição, como ação direta restava aos camponeses lidar com a exploração com ações menos chamativas, ou emigrar. A mobilização política, entretanto, continuaria em marcha, gradualmente formando associações e partidos de esquerda. Contudo, mesmo debelada com alguma facilidade, é difícil defender que revoltas como a de Chichibu não tiveram impacto no governo que se esforçou para apontar culpados e aplicar punições.⁶⁹

Além da evidente inviabilidade de se enfrentar um exército cada vez mais bem preparado e munido, a constituição de 1889 e eleições em 1890 prometiam, ao menos em tese, alguma representação política. Um cenário que contribuía para a redução de insatisfações e revoltas. Ao contrario do resultado final, que marginalizou ou excluiu membros das classes baixas do processo de escolha de representantes, camponeses observaram com otimismo e empolgação a possibilidade de eleições e formação de um parlamento.

Existem indícios de que camponeses e outras pessoas das classes baixas possuíam uma consciência política bastante desenvolvida, mesmo em vilas isoladas. É o que sugere a descoberta de documentos e livros datados do final do shogunato em um galpão abandonado em uma pequena vila a oeste de Tóquio. A descoberta é bastante significativa, pois tratava-se de livros e cópias de livros que tratavam sobre o que seriam debates de questões nacionais e internacionais da época, atas de reuniões em que se discutiam os rumos da política nacional, petição demandando a formação de um parlamento e esboço de uma constituição com 204 artigos⁷⁰. Tais documentos e livros mostravam que mesmo

⁶⁸ HANE pp24-27; JANSEN, M. op cit p.386

⁶⁹ HANE p25-26

⁷⁰ JANSEN, M. op cit 383

moradores de vilas no meio de montanhas eram bastante conscientes e atualizados do cenário político nacional.

Contudo, o processo de confecção da constituição imperial japonesa havia sido bastante cuidadosa para se evitar ingerência popular no governo. Para tal, encarregados especiais foram enviados para diversos países da Europa e Estado Unidos, a fim de estudarem sistemas políticos e suas implicações, também foi feita uma redação minuciosa, situação que postergou a promulgação por vários anos. Especialmente por um de seus principais autores, Itō Myōji, houve cuidado para não se delegar poderes que depois não poderiam ser retomados.⁷¹ Mecanismos de limitar o radicalismo popular também foram providenciados. Uma das principais soluções foi a divisão do parlamento nacional em duas instâncias, a câmaras dos representativos e a dos nobres. Uma solução já conhecida e bastante utilizada por outros países. O voto de acordo com pagamento de impostos também foi instituído, exigindo uma contribuição mínima de 15 yen para que uma pessoa pudesse se tornar eleitora. Nas primeiras eleições apenas 450.365 indivíduos se qualificavam como eleitores ou 1.14 por cento da população⁷². A escolha dos membros da câmara dos nobres era ainda mais excludente, apenas as quinze pessoas que mais pagavam impostos nas grandes áreas metropolitanas ou em toda a província tinham direito de escolha dos membros das cadeiras rotativas⁷³. Para os camponeses, era uma situação com pouca possibilidade de luta no campo político e uma representação bastante limitada. Ainda assim melhor que o monopólio pós-restauração Meiji, ou seja, sem qualquer possibilidade de expressão ou representação. É de se notar ainda, que a constituição imperial possuía

⁷¹ JANSEN, M. op cit p 391

⁷² JANSEN, M. op cit, p 415 e HANE p.13

⁷³ JANSEN, op cit. p 415

ainda uma retórica cativante de outras constituições que, ao menos no trecho de abertura, apresentava a promessa de um estado visando o bem comum.⁷⁴

Tendo, pela virtude das glórias de nossos ancestrais, subido ao trono de sucessão linear ininterrupta desde tempos eternos; *desejando promover o bem estar, dar desenvolvimento moral e intelectual de nossos súditos*, os mesmos que têm sido agraciados com a benevolência protetora e vigilância dedicada de nossos ancestrais; e esperando manter a prosperidade do Estado, em harmonia com nossas pessoas e com vosso apoio, Nós de agora em diante promulgamos (...) a lei fundamental do Estado, para expressar os princípios pelos quais nós guiaremos nossas atitudes e para determinar que nossos descendentes, os súditos e seus descendentes estarão para sempre em conformidade.⁷⁵[Itálico meu]

Ao lado das promessas eleitorais o governo vinha permitindo cada vez mais a possibilidade de se buscar oportunidades melhores em outras regiões. Já em 1869, o governo havia iniciado um programa de colonização de Hokkaidō, através da criação do *Kaitakushi* (1869-1882) ou bureau de colonização, e anunciava que seu objetivo era: "colonizar terras do além-mar e torná-las disponíveis... para as massas e os samurais"⁷⁶, dando claros indícios do ideal de colonização externa, que no início do século XX objetivava especialmente a Coréia.

No contexto de revoltas que se seguiram a instalação do estado japonês moderno, a restrição da movimentação de pessoas que antes as limitava ao trânsito entre vilas próximas ou ao interior de região não apenas caiu em desuso como passou a ser inviável do ponto de vista da formação capitalista. A migração interna possuía a possibilidade da formação de um proletariado urbano⁷⁷, oportunidade que não foi desperdiçada. Entre 1920 e 1940, nas províncias mais industrializadas, migrantes chegavam a representar mais de 60% de

⁷⁴ Idem, p.395

⁷⁵ The Constitution of, the Empire of Japan 1889 on line em Hanover Historical Texts Project: <http://history.hanover.edu/texts/1889con.html>, acessado em 02/11/2010. Destaque meu. tradução minha.

⁷⁶ Yoshikawa Hidezou, *Shizoku jusan no kenkyuu* (Tokyo, 1943), p 131, Apud HAROOTUNIAN, Harry D. op cit, p438, tradução minha

⁷⁷ WHITE, James "Internal Migration in Prewar Japan", *Journal of Japanese Studies*, Vol. 4, No. 1, 1978 p. 83.

trabalhadores em idade entre 20 e 50 anos⁷⁸. Contudo, outra vantagem da migração era o paliativo contra revoltas.

Mesmo após a restauração Meiji, o assunto da movimentação das pessoas continuaria digno de atenção e demandando esforços para ser controlada, mesmo quando se dirigia para o exterior. Não mais se tratava de uma tentativa de controlar a fixação das pessoas na região como no período feudal, mas sim de se tentar controlar seu movimento. Durante todo o período de formação do governo e do capitalismo japonês houve a criação de projetos de migração, bem como sua suspensão e reinauguração. Os reinícios de políticas de emigração tiveram uma coincidência bastante grande justamente em momentos em que a estabilidade do governo foi posta a prova, quando camadas populares realizaram revoltosas e expressaram descontentamento. Nesse sentido não é de se surpreender que o governo não tenha colocado muitos empecilhos quando a migração interna rapidamente evoluiu para um nível internacional. E, e de fato, as províncias do sudoeste que apresentaram revoltas expressiva e, posteriormente, organização de movimentos sociais, como operário e outros excluídos, estariam dentre as províncias que seriam alvos da política de emigração e as que mais enviaram pessoas ao estrangeiro.⁷⁹

No outono de 1884⁸⁰, pouco após as rebeliões de ex-samurais e dos levantes de camponeses, o governo anunciou que permitiria o êxodo para o Havaí. De fato, não apenas permitiria como de 1885 até 1894 desempenharia um papel central no processo, julgando pedidos de candidatos às saídas, mas, acima de tudo, se encarregando da propaganda e seleção de candidatos que desejavam ir ao exterior. A emigração em massa, primeiramente

⁷⁸ TAUBER, Irene. "Family, Migration and Industrialization in Japan" *American Sociological Review*, Vol. 16, No. 2, 1951

⁷⁹ ENDOH, T. op cit; MORIYAMA, Alan Takeo, *Imingaisha* : Japanese emigration companies and Hawaii, 1894-1908, Honolulu: University of Hawaii Press, 1985. p. 159.

⁸⁰ MORIYAMA op cit . p. 11

teve como destino o Havaí, se diversificando para outros países na medida em que relações diplomáticas se estabeleciam.

Ao Japão era importante manter a fluxo sob controle e laços diplomáticos ofereciam certa proteção aos migrantes, permitindo que, em casos de abusos gritantes, o governo japonês manifestasse descontentamento através de meios diplomáticos. Sendo um país que buscava reconhecimento internacional, era importante para o Japão que seus nacionais não fossem percebidos como *coolies*, ou seja, trabalhadores indianos ou chineses extremamente exploráveis e sem muito valor além da capacidade de exercer trabalhos pesados. A diplomacia era também uma forma de se manter o controle da emigração, uma vez que havia necessidade de se solicitar oficialmente a saída, por sua vez, expedição de passaportes individuais e outras procedências burocráticas facilitavam o registro e controle da saída de pessoas.

Enquanto responsável pela permissão de saída de nacionais do arquipélago, o governo japonês desempenhou o papel principal daquilo que Alan T. Moriyama chamou de os atores da emigração. Governo nacional e provincial, companhias de emigração e seus agentes de recrutamento se faziam necessários para convencer os camponeses e outros trabalhadores a deixarem suas casas e irem trabalhar em outro país. A função destes atores era, nas palavras de Moryama, convencer os camponeses, pescadores e outros trabalhadores de que o sucesso financeiro era possível, mas fora do país⁸¹

Quase dez anos após início do da emigração tutelada, o governo japonês tinha motivos para estar satisfeito com os resultados. De 1885 a 1886 a média anual de saídas para o Havaí havia sido de 1.940 pessoas, sendo que por volta dos anos de 1893 e 1894 a havia subido para 8.769 partidas anuais. O governo tinha passado a desfrutar outras

⁸¹ MORIYAMA op cit p. 67

vantagens da migração: a entrada de capital externo, que passou a ser expressivo, bem como havia surgido um setor econômico ao redor do processo emigratório. O dinheiro que entrava no país era proveniente das economias de imigrantes que retornavam, remessas ou da porcentagem dos salários de trabalhadores que eram retidos em bancos japoneses – uma medida que visava garantir a volta dos trabalhadores e cumprimento de contratos.⁸² Esta primeira experiência de emigração patrocinada pelo governo pareceu um sucesso absoluto, emigrantes saíram em quantidades expressivas, e geraram benefícios econômicos com a entrada de capital estrangeiro e estímulo a formação de um setor privado destinado a prestar serviço aos viajantes.

No início da década de 1890 a situação interna se encontrava mais estabilizada, movimentos populares tinham perdido muito de sua vitalidade para de rebeliões e revoltas, ocorrendo gradual evolução para lutas no campo político. Em períodos de maior tranqüilidade e com o sistema migratório funcionando a contento, o governo japonês delegou o trabalho e possibilidade de exploração dos serviços de emigração para o capital privado. Entravam em cena as companhias de emigração. Mesmo delegando o funcionamento a empresas privadas, o governo nacional e o local mantinham absoluto controle da emigração. Intervenções e inspeções no setor privado viriam a ser permitidos através da legislação que regularia a prática, entretanto, poucas vezes intervenções sérias foram realizadas. As exceções ficavam por conta de violações gritantes que poderiam afetar todo o sistema, como problemas diplomáticos ou descrédito do comprometimento do governo com a proteção de seus nacionais. Esse tipo de comportamento foi visível nas palavras do ministro de relações exteriores ao justificar a criação de uma seção especial de emigração em agosto de 1891: “Para se aumentar a popularidade da emigração japonesa

⁸² MORIYAMA op cit p.30-31

além-mar, o governo precisa primeiro encorajar e proteger esses [emigrantes]”.⁸³ Contudo, conforme o processo de saída se tornava mais complexa, o posicionamento do governo central passou cada vez menos a ter contato direto com as pessoas. As administrações locais organizavam a política emigratória e serviam de intermediários entre os candidatos e burocracia estatal; setores privados cuidavam da arregimentação; a instância nacional trabalhava como fiscalizador do sistema e nas relações exteriores, estabelecendo laços diplomáticos e, como consequência, possibilitando novos destinos.

O governo nacional também julgava a viabilidade de pedidos por trabalhadores provenientes de vários locais, como Peru, Índia, Hong Kong, Nova Caledônia, Canadá, Austrália e Brasil⁸⁴. Contudo mesmo com o envio de pequenos grupos para Austrália, Fiji, Guadalupe, e Nova Caledônia, o Havaí se manteve como principal destino até 1908. Tal movimento desfrutava de apoio do governo, uma vez que disponibilizava o consulado no arquipélago havaiano como canal de contato entre os dois governos e recebendo requisições de trabalhadores nipônicos feitos por fazendeiros locais. Pequenas reclamações feitas por imigrantes também eram alvo de investigação do consulado japonês, que tentava impedir que pequenas contendas evoluíssem para rixas maiores. Contudo, em casos mais críticos, como disputas trabalhistas ou greves, o consulado se mostrava bastante ausente e com frequência não era oferecido qualquer apoio⁸⁵. Por outro lado, fugas de trabalhadores recebiam rápida intervenção por parte do consulado, que procurava os desertores e dirigia apelos para que retornassem e cumprissem integralmente os contratos. Mesmo passando para uma posição de regulador, o governo nunca deixou desempenhar um papel importante

⁸³ Idem, p.45, tradução minha

⁸⁴ MORIYAMA op cit, p31

⁸⁵ Idem, p 100

na manutenção do movimento migratório. De fato, possuía bons motivos para se manter ativo no processo migratório.

Com um processo de expropriação no campo ocorrendo nas décadas finais do século XIX, os potenciais viajantes haviam crescido consideravelmente. Enquanto deixar camponeses expropriados juntamente com outras categorias de subalternos dentro do país podia representar algo perigoso, essa mesma situação tinha o potencial de ser transformada em oportunidade, pois estes poderiam se tornar em uma massa útil a outros setores da economia. Quando o governo abriu mão do controle absoluto, a iniciativa privada não demorou para se aproveitar da situação e dar uma utilidade mais capitalista aos despossuídos que se formavam.

Com a desvalorização do arroz, base da produção agrícola, e valorização do preço das terras, somente de 1883 a 1890, 367.000 proprietários haviam perdido suas propriedades e a porcentagem de arrendamento para cultivo havia subido de 35.9 em 1884 para 40.2 por cento em 1892⁸⁶. Enquanto muitos pequenos agricultores se tornavam arrendatários, outros optavam por migrar para cidades ou para o exterior. Enquanto é difícil dizer até que ponto a emigração evitou novas rebeliões, fica claro que para o governo as saídas eram um dos tratos possíveis a essa massa de desvalidos. Além de aliviar tensões sociais, fornecer outros meios de arrecadação, como entrada de divisas, a emigração passou também a ser um negócio que poderia ser alvo de impostos. Nesse sentido uma política claramente favorável a saída de nacionais não encontrou muitos conflitos em passar para a iniciativa privada. Para os dois, governo e setor privado, mais pessoas deixando o arquipélago significava maior lucro. E as possibilidades de ganho para a iniciativa privada não pareciam poucas. Em 1894, quando o governo tornou pública a abertura do mercado da

⁸⁶ idem, p.5

emigração para os setores particulares, nada menos que sete companhias entraram oficialmente em operação⁸⁷.

Do ponto de vista burocrático, a transferência se iniciou com o decreto de emigração de 1894, que seria posteriormente, em 1896, transformada em lei. Esses aparatos legais, em especial a lei de 1896, definiram os conceitos básicos (como migrante, agências prestadoras do serviço, companhias de transporte) e regularam o funcionamento das companhias de emigração. Na prática, as primeiras empresas do ramo haviam sido estabelecidas alguns anos antes, em 1891. No entanto, mesmo antes deste momento várias pessoas já vinham ajudando trabalhadores a obter passaporte e outros requisitos burocráticos necessários. A ação destas pessoas pode ser considerada a gênese das companhias. Normalmente, estes indivíduos eram ligados às chamadas casas de embarque em Yokohama ou Kobe, estabelecimentos que ofereciam hospedagens para trabalhadores aguardando os trâmites finais do processo de saída. Empregados destas casas freqüentemente atuavam fazendo propaganda e atraindo potenciais viajantes através de alegações nem sempre verdadeiras. Afirmava-se, por exemplo, serem possuidores de contatos com empresas de navegação ou que poderiam oferecer passagens mais baixas quando, na verdade, cobravam preços mais altos.

Nos anos seguintes as companhias cresceriam em número e em poder. De 1894 a 1908 havia pelo menos 51 instituições que poderiam ser entendidas como companhias de emigração. Enquanto algumas eram pequenas, possuindo apenas alguns poucos agentes que realizavam viagens pela zona rural para arregimentar pessoas; outras possuíam diversos escritórios espalhados pelo país e chegavam a usar setenta e cinco pessoas que percorriam as cidades e vilas do interior em busca de emigrantes. As empresas também procuravam

⁸⁷ Retirado da tabela 9 MORIYAMA, A. op cit, p. 50

manter conexões com políticos (quando estes não estavam entre o quadro de investidores que se juntavam para formar uma companhia). Políticos locais eram especialmente úteis para agilizar a burocracia regional e facilitar a saída de pessoas. Ligações com a política de maior expressão como deputados da câmara baixa ou partidos políticos também aconteciam⁸⁸ e eram, evidentemente, úteis. Contudo, as companhias contavam ainda com estreitos laços como outras empresas, como companhias de navegação e casas de embarque⁸⁹. Em alguns casos era difícil identificar o limite entre as instituições. Bancos também possuíam estreitas relações com as companhias de emigração e desempenhavam papel central no sistema de migração para o Havaí. Os bancos envolvidos eram responsáveis por guardar economias e realizar remessa de capital, mas, especialmente, tinham função de seqüestrar parte de pagamentos como garantia para que contratos fossem cumpridos.

Apesar do começo da prática ser modesto e remeter aos assistentes das casas de embarque, as companhias de emigração rapidamente evoluíram para verdadeiros conglomerados capitalistas. Nos anos que seguiram ao fim do monopólio do governo sobre o êxodo, empresas de emigração nasceram através da associação investidores capitalistas interessados em aplicar no negócio. Em pouco tempo companhias adotaram traços de corporações modernas, com empresas maiores comprando e incorporando menores. Como qualquer corporação moderna, estas empresas tinham lucro como objetivo final, e guardavam poucos escrúpulos para atingir esse objetivo. Moriyama destaca que em 1902 um editorial do jornal *Osaka Asahi shinbun* de maneira bastante clara afirmava que “todas as companhias se aproveitam dos emigrantes ingênuos, cobrando taxas de comissão

⁸⁸ idem, p. 57, sobre alta cúpula ver p. 103

⁸⁹ idem, p. 80

exorbitantes, roubando as economias dos migrantes e apenas se importando com seu próprio lucro”. Em 1905 um comissário Norte Americano de modo semelhante comentou: “a associação de companhias é virtualmente um monopólio... O resultado tem sido o crescimento de algo maligno e escandaloso nos métodos de se controlar a emigração japonesa para o Havai”⁹⁰

É sempre difícil identificar uma única causa para a diáspora, entretanto, parece ser possível afirmar com alguma sensatez que a situação degradante no campo desempenhava um papel fundamental. A concentração de terras causava miséria e levava pessoas a procurarem melhores condições no exterior ou nas cidades. Enquanto a opção de emigrar caracterizava uma escolha particular ou familiar, é evidente que frente a uma situação desfavorável a fuga do campo era uma alternativa possível. Estas pessoas estavam entre os principais alvos das companhias, que de fato tentavam seduzir potenciais viajantes ao apresentar-lhes uma rota de fuga possível. Contudo, os potenciais emigrantes eram pouco influenciados pelo aumento das companhias que prestavam o serviço. As empresas tinham pouca influência para afetar os números de saídas, pois, mesmo em momentos proliferação das prestadoras de tal serviço, as médias anuais se mantiveram estáveis. Emigrantes se mostravam mais sensíveis a responderem a fatores externos como busca de melhores salários ou a imagem de ex-emigrantes retornando com posses que a uma política de arregimentação do governo ou falsas propagandas das companhias.⁹¹

As companhias tinham apenas chance de influenciar o ponto de destino das pessoas e, considerando-se situações desesperadoras, não precisavam apelar para grandes promessas. Por exemplo: uma jovem que havia deixado sua vila em Kyūshū para trabalhar

⁹⁰ idem.

⁹¹ idem, p.69 , mais detalhes 67-73

em Osaka nos anos de 1930 afirmava com alegria que na tecelagem em que trabalhava era permitido comer o quanto queria⁹². Segundo Moriyama, outra causa comum para as saídas era o uso da emigração como uma alternativa ao alistamento militar. Uma estratégia bastante esperta se for considerado os riscos do serviço militar e que este desfalcava a família de agricultores da força de trabalho de jovens. Embora a saída para o estrangeiro desfalcasse a família também, a emigração apresentavam a possibilidade de algum ganho através do envio de remessas de dinheiro.

Quando as saídas o Brasil e America Latina foram iniciadas anos depois da emigração para o Havaí, os motivos permaneciam os mesmos: o casamento entre os objetivos do governo (interessado em amenizar situações que poderiam resultar em instabilidade política), objetivos dos próprios emigrantes (que viam interesses próprios no projeto de escoamento de problemas sociais), o interesse de empresas privadas e de se lucrar coma situação. Para a manutenção do sistema, o governo nipônico no começo do século XX buscava destinos alternativos para a emigração para Havaí e EUA, onde começam a surgir problemas como tensões étnicas e atritos diplomáticos. Por sua vez, empresas de navegação, que haviam crescido em tamanho, continuavam a buscar o lucro com o transporte dos migrantes, buscando e solicitando do governo a aprovação de novos destinos. É em tal contexto que a America Latina se destacou.

Nos anos próximos a chegada da primeira leva ao Brasil, em 1908, a situação diferia do período das rebeliões do século XIX, mas o governo ainda temia as massas e o aumento do movimento de trabalhadores, que insistia em sobreviver apesar da repressão. Já afastado dos negócios de transporte e arregimentação, o governo japonês durante o início da saída em direção a America latina continuava a desempenhar um papel central emitindo

⁹² HANE p. 40

passaportes e regularizando o negócio das companhias, realizavam trabalho de diplomacia, bem como governos locais ofereciam suporte as companhias e o sistema burocrático da emigração.

Além de ser o que Endoh chamou de um descompressor político⁹³, é de se notar que o governo japonês tinha outros interesses que mereciam continuidade, vantagens que surgiram com o estabelecimento de imigrantes no Havaí e EUA. A quantidade de dinheiro remetida por parte dos trabalhadores instalados naquelas localidades havia aumentado consideravelmente e passara a ser uma importância nada desprezível para a receita de províncias com grande volume de emigrantes. Em 1891, em Hiroshima, uma das províncias que mais contribuía com o fluxo, a entrada de dinheiro proveniente do Havaí e EUA representava 54 por cento de seu orçamento.⁹⁴

Entre altas esferas de poder a emigração não perdia evidência. Segundo Endoh, Shigenobu Ōkuma, duas vezes primeiro ministro e também fundador da universidade Waseda, publicou em 1908 a *Expansão dos japoneses e Empreendimento Colonial*. Neste artigo, Ōkuma defendia a saída de nacionais do arquipélago (que considerava superpovoado) em direção a áreas maiores, especialmente em países menos povoados onde os japoneses poderiam ir para trabalhar livremente. Ōkuma também desqualificava o expansionismo militar ao afirmar que os países de destino poderiam ser outros que não integrantes do império japonês⁹⁵. Entretanto não foi apenas o primeiro ministro que dissertou sobre a migração, intelectuais ligados ao governo também fizeram o mesmo e

⁹³ ENDOH, T. op cit

⁹⁴ Idem p. 61; ICHIOKA, Y. *The Issei: The World of the First Generation Japanese Immigrant, 1885-1924*. New York: Free Press. 1988 pp51-52

⁹⁵ ENDOH, T, op cit , p. 63

apresentaram racionalizações diferentes para se explicar a saída de nacionais⁹⁶. Todavia, o denominador comum entre as várias justificativas era de que as saídas eram algo benéfico ao estado. Apesar das diferentes justificativas, o projeto institucional apresentou uma execução coesa ao longo de sua história. Não parece segredo que execução desse projeto por vezes suplantava a preocupação com o benefício popular.

O governo, em suas várias esferas manteve uma política com objetivo de desabilitar movimentos que desafiavam a ordem vigente, bem como garantir lucro para companhias de navegação e emigração. Enquanto que visto de maneira individual os membros que participaram do governo puderam ter maior ou menor comprometimento com o êxodo e seus usos bem pouco nobres – como foi o caso da instrumentalização da evasão de possíveis dissidentes ou a colonização de povos subjugados – entretanto, dificilmente seria possível retirar da instituição a responsabilidade de ter agido de forma conveniente aos seus interesses mesmo quando isso representava riscos para sua população.

Olhando-se apenas para os que deixavam o país, a saída de japoneses representou uma forma de lidar com aqueles que poderiam ser os subservientes exploráveis, mas que rapidamente poderiam se tornar membros de revoltas. Desconsiderar os riscos que estas pessoas impunham ao governo caso estivessem impossibilitados de se dirigirem a qualquer lugar é observar a emigração de forma incompleta. Endoh aponta que justamente nas províncias e no momento de maior mobilização de partidos políticos de esquerda e de operários que ocorreu um revigorado apoio do governo à emigração. De fato, em anos próximos a década de 1920, quando está ocorrendo a reorganização de oposição política após violentas perseguições, o governo chega a pagar parte do valor das passagens.

⁹⁶ idem. Em especial ver: capítulo 3, “Building the emigration Machinery”

Embora atuação de partidos e sindicatos fosse majoritariamente urbana, no campo, empobrecimento, miséria, desastres naturais e altas taxas de concentração de terras causavam cenário ideal para ressurgimento de revoltas, como de fato viria a acontecer em 1918. Neste ano, protestos realizados por mulheres de pescadores seriam a fagulha para se iniciar o que ficou conhecido como revolta do arroz. Tal insurreição começou como um protesto contra altos preços do arroz, causados particularmente por especulação de mercantes no de mercado pós Primeira Guerra. A revolta rapidamente adquiriu uma proporção nacional. No total, formam afetadas 39 províncias e congregou setecentos mil insurgentes. Foi necessário ao governo mobilizar as forças policiais e 110.000 soldados para acabar com a manifestação⁹⁷. O levante foi mais intenso no sudoeste e oeste, regiões tradicionalmente contribuintes de grandes quantidades de migrantes desde o início da saída de japoneses do arquipélago. Não é surpresa que após o levante o governo daria novo vigor as políticas de escoamento de pessoas.

Contudo, não foi apenas a revolta que levaria à retomada de políticas de escoamento da matéria de sedição. A formação de associações e sindicatos para defender os próprios interesses começa a se tornar uma ameaça evidente do ponto de vista do governo, como de fato foi observado em um relatório feito pela Polícia e Secretaria de Segurança do *Naimu-shō* (Ministério de Assuntos Internos).⁹⁸

A medida seguinte foi o controle por parte do estado e aumento do êxodo. Tal medida havia dado os primeiros passos ainda em 1917, quando ocorreu a fusão da Tōyō Imin Goshi Kaisha (Companhia de emigração Tōyō), Nambei Takushoku Shokumin Kabushiki Kaisha (Companhia de emigração e colonização Sul Americana) e Morioka Imin

⁹⁷ ENDOH, T. op cit, p. 114; HANE, op cit 160-1

⁹⁸ ENDOH, T. op.cit , p 115

Kaisha (Companhia de emigração Morioka). A formação da mega empresa foi patrocinada pelo ministro das finanças Kazue Shōda, formando a Kaigai Kōgyō Kabushiki Kaisha (companhia de desenvolvimento além-mar) ou, como ficou conhecida, KKKK. Em 1920 esta corporação absorveu outras companhias menores ganhando monopólio e centralizando a emigração japonesa bem como os processos de organização a formação de colônias e oficializando uma estreita relação entre a prestação de serviços de emigração e o governo central.⁹⁹

Do ponto de vista governamental, a situação se agravaria um ano antes do início dos subsídios por parte do governo japonês para a emigração para o Brasil, em 1922, quando o Nihon Nōmin Kumin (União dos agricultores do Japão) seria fundado em Kyoto. O Nihon Nōmin Kumin, também conhecido como Nichinō, foi a primeira instituição nacional de camponeses. Esta associação defendia ideais como: direito dos arrendatários, democracia, oposição ao autoritarismo do estado, socialismo. Sob a influência do Nichinō os movimentos de esquerda cresceram consideravelmente e serviu de plataforma para alguns líderes até o momento que a associação se fragmentou. A divisão aconteceu entre simpatizantes de idéias comunistas e facções não revolucionárias. Tal divergência se mostrou insustentável no momento da definição de apoio ao Partido dos Trabalhadores Camponeses, instituição que possuía uma orientação comunista e propostas de ações revolucionária.¹⁰⁰ Nichinō tinha uma boa base justamente nas partes do país em que houve maior número de emigrações.

O sudoeste tinha assumido uma importância estratégica para o desenvolvimento do governo e capitalismo japonês moderno. No final do século XIX com abertura de empresas

⁹⁹ ENDOH, op.cit , p 69; GERBI Normano p. 26; MASTERSON FUNADA-CLASSEN The japanese in Latin America p 78

¹⁰⁰ ENDOH, T op.cit , p.115

governamentais e privadas, a região havia se tornado um dos principais focos da industrialização japonesa, comportando minas de carvão, estaleiros e siderúrgicas, indústrias estratégicas para a formação de um país moderno e militarmente forte. Mas nem sempre os projetos públicos e privados representam a os interesses da população, e a região acabou por comportar um movimento de operários que lutou por direitos trabalhistas e democráticos¹⁰¹.

Extraíndo carvão e produzindo aço (utilizados na construção civil, transporte ferroviário e naval, e também produzindo material bélico) não é difícil imaginar que a Região Sudoeste do Japão no início do século XX fosse bastante sensível a qualquer distúrbio da ordem estabelecida. É claro que, como os exemplos do século XIX indicam, o governo não tinha muitos pudores em usar a força para conter “distúrbios”. Na verdade Itō Hirobumi, um dos redatores da constituição japonesa e, posteriormente primeiro ministro, ao escrever comentando sobre a constituição, expressou com todas as letras como deveria ser tratada a liberdade de expressão e de associação:

(...) como toda ferramenta com dois gumes, esta [a liberdade de expressão] pode ser mal usada, é necessário, para a manutenção da ordem pública, punir com a lei e prevenir com medidas policiais legais qualquer violação por seu uso contra a honra ou os direitos de qualquer indivíduo, qualquer distúrbio da paz pública ou qualquer apologia ao crime¹⁰²

Uma situação que apesar de não ser incomum em vários outros lugares do mundo foi percebida por sociólogos japoneses daquele período. Em 1910, Uyehara, ao analisar o desenvolvimento político do Japão, escrevia: “(...) não há nada na Constituição para garantir os direitos e liberdades pessoais de ficarem a mercê de funcionários do

¹⁰¹ idem , p116

¹⁰² ITŌ, Hirobumi, *Commentaries on the constitution of the Empire of Japan*, Westport, Conn.: Greenwood Press, 1889. P. 55-56, tradução minha; WOODIWISS, Anthony Law, labour, and society in Japan: from repression to reluctant recognition p.53

executivo.”¹⁰³ Entretanto, a pesar dos contínuos esforços de prevenção e de repressão, a região sudoeste foi palco de uma grande atividade do movimento operário. A concentração de indústrias na região e articulação do movimento operário fez com que, por exemplo, em 1920 uma greve por melhores salários e condições de trabalho em Yahata paralisasse 60 por cento da produção de aço japonesa¹⁰⁴. A situação da região tinha um equilíbrio bastante delicado, que oscilava de acordo com a disputa de força entre a repressão das autoridades e o movimento operário, que tinha a capacidade de seqüestrar o coração da indústria de base e de produção militar japonesa. Isso em um país com prioridades de industrialização e construção de forças armadas bastante acentuadas.¹⁰⁵

Embora a questão dos operários e camponeses pobres tenha sido importante, segundo o argumento de Endoh, o acirramento da política migratória no século XX também foi influenciada pela oposição em todo o país de associações de minorias excluídas, como: burakumin (ou descendentes de pessoas que no período shogunal desempenhavam atividades impuras segundo os preceitos shinto-budistas), imigrantes coreanos, devedores, entre outros.

Independente de qual fosse o “problema social”, o governo aparentemente passava a não ter pudores para comentar abertamente sobre a finalidade da emigração, pois, em 1924, o Conselho Econômico Imperial expressava que “Promover a emigração é uma tarefa iminente para o estado distribuir adequadamente recursos naturais e população, resolvendo assim vários problemas sociais”. Quando o departamento responsável pela emigração, o *Takumu-bu* (Departamento de Assuntos Coloniais) protestou alegando ser uma ingerência

¹⁰³ UYEHARA, George Etsujiro, *The political development of Japan, 1867-1909*, London : Constable, 1910. P 132. Tradução minha WOODIWISS, Anthony op cit, p.53

¹⁰⁴ ENDOH, T op.cit , p118

¹⁰⁵ idem

em sua alçada, o gabinete do primeiro ministro Kiyoura Keigo (14/2/1924-5/11/1924) criou a Secretaria de Assuntos Sociais. Através dessa nova instituição ambos os departamentos poderiam ter administração da política de emigração¹⁰⁶.

Nos anos que se seguiram ocorreu o crescimento do estado autoritário, foi criada a lei de Preservação da paz (1925), que garantia ao Estado a premissa de punir qualquer indivíduo ou grupo que tentasse alterar a política nacional ou o sistema privado¹⁰⁷. A lei seria ampliada em 1926, passava a caçar a liberdade de expressão e de livre associação de forma bem severa. Houve também a criação de uma polícia especial para encontrar subversivos e do aparato legal para se aplicar ainda mais punições. Mesmo que a repressão a dissidentes não fosse uma novidade no Japão, a institucionalização da perseguição é bastante indicativa e apresenta sincronia com a política emigratória bastante elevada. De fato, não apenas os membros do governo eram os únicos a achar o êxodo uma boa solução contra os “males sociais”. Nagata Shigeshi, um ativista cristão que veio a fundar a colônia Aliança no Brasil, afirmava que “Seiki shisō [Ideias revolucionárias] iria inevitavelmente nascer dentro do Japão, como ou sem a influência da Rússia”. O caráter político da emigração chegou a ser percebido mesmo por escritores de um dos jornais da colônia japonesa em São Paulo, o Nipaku Shimbun¹⁰⁸.

Apesar de “problemas sociais” assumirem sua forma mais crônica nas cidades – e a emigração fosse uma política majoritariamente voltada para comunidades rurais – havia a percepção por parte do governo que estes problemas urbanos eram alimentados por uma corrente de pobres e miseráveis que saiam das áreas rurais em direção as zonas urbanas

¹⁰⁶ ENDOH, T., op.cit , p.140 e 224nota 7

¹⁰⁷ Idem, p.139

¹⁰⁸ Idem, p p. 140-141

idades¹⁰⁹. Embora seja provável que a seqüência: camponês sem terra, migrante, ativista político, não fosse uma fórmula automática para a maioria das pessoas que se dirigiram para as cidades, parece razoável supor que essa corrente criou a oportunidade de uma massa a ser explorada também nas cidades, mas que ao mesmo tempo essas pessoas poderiam apresentar estratégias de resistência.

É difícil determinar o que significou a emigração japonesa sem se questionar para quem é dirigida a pergunta. Para membros do governo e da classe dominante certamente a emigração significou um enorme auxílio na pacificação do campo e na desarticulação de movimentos de trabalhadores nas cidades. Por outro lado, uma pesquisa realizada nos Estados Unidos com mais de mil pessoas da primeira geração sugeria que os japoneses percebiam a viagem como busca por oportunidades de realização e mesmo aventura, opinião semelhante à encontrada, por exemplo, em um diário de imigrante okinawano no Brasil¹¹⁰. Tal percepção dos riscos envolvidos que se expressa no termo “aventura” não deixa de expressar a consciência em contraste com a imagem do indivíduo que deixaram o país em função de uma política escoamento ou por propagandas de companhias de emigração

Enquanto que para as classes dominantes o ato de mandar pessoas para fora era uma maneira de se garantir a sua tranquilidade, para os camponeses era uma oportunidade para tentar melhorar de vida e de se fugir de dominações locais ou mesmo romper com uma fixação imposta por tradição. Como sugeriu Dirk Hoerder em *Cultures in Contact*, talvez mais do que observar as grandes políticas migratórias que se apresentam de forma bastante

¹⁰⁹ENDOHT, T, op.cit, p141

¹¹⁰ MODELL, John, “The Japanese American Family: A Perspective for Future Investigations”, *Pacific Historical Review*, Vol. 37, No. 1, Feb., 1968

YAMASHIRO, José, *Trajatória de duas vidas - Uma história da imigração e integração*, São Paulo: Cultura Editores Associados, 2001.

inconstante ao longo da história, talvez seja mais produtivo observar como essas políticas são apropriadas pelos emigrantes a fim de expressarem suas angústias, expectativas e esperanças.¹¹¹

¹¹¹ HOERDER, Dirk *Cultures in Contact: World Migrations in the Second Millennium*, Durham: Duke University Press, 2002.

Capítulo 3 – A imigração para São Paulo

3.1 O interesse prévio na imigração Asiática

Não foi apenas por idos de 1908 que houve interesse na formação de uma migração da Ásia para o Brasil. A questão da imigração asiática para a lavoura causava discussões, sobretudo, em instituições nacionais. Desde o século XIX parlamento, revista de agricultores, revistas ilustradas e congressos agrícolas levantaram a questão dos benefícios e malefícios de se trazer um imigrante não branco e por conseqüência, inferior de acordo com teorias de hierarquia racial. Embora quase todas as discussões fossem pautadas pela defesa e oposição da vinda desses trabalhadores, as motivações e interesses por se alinhar a um ou outro lado variavam de forma considerável de acordo com o grupo em questão bem como o momento histórico.

Ao longo de todo o século XIX a questão da imigração chinesa causou comoção, mas ganhou maior destaque na medida em que se acirrou o movimento abolicionista. As propostas para importação de mão-de-obra chinesa e algumas entradas aconteceram em momentos de ameaça ao sistema de trabalho. O período do início das pressões inglesas pelo fim do tráfico talvez seja o momento inicial, uma vez que em 1810 já é possível encontrar uma proposta do ministro do exterior português, neste momento domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, sugerindo a vinda de 2 milhões desses trabalhadores asiáticos. A proposição rendeu a entrada de cerca de 500 desses trabalhadores. Posteriormente, em 1854, poucos anos após a lei Eusébio de Queiros, a questão foi discutida nas duas câmaras da assembléia geral e posteriormente foi ordenado à legação brasileira em Londres que providenciasse a vinda de 6.000 chineses. Destes, 360 chegaram a ser introduzidos dois anos mais tarde e

pelos menos outros 612 indivíduos entre 1859 e 1866. Passado pouco tempo da aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1874, outra leva de 1.000 pessoas foi providenciada. Nos últimos anos da escravidão não se registra entradas devido à ação de abolicionistas opositores à idéia. Ainda sim, nas últimas décadas do século houveram várias publicações discutindo o tema¹¹².

Textos encomendados pelo governo ou de pensadores como de Salvador Mendonça, Quintino Bocayuva e Visconde de Sinimbu sugeriam os chineses como trabalhadores baratos e subservientes¹¹³. Duas das principais qualidades que interessavam aos fazendeiros naquele período, pois resolviam os problemas de trabalhadores revoltosos e salários de imigrantes elevados.

Os contrários eram, no geral, abolicionistas. Alguns deles ilustres, como Joaquim Nabuco e Taunay¹¹⁴. A principal ação consistia na denúncia de que esta imigração formaria um sistema que continuaria o escravista, e, de forma menos nobre, na defesa da idéia de “contaminação social” por uma dita raça inferior. Os embates entre abolicionistas e fazendeiros resultaram em barreiras para a vinda de grandes quantidades de chineses. A imigração como alternativa à escravidão continuou como objetivo e se concretizou, não na

¹¹² CONRAD, Robert “The Planter Class and the Debate Over Chinese Immigration to Brazil, 1850-1893”, *Internacional Migration Review*, vol 9, n° 1, 1975. LAMOUNIER, Maria L. *Da Escravidão ao Trabalho Livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas: Papirus, 1988. LESSER, Jeffrey A *Negociação da Identidade Nacional: imigrantes minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*, São Paulo: Editora Unesp, 2001, especialmente capítulo 2.

¹¹³ Pinheiro, Xavier *Importação de trabalhadores chins: memoria apresentada ao Ministerio da Agricultura, Comercio e Obras Publicas e impressa por sua ordem*. Rio de Janeiro: Typ. de João Ignácio da Silva, 1869. MENDONÇA, Salvador Meneses Drummond Furtado de. *Trabalhadores asiaticos*. New York: Typ. do Novo Mundo, 1879. BOCAJUVA, Quintino *A crise da lavoura* (1868) Typ. Perseverança 1968. CONGRESSO Agrícola. Edição fac-similar dos Anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

¹¹⁴ CONRAD, Robert “The Planter Class and the Debate Over Chinese Immigration to Brazil, 1850-1893”, *Internacional Migration Review*, vol 9, n° 1, 1975. Sobre Nabuco ver discursos de 01/09/1879 e 03/09/1879 NABUCO Joaquim, *Discursos parlamentares/ Joaquim Nabuco* Brasília, DF : Câmara dos Deputados, 1983. p.187 e 164. HALL, M. “Reformadores de Classe Média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração”, *Revista de História*, vol 53, n° 105, 1976.

entrada de asiáticos, mas na introdução de milhares de italianos que garantiram a formação de um mercado de trabalho capitalista e o fim de escravidão.

No início da década de 1880 já não havia grande segredos sobre as expectativas com relação à imigração em massa. Mesmo Taunay, que não demonstrava entusiasmo aos interesses dos fazendeiros, percebia com clareza a função da entrada de imigrantes. Em 1884, ao tomar a palavra na tribuna, o visconde expressava que: “É impossível ter salários baixos, sem violência, havendo poucos braços e muitos que queiram empregá-los”.¹¹⁵ Em 1888 já havia relatos de quedas nos salários e em 1897, era evidente que a política tinha sido bem sucedida, com relatos de sobra de braços¹¹⁶, mas mesmo assim a imigração continuaria por várias décadas.

Mesmo após o início da vinda de italianos, no começo da década de 1890 ainda havia interesse na imigração chinesa, entretanto, a oposição à entrada de asiáticos começa a surgir no meio dos próprios agricultores favoráveis ao sistema de imigração. Um relatório apresentado à comissão de imigração do congresso apontava que, apesar da questão racial, a principal ameaça dava-se pelo temor de que a concorrência dos salários reduzidos pagos a chineses afastasse os italianos, o principal ponto de apoio da grande imigração; assim sendo, tornava-se incoerente trazer imigrantes que criavam polêmica sobre a política de imigração em massa e que traziam sérios riscos de afastarem outros trabalhadores:

A outros o escopo de querer substituir uma por outra escravidão, ou de querer transformar o homem em vil instrumento.

A outros a glorificação da imigração chinesa, descrevendo somente o belo daqueles países orientais, não considerando seu lado bruto e indecoroso.

« A imigração chinesa não é possível nem aceitável

¹¹⁵ Anais da Camara 1884 , vol. V, p540 apud HALL, M “Os Fazendeiros Paulistas e a Imigração”, p159 in *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Ed. da Unimep, 2003

¹¹⁶ idem

por duas razões :

1^a , porque dotados de uma constituição física extremamente fraca deteriorariam o tipo em vez de melhorar a população ;

2^a , porque com os diminutos salários com que se satisfazem seriam uma poderosa concorrência aos trabalhadores europeus que se dirigiriam para todos os outros países, menos para o Brasil.»

Assim escreve Hugo Falconi no *Bersagliere*.

E para nós, liberais, este insulto não deveria partir do glorioso ilustre escritor José do Patrocínio na *Cidade do Rio*, nem dos jovens do *Novidades*; e nem menos injustos são os temores do ilustre Visconde de Taunay, em nome da Sociedade de Imigração.

Agradecemos-lhe a forma cortês e polida da polemica, porém longe de nós queremos introduzir uma raça degradante, quando temos no nosso programa a solução do problema social(...) ¹¹⁷ [itálico no original]

Embora continuasse apontando as caracterizações injustas feitas aos chineses, atenuando as críticas de raça inadequada, o relator não refutou a questão dos salários. Uma conclusão parecida podia ser encontrada alguns anos antes, em um relato feito por um representante de fazendeiros paulistas enviado para a Califórnia a fim de investigar o trabalho de chineses, trabalho publicado no *Jornal dos Agricultores*, periódico que abria espaço para opiniões favoráveis e contrárias a imigração chinesa:

Só a lei da necessidade obriga-nos a abrir nossas portas a uma nacionalidade que em qualquer parte onde esteja prima por viver de si e por si.

Quando a imigração européia for em massa para o Brasil, de modo a estabelecer competência nos salários, então seremos felizes. ¹¹⁸

Entretanto a não concretização da imigração asiática e o estabelecimento da imigração maciça de europeus não representaria o fim do interesse em asiáticos. O reconhecimento de países do extremo oriente como fonte de trabalhadores, especialmente o

¹¹⁷ NICOSIA, Salvador *Imigração e Colonização*, Relatório apresentado a Comissão especial organizadora do serviço de imigração e colonização para os Estados Unidos do Brasil por nomeação honorífica do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Rio de Janeiro, RJ: Typ.Montenegro, 1891. P 87.

¹¹⁸ “Imigração chinesa”, *Jornal do Agricultor- princípios práticos de economia Rural*, Ano III, TomoV Julho a Dezembro, Rio de Janeiro, 1881 p. 321, encontrado no Instituto Agrônomo de Campinas (doravante IAC)

Japão, que passaram a prover trabalhadores para os Estados Unidos (país tido como modelo e sempre observado por fazendeiros e governos), fazia com que a idéia de se trazer imigrantes da Ásia retornasse diversas vezes à pauta de interesses. Em tal contexto, os fazendeiros começaram a se interessar pelo Japão como fonte de trabalhadores asiáticos, como explicou Prudente de Moraes ao novo presidente eleito:

Foi, em execução dessa lei, constituída a missão especial à China e nomeado o respectivo pessoal. Por varias circunstancias, entretanto, não pôde essa missão preencher o seu fim, e julgando conveniente, por decreto n. 1896 de 23 de novembro de 1894, adiar os serviços autorizados pela lei n. 97 de 1892, dissolvi aquela missão.

Não deixou de influir em meu espírito para tomar essa resolução a conveniência, que foi então sugerida em vários centros agrícolas importantes, de ser procurado um acordo com o Japão,

no intuito de facilitar a corrente de novos trabalhadores para os vastos territórios da Republica.(...)

No que respeita á imigração de trabalhadores japoneses para o nosso país, aspiração aliás bem fundada de uma grande parte de inteligentes agricultores, ainda não produziu o tratado os efeito esperados.¹¹⁹

Contudo seria apenas na década seguinte que haveriam estímulos para o início da imigração japonesa, com a situação adversa causada pela decadência do fornecimento de italianos nos anos iniciais do século XX e a busca por imigrantes mais subservientes.¹²⁰ Entretanto, antes disso em São Paulo, a política imigratória passaria a ser cada vez mais tutelada pelo próprio governo estadual. Esta autonomia sofreria diversos contratempos, alguns bastante embaraçosos, como quando a Itália proibiu a emigração de seus nacionais com passagem paga, tendo em vista aos péssimos tratamentos dado aos colonos em

¹¹⁹ *Mensagem ao Presidente da Republica Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, apresentada pelo Dr. Prudente J. de Moraes Barros em 13 de novembro de 1898* Diário oficial da união de, p. 7. Seção 1. de 16/11/1898. A lei federal n. 97 de 05/10/1892 autorizava a livre entrada de imigrantes chineses e japoneses.

¹²⁰ LESSER, Jeffrey. *Op cit*, 2001.pp154-155

fazendas, chamando a atenção ainda mais para uma situação já conhecida mesmo por governos distantes, como o do Japão.¹²¹

3.2. Autonomia da imigração Paulista

A política imigratória que se estabeleceu no último quarto do século XIX foi levada a cabo com financiamentos do governo nacional e, sobretudo, pelo governo paulista. Desde os momentos finais do império, São Paulo já vinha cuidando da imigração na província, garantindo seus interesses imigratórios junto ao governo central. Alguns anos após a proclamação da República, em 1896, quando os custos da imigração passaram inteiramente para alçada estadual, o governo de São Paulo já dispunha de experiência e estava bem articulado para arcar com este fardo.

Mesmo a imigração se tornando um serviço que arrebatasse boa parte da receita do estado, a vantagem imediata para São Paulo era a de que a política imigratória seria um assunto da casa paulista, evitando atritos em instancias federais e permitindo a entrada dos imigrantes que se julgasse conveniente. Uma medida relevante à imigração japonesa se considerarmos que poderia haver oposição, como havia ocorrido com os chineses anos antes, por parte de congressistas e teóricos raciais que não tinham interesse em trabalhadores asiáticos e que não desejavam ver São Paulo se transformar em porta de entrada para amarelos.

¹²¹ HANDA, T. *Cronologia da Imigração japonesa no Brasil*, São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, mimeo, 2002, p 15

Entretanto, fosse em São Paulo ou em outros estados, a antipatia causada por questões raciais assumiam importância variada de acordo com o grupo e interesse em jogo no momento. Tanto para o caso dos chineses quanto, posteriormente, para os japoneses, fazendeiros estavam dispostos a reconsiderar ou mesmo suprimir a questão racial para garantir seus interesses e, sobretudo, para assegurar trabalhadores que julgassem adequados para suas fazendas.

Ao contrário da imigração chinesa, a entrada de japoneses se concretizou, e ocorreu como uma extensão da política imigratória de controle de mão-de-obra. Desde o momento das primeiras tentativas de introdução dos nipônicos, o governo tinha consciência da polêmica que esta imigração poderia causar. Não faltaram, portanto, justificativas para colocar a questão de lado. As primeiras justificativas oficiais taxavam-na como mera experiência e, posteriormente, por idos da Primeira Guerra mundial, falta de opções para a obtenção de braços. Surgiram também teorias raciais variadas que defendiam os japoneses como: superiores ao demais amarelos, brancos do oriente, ou mesmo uma raça próxima aos indígenas americanos. Não foi incomum que, após o início da imigração, os japoneses fossem reconhecidos como uma raça inferior sob pontos de vista estéticos ou para fins eugênicos, mas adequada para o trabalho nas lavouras. O uso de argumentos favoráveis ou contrários se adequava mais aos momentos históricos, como a vitória do Japão sobre a Rússia, vantagens em se trazer imigrantes japoneses e interesses de seus divulgadores, que uma tradição intelectual que tivesse clareza em explicar a superioridade ou inferioridade de uma raça. Para fazendeiros revelarem seu desapego de teorias científicas em voga, apenas foi preciso que tivessem motivos para se buscar novos trabalhadores e que houvessem japoneses disponíveis.

O país do sol nascente chamou atenção dos brasileiros ainda no final do século XIX, despertando interesses tanto no fornecimento de imigrantes quanto nas possibilidades comerciais. No que diz respeito à imigração, em 1894 um enviado pela companhia *Prado Jordão & Cia.*, Charles Alexander Carlyle, dirigiu-se ao país do oriente para negociar com a *Companhia Kissa de Emigração* (*Kissa Imingaisha*) a vinda de trabalhadores. Esta iniciativa foi feita por particulares e fracassou quando o governo nipônico não autorizou a saída de seus nacionais, uma vez que não possuía relações diplomáticas com o Brasil.

Apesar dessa primeira postura negativa, o Japão também demonstrava interesse na emigração direcionada para a América Latina, não estando o Brasil fora de seus interesses. Também em 1894, o governo daquele país enviou um funcionário do ministério das relações exteriores, Shou Nemoto, para investigar locais passíveis de receberem seus emigrantes. Para tal, Nemoto passou pela Guatemala, Nicarágua e Brasil. Aqui passou por São Paulo, visitando a hospedaria dos imigrantes e a outros prédios públicos. Com impressões favoráveis, não escondeu sua satisfação, como foi registrado por uma matéria no jornal *Estado de S. Paulo*¹²².

Em 1897, após o início formal das relações diplomáticas (ocorrida em 1895), a Companhia Kissa enviou Chūkitsu Aoki, funcionário da empresa, para estabelecer negociações com a Prado Jordão & Cia. No entanto, pouco antes de embarcarem os emigrantes, a Companhia Tōyō (*Tōyō Imin Goshi Kaisha*) – que havia assumido os direitos da Companhia Kissa – recebeu um telegrama informando sobre o cancelamento do contrato

¹²² Matéria publicada em 30/09/1894, no *Estado de S. Paulo*.

devido a dificuldades financeiras. Segundo Handa e também Saito, o episódio se relacionava à queda do preço do café e dificuldade de colocação de novos imigrantes¹²³.

Após esse incidente ainda se seguiriam outras duas falhas antes da chegada da primeira leva de imigrantes em 1908. Em novembro de 1897, apenas alguns meses depois do fiasco anterior, tentou-se estabelecer um novo contrato que também resultou em fracasso. Desta vez, não houve sequer a firmação de contrato entre as negociantes, a Companhia Japonesa de Emigração (*Nippon Imingaisha*) e a *Angelo Fiorita & Comp*. Possivelmente o insucesso se deu pela má procedência da *Angelo Fiorita & Comp* em manter seu contrato anterior e a crescente resistência do governo japonês ao tomar ciência da situação das lavouras paulistas. Apesar do interesse por parte de companhias de navegação e emigração japonesa, o governo nipônico optou pelo resguardo.

A situação dos trabalhadores imigrantes em terras brasileiras era conhecida no Japão através de notícias de jornais, inspeções de agentes de companhias de emigração e, principalmente, de relatórios dos primeiros da legação japonesa em Petrópolis, Sutemi Chinda e seu sucessor Nari Ôkoshi.¹²⁴ Chinda era um experiente representante diplomático, que antes de chegar ao Brasil como ministro plenipotenciário havia sido cônsul em São Francisco. Enquanto cônsul havia se dedicado a investigar as repercussões negativas de imigrantes nipônicos pobres vivendo nas cidades da costa oeste¹²⁵. No Brasil, o então ministro defendia que apenas uma imigração para formação de pequenas propriedades seria proveitosa. Entretanto, com a emigração direcionada ao Havaí ainda funcionando em

¹²³ SAITO Hiroshi *O japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação*, São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1961, p. 27.

¹²⁴ Sobre os jornais ver LESSER, op cit, 2001. P 157

¹²⁵ DANIELS, Roger., *Asian America: Chinese and Japanese in the United States since 1850* Seattle and London: University of Washington Press, 1995
, p104-5

grande volume, não havia motivo o Ministério das Relações Exteriores japonês e companhias de emigração insistir em contrariar impressões negativas de Chinda. Tendo os japoneses a possibilidade de escolher destinos já conhecidos, não havia motivos para que arriscar embaraços diplomáticos ou o descrédito do sistema emigratório nipônico ao mandar seus trabalhadores para São Paulo.

A tentativa seguinte aconteceu em agosto de 1901, quando Marciel Sanz de Elorz, associado da *Angelo Fiorita & Comp.* viajou ao Japão com propostas de recrutamento de emigrantes. A tentativa chegou a receber aprovação oficial e previsão de subsídio pelo governo de São Paulo, mas também acabou não se concretizando pelo governo japonês se apresentar pouco inclinado a permitir que uma empresa estrangeira conduzisse seus nacionais em direção a São Paulo. Não seria dessa vez que o estado paulista teria uma nova fonte de braços.

Em São Paulo, nos últimos anos no século XIX, já estava claro para fazendeiros e o governo paulista que era aconselhável variar a origem de imigrantes, fossem europeus ou asiáticos. Condições de vida e abusos por parte de fazendeiros no trato de seus colonos causavam atritos diplomáticos e sinalizavam para futuros problemas na obtenção de trabalhadores, como observou o secretário da agricultura em 1897.

A questão da estabilidade do operário agrícola estará resolvida em prazo breve por si mesma, desde que, com a continuação da introdução de braços de que o governo não se descuida, a lavoura se ache bastante saturada, aponto de estabelecer-se o equilíbrio entre a oferta e a procura de trabalhadores. É este sem dúvida o meio pratico de resolver-se o problema, e não o da coerção aos colonos, que, além de contrário à liberdade individual produzirá efeito diametralmente oposto, criando por parte dos governos de países emigrantistas proibição à vinda dos seus nacionais.¹²⁶

¹²⁶*Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo, Relatório, 1896, p 80 apud HALL, Michael M.. op cit , 2003.*

Havia uma constante demanda por imigrantes, fossem eles japoneses, espanhóis, portugueses, austríacos, alemães, belgas, suecos, dinamarqueses - e aqui cito apenas as nacionalidades determinadas em um único decreto de 1900¹²⁷ que marcava os subsídios para 20.000 introduções em 1901. Esta busca de tantos e de tão variadas procedências foi o contexto paulista em que ocorreu a tentativa frustrada de se introduzir japoneses em 1901. Além do alertado de seus ministros plenipotenciários que informavam sobre maus tratos e de imigrantes italianos, também não é difícil imaginar que a tentativa de 1901 teve pouca receptividade por se tratar de uma iniciativa eminentemente controlada por uma companhia de emigração estrangeira. Uma situação bastante delicada se for considerado que se tratava de um mercado dominado por empresas japonesas.

Antes da falha completa, o governo paulista teve paciência de fazer diversas alterações contratuais para facilitar o trabalho da companhia de emigração, mas não expressou pudores em cancelar o contrato quando o encarregado de sua execução mostrou-se excessivamente ineficiente em providenciar as saídas de japoneses do arquipélago. O contrato havia sido assinado em 26 de setembro de 1900 por Sanz de Elorz, concedendo preferência na exploração da imigração japonesa por 18 meses. O signatário se comprometia a introduzir 600 famílias de japoneses até o final do período previsto. Sanz de Elorz era comerciante estabelecido na capital, mas tendo sido vice-cônsul e, posteriormente, cônsul espanhol na cidade do Rio de Janeiro¹²⁸ provavelmente conhecia bem os trâmites de imigração. Poucos meses após a assinatura do contrato, o comerciante se associou à

¹²⁷ *Collecção de leis e decretos do Estado de São Paulo*, Decreto 855 de 7 de dezembro de 1900

¹²⁸ Sanz Elorz foi reconhecido como vice cônsul via publicação no Diário Oficial da União (doravante DOU) de 03/08/1894, Pg. 11, Seção 1. Texto reconhecendo sua elevação a cônsul: DOU de 01/06/1895Pg. 7. Seção 1, sendo substituído em 1896, DOU de 10/10/1896, Pg. 11. Seção 1.

companhia de imigração Angelo Fiorita & Comp¹²⁹, tornando-se responsável pela seção asiática da empresa. Na tentativa de cumprimento do contrato, dirigiu-se ao Japão, mas encontrou resistência por parte do governo nipônico. Seguiu-se então diversas solicitações por parte de Sanz de Elorz, como: permissão para se trazer trabalhadores solteiros, redução do numero de famílias, troca da forma de subsídios e prorrogação do prazo. As requisições foram atendidas; no entanto, as solicitações seguintes, troca das nacionalidades a serem introduzidas e nova extensão a extensão do prazo, seriam indeferidas. Em 1902, quase dois anos após a assinatura do contrato inicial, a secretaria de agricultura do estado perdeu a paciência e não concedeu mais nenhuma prorrogação até a caducidade do contrato.

Até aquele momento o governo de São Paulo não havia urgência para se trazer trabalhadores japoneses. Esta apenas se encaixava como um elemento adicional ao objetivo da imigração subsidiada, trazer trabalhadores para manter os salários baixos. Contudo, a iniciativa já apresentava algumas das características que seriam capitais para a sua concretização anos mais tarde. A tentativa de 1900 havia sido colocada em ação por pedidos de alguns fazendeiros, e ao se reportar ao congresso em 1901, através da mensagem presidencial dirigida ao legislativo, o então presidente do estado Rodrigues Alves – e próximo presidente da federação – explicava:

“Contratei também em 26 de Setembro do ano passado a introdução de 600 famílias de imigrantes japoneses que são, segundo sou informado, bons trabalhadores.

Fui solicitado por lavradores que desejavam experimentar esse novo elemento e não duvidei, por ser caro o preço das passagens, auxiliá-los com a contribuição de uma parte delas.

Não me consta que até agora se tenha feito qualquer esforço util para a execução desse contrato.”¹³⁰ [sublinhados adicionados]

¹²⁹ Ocorrido em 18 de abril de 1901. Relatório da secretaria de agricultura de 1902 p.175

¹³⁰ Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo de 1901 p. 31 [grifos meus]

No relatório o ocorrido era mais bem explicado no *Relatorio da Secretaria de Agricultura de 1900*:

“Imigração japonesa - Tendo em vista representação dos delegados da Sociedade Nacional de Agricultura, o governo do Estado resolveu, em 26 de Setembro ultimo, contratar com o sr. Marcial Sanz de Elroz a introdução, como experiência, de 600 famílias de agricultores japoneses

Pelo contrato, o governo só se obrigou a contribuir com uma parte das despesas de transporte desses imigrantes, deixando á iniciativa dos lavradores que quisessem concorrer para esta tentativa, satisfazerem o restante.

O prazo marcado para execução do contrato foi de 18 meses.

Pelo que consta a esta Secretaria, o contratante não tem encontrado facilidade da parte dos lavradores em concorrerem para que se realize esse tentame, de cujo êxito ha tanto a esperar no sentido do barateamento do salário.

Para que a experiência se torne uma realidade, pensa este Secretariado em modificar o contrato, de modo a diminuir o numero de famílias e aumentar a subvenção.”¹³¹ [sublinhados adicionados]

O trecho sugere que não eram apenas fazendeiros isolados que demonstravam interesse na imigração, mas que se tratava na verdade de uma organização de agricultores, a *Sociedade Nacional de Agricultura*. Esse interesse nos “bons trabalhadores” significava, sobretudo, um imigrante com salários baratos e competitivos dos europeus. Contudo, os fazendeiros não estavam dispostos a arcar com os custos e o Japão reticente em liberar seus nacionais.

Enquanto o governo paulista não enfrentou problemas em sua agenda política de obtenção e exploração de trabalhadores, ou seja, enquanto ocorria entrada grande número de italianos – complementada por espanhóis, e portugueses – o governo paulista não necessitava ampliar sua lista de países fonte de imigrantes. Pelo lado japonês, o governo,

¹³¹ *Relatorio apresentado ao Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente do Estado: anno de 1900* pelo Dr. Antonio Candido Rodrigues, Secretario da Agricultura. São Paulo, SP: Secr. do Est. dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas/ Typographia do Diario Official, 1901. p.121-2. Grifo meu

companhias de emigração e navegação tinham pouco estímulo para fazer lobby ou arriscar destinos distantes como o Brasil enquanto houvesse um mercado grande e bem estabelecido, com o transporte de pessoas para o Havá e América do Norte.

Poucos anos após as falhas, o interesse das classes dominantes paulista e japonesa na maior integração e formação de um fluxo migratório ressurgiria. Em 1904, paulistas e o mundo voltaram sua atenção para o oriente quando se inicia uma guerra entre o império Russo e o Japão e, com a vitória deste último no ano seguinte, ocorre a consagração do pequeno arquipélago situado nos limites das colônias ocidentais na Ásia. Em São Paulo, matérias em periódicos para fazendeiros e na imprensa diária passavam a registrar aquele país como industrializado e potencial mercado consumidor.¹³² Uma imagem conveniente a São Paulo. Em 1906 era evidente para os fazendeiros e para o governo de São Paulo que a queda nos preços do café devido à superprodução iria piorar e toda e qualquer medida para a valorização do produto seria bem vinda. Não demorou associarem a potencialidade do comércio com o oriente como mais uma medida no auxílio da valorização¹³³.

Paralelo ao tema da crise de superprodução (ou sub estímulo ao consumo, como os políticos mais afinados ao discurso da cafeicultura preferiam defender), surgia a crise no sistema de imigração, dificuldades de obtenção de italianos e percepção de aumento de rebeldia de trabalhadores europeus por conta de aumento de greves (ocorridas, provavelmente, pela quedas de entrada na primeira década e que garantiam maior

¹³² Sobre o mercado japonês como consumidor ver, por exemplo, o artigo “Propaganda de Café” publicado na *Revista Agrícola*, 15 de Março de 1904, p. 129-130), que reportava troca de correspondências entre Centro do Comércio de Café e a Câmara do Comércio de Yokohama. LIMA, Oliveira, *No Japão: impressões da terra e da gente*, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife: Laemert, 1903

¹³³ Sobre as aflições dos fazendeiros, ver: HOLLOWAY, Thomas H., *The Brazilian Coffee Valorization of 1906: Regional Politics and Economic Dependence*, Madison, Wisconsin, The Society Press of the State Historical Society of Wisconsin, 1975. LIMA, Oliveira, op cit., 1903

capacidade de barganha) e surgimento de organizações de trabalhadores. Em tal situação a idéia da importação de mão-de-obra asiática, neste caso de japoneses, voltava a tona.

Imigração e comércio internacional não eram indissociáveis, mas possuíam pontos de proximidades que se complementavam. A circulação de navios entre os países favorecia tanto a imigração quanto o comércio. Não é de se estranhar, portanto, que no contrato de introdução dos japoneses, parte do acordo se dedicava a determinar preços do frete de café. Linhas de navegação entre os dois países garantiam o início da imigração e facilitavam as trocas comerciais.

Como exemplo é possível citar um ocorrido de 1906 quando o periódico carioca *Jornal dos Agricultores*, publicação voltada para fazendeiros e lido em varias regiões do Brasil, noticiou brevemente as conversas entre o Ministro Sugimura e o governo paulista. A reportagem do jornal informava a seus leitores sobre uma discussão de uma possível imigração japonesa para São Paulo, e ainda opinava:

“Francamente – não louvamos esta forma de imigração e colonização, e entendemos que ela não serve ao Brasil e muito menos a S. Paulo.

A única colonização que convêm ao Brasil é a de imigrantes que aqui se fixem definitivamente, como pequenos proprietários Tudo quanto não for isto é drenar, pelo regime condenado do salário, todo os capitais brasileiros para o exterior.”¹³⁴

Apesar dessa ressalva feita em 15 de janeiro de 1906, o jornal mudaria sua postura radicalmente após receber uma nova notícia: a possibilidade de inclusão de um porto brasileiro no itinerário de uma linha de vapores do Japão à América do Norte. A despeito de ter feito a crítica, na edição seguinte a notícia da nova linha de vapores e três edições após a crítica, o periódico apresentava o editorial na primeira pagina que colocava a

¹³⁴ *Jornal dos Agricultores*, 15 de janeiro de 1906, p.30-31, IAC

oportunidade de comércio como providencial e não poupando elogios afirmava que os japoneses uma nacionalidade notável, “admirável povo do Extremo Oriente”, “orgulho do mundo moderno”.¹³⁵

A contraposição de opiniões separadas por apenas 45 dias mostra como o japonês passou, na percepção do periódico fluminense, de imigrante inadequado a pessoa admirável, sobretudo quando se considera sua qualidade de potencial consumidor. Mesmo que a segunda citação não faça referência à imigração, serve para ilustrar como algumas questões eram passíveis de serem colocadas de lado se um dos temas envolvidos fosse lucro. Após o episódio o jornal não manifestaria mais nenhuma opinião contrária à entrada de nipônicos no país.

No Japão, companhias que lucravam com a diáspora e o governo começavam a vislumbrar sérios problemas com seu principal mercado de exploração, a América do Norte. A migração que levava japoneses para o Havaí e re-migração para a parte continental dos Estados Unidos, começava a estimular pesadas críticas por parte de sindicatos e associação de trabalhadores na parte continental dos Estados Unidos, como *Knights of Labor* e *American Federation of Labor*.¹³⁶ O movimento anti-chinês do final do século ressurgia, dessa vez direcionando fogo contra os japoneses. A situação se tornou de tal modo crítica que, em 1908, Estado Unidos e Japão acertariam um acordo informal para reduzir dramaticamente a migração de trabalhadores.

¹³⁵ O *Jornal dos Agricultores* de 15 de fevereiro. O periódico trazia a transcrição de uma carta do cônsul brasileiro em Yokohama ao Ministro do Exterior Rio Branco. A carta informava que uma linha de vapores entre Japão e América do Norte colocaria um navio passando por portos brasileiros, “(...)desde que lhes garantam carregamento suficiente.” E sobre esta oportunidade, o cônsul pedia atenção das autoridades. *Jornal dos Agricultores*, 28 de fevereiro de 1906, encontrado: IAC.

¹³⁶ Artigo do *New York Times* de 10/05/1900. Disponível em: <http://query.nytimes.com/search/query?srchst=nyt&&srcht=a&srchr=n> (acessado em 22/02/2011); DANIELS, R., *Asian America: Chinese and Japanese in the United States since 1850* Seattle and London: University of Washington Press, 1995 .p 112

Justamente no momento que começava haver a intensificação dos atritos nos Estados Unidos, com a formação da Liga de Exclusão Asiática (Asiatic Exclusion League), chegava ao Brasil um novo ministro plenipotenciário. Fukashi Suguimura, ao contrário de seus dois antecessores, demonstrava ser um entusiasta da migração japonesa para terras brasileiras. Menos de dois meses após seu desembarque, o ministro já saía em direção ao interior de São Paulo e Minas Gerais para realizar estudos sobre a possibilidade de imigração nestes estados. Em São Paulo, Suguimura foi recebido com todas as honras possíveis, aclamação da população local, bandeiras brasileira e japonesa, buquê de crisântemos, carruagens, jantares e visita as fazendas onde pode ver os cafezais, e a administração da fazenda, onde lhe foi mostrado contratos de trabalho, folhas de pagamento e cadernetas de imigrantes.¹³⁷

O entusiasmo do ministro provavelmente era partilhado pelo Ministério das Relações estrangeiras japonês uma vez que, com apoio desta instituição,¹³⁸ foram publicados os resultados das visitas. O trabalho de Sugimura constituiu de três textos: *Considerações sobre a imigração no Brasil e anexo sobre as condições do comercio exterior*, *O Brasil Sul Americano: inspeção das condições de imigração no Estado de São Paulo* e *O Brasil Sul Americano: inspeção das condições de imigração no Estado de Minas Gerais*. O relatório direto da viagem seria ainda publicado no Ōsaka Asahi Shimbun, jornal de grande circulação, alcançando repercussão considerável. Um dos leitores do relatório foi Ryu Mizuno, fundador e diretor da recém criada Companhia Imperial de Imigração (*Kōkoku Shokumin-gaisha*), companhia que iniciaria a imigração ao Brasil. Considerando-

¹³⁷ “O ministro japonês”, *Correio Paulistano*, 01/06/1905

¹³⁸ HANDA, T. op cit, 2002 p. 17

se a atitude do Ministério dos Negócios Estrangeiros Japonês, o interesse na emigração fica evidente.

Por sua vez, São Paulo começava a sofrer o impacto do golpe que havia levado anos antes, em 1902, quando a Itália decidiu proibir a saída de seus nacionais em direção ao Brasil quando estes tivessem passagens subsidiadas. A medida havia sido tomada em resposta ao escândalo que se formava na Itália com a divulgação das condições dramáticas de seus colonos nas fazendas de café e aos atritos diplomático-comerciais entre as embaixadas do Rio e de Roma¹³⁹.

Alguns autores já argumentaram que imigração de nipônicos para São Paulo apenas foi possível se for considerado um contexto internacional em que o fluxo emigratório do Japão vinha sofrendo proibições ou reduções de entradas em diversos países da América, o principal deles os EUA; e, no mesmo período, o Brasil tornava-se um destino de emigração proibido por países europeus.¹⁴⁰ A hipótese é correta, entretanto, motivos locais receberam pouca atenção, fazendo com que um dos principais fatores que levaram a imigração japonesa a ocorrer assumisse pouquíssima atenção: os conflitos ocorridos entre imigrantes europeus e fazendeiros paulistas.

¹³⁹ TRENTO, Angelo *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. Studio Nobel, 1989, p. 52 HALL, M. Op. Cit, 2003.

¹⁴⁰ NORMANO, J. F. “Japanese Emigration to Brazil”, *Pacific Affairs*, vol. 7, n° 1, 1934. NORMANO, J. F e GERBI, Antonello. *The Japanese in South America: an introductory survey with especial reference to Peru*, New York: International Secretariat Institute of Pacific Relations, 1943

3.3. A imigração Japonesa e a situação do trabalho

Em 1906 Ryu Mizuno, chefe da Companhia Imperial de Imigração (*Kōkoku Shokumin-gaisha*), contactou o governo paulista para discutir a introdução de imigrantes japoneses por sua companhia. O momento era oportuno, pois havia interesse em “tentar criar uma nova fonte de suprimento de braços à lavoura cafeeira”¹⁴¹, como explicou o secretário da agricultura por ocasião fechamento do contrato no ano seguinte. A demora em aceitar a proposta deu-se pelo governo paulista tratar com cautela a questão.

Primeiramente, o governo executivo paulista notificou oportunidade ao legislativo e, em seguida, apontou para a conveniência de ser aprovar uma legislação que transferia ao executivo a autonomia dos serviços de imigração. A medida garantia agilidade e maior discricção não passando proposta sobre imigração por debates parlamentares. A sugestão de uma nova legislação não chegou a ser inovadora, pois, ao contrario do que ocorria anteriormente, desde os primeiros anos do século o executivo já apresentava pouca interferência na questão e vinha aprovando leis nesse sentido. O segundo motivo de delonga foi que o governo julgou conveniente investigar os trabalhadores japoneses no Havaí e Estados Unidos. Uma atitude bastante significativa, pois indica que o governo estava preocupado com os trabalhadores que viria a introduzir em São Paulo.

O governo paulista e fazendeiros tinham seus motivos para realizar investigações sobre a qualidade da mão de obra que planejavam contratar. Desde os últimos anos do século XIX a mobilização de operários rurais e urbanos vinha ganhando destaque ao defender seus interesses e ao se contrapor ao interesse de patrões. A simples atitude de

¹⁴¹ Relatório da Secretaria da agricultura de 1907 p. 137

manifestar-se já possuía uma simbologia política bastante forte, como escreveu um anônimo em uma carta que reportava uma greve de colonos da fazenda Iracema, em Ribeirão Preto: “os colonos de Iracema, pedindo pouco, pediram muito, pois com essa vitória fizeram os alicerces talvez de um grande edifício.”¹⁴²

Embora as atitudes não se restringissem a um valor simbólico, o desafio dos fazendeiros poderia ter conseqüências bastante práticas. O aumento na relação de pagamento por pé de café, por exemplo, quando multiplicado por milhões de plantas existentes em grandes propriedades acabava representando um valor que sabidamente significaria uma redução nas margens de lucro das fazendas. Uma situação bem compreendida pelos colonos e pelos proprietários, que não estavam dispostos a aceitar a situação de bom grado.¹⁴³

As primeiras greves de colonos foram deflagradas no começo dos anos 1890 e por volta de 1913 já haviam ocorrido algumas dúzias. Houveram greves e protestos motivados por maus tratos e mesmo violência contra colonos, mas as causas mais comuns eram devido a falta de pagamento, contestação de salários e multas consideradas injustas. Os momentos mais oportunos para greves foram justamente nos anos iniciais do século XX. A partir de 1902 as entradas ficaram reduzidas, as saídas do estado e do país haviam se avolumado, fazendo com que os anos de 1903, 1904 e 1907 ocorressem mais saídas que entradas. Uma situação era favorável para articulação de greves mesmo em um momento em que havia

¹⁴² “Uma Greve de Colonos em Ribeirão Preto (1912)” in PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. (org) *A Classe Operária no Brasil: Documentos 1889-1930*, Editora Alfa e Omega: São Paulo 1979. p 117

¹⁴³ Fontes que expressão a insatisfação quanto a margem de lucro das fazendas e seus pagamentos ver: Relatório da Secretaria de Agricultura de 1923 p156; PINHEIRO e HALL, op cit, p 117-118. Sobre o impacto de aumentos nos lucros das fazendas ver, por exemplo: *Relatorio da Directoria da Companhia Industrial Agricola e Pastoril d'Oeste de São Paulo* para ser apresentado a Assembleia Geral Ordinaria, em 29 de Agosto de 1914, São Paulo, SP: Escolas Profissionais Salesianas, 1914. PP 18-19

limitação do plantio de novos cafezais¹⁴⁴. As entradas de grandes quantidades imigrantes, portanto, não apenas reduziam salários, como também enfraqueciam o movimento de trabalhadores, pois facilitavam a substituição da mão de obra revoltosa.

Contudo na percepção dos fazendeiros a imigração tinha características contraditórias, ao mesmo tempo sendo solução e problema. As entradas garantiam trabalhadores baratos, mas na percepção dos fazendeiros eram as responsáveis pela introdução de idéias e pessoas que promoviam distúrbios sociais. A percepção era de que tratavam-se de ideologias trazidas por elementos perniciosos, provenientes de fora, e que haviam se aproveitado da imigração para se infiltrarem, quase como uma doença.

De fato, não era uma concepção completamente errada, mas bastante incompleta.¹⁴⁵ Como relembra Alceste De Ambris, socialista de destaque no movimento operário em São Paulo, realmente existia um número limitado de imigrantes italianos que haviam chegado ao Brasil tinham experiência prévia nas organizações de trabalhadores. No entanto, a influência de operários brasileiros e, em menor escala, de imigrantes espanhóis e alemães não poderia ser ignorada, sobretudo para o início do movimento operário.¹⁴⁶ Mas a análise social feita por fazendeiros e governo mostrava toda sua incompletude em não assumir que qualquer “problema social” poderia ser estimulado pelo sistema de exploração que tentavam controlar. Os fazendeiros e governo não explicitavam qualquer questionamento da condição a que submetiam os trabalhadores como incentivador de revoltas e insatisfação,

¹⁴⁴ HALL, Michael “strikes by coffee plantation workers in the Brazilian first republic, 1889-1930”, primeiro colóquio internacional “greves e conflitos sociais no século XX”, universidade nova de Lisboa, 17-19 de março de 2011

¹⁴⁵ TRENTO, Angelo, *Do outro lado do Atlântico* : um século de imigração italiana no Brasil, São Paulo, Nobel, 1989, p 214 e p 227

¹⁴⁶ DE AMBRIS, Alceste “A imigração italiana e o movimento operário no Brasil (1906)” in PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. op cit., 1979

ou mesmo que más condições poderiam resultar em condições propícias para as “subversões”. Como escreveu Pedro de Gordilho Paes Leme, um fazendeiro e empresário que com frequência publicava artigos sobre os interesses da grande lavoura¹⁴⁷:

Problema de alta relevância, tem sido estudado pelas muitas sumidades americanas e européias, e não parece resolvido de modo satisfatório para as partes interessadas. Que digam as greves repetidas em todos os países, que se reputam civilizados.

Mesmo entre nós, onde os recursos superabundam, onde a miséria não deve existir, as manifestações do operariado contra o capital, são mais que freqüentes.

Na agricultura, nos campos, todos vivem à lei da natureza e a desordem, associada a vadiagem, impera em todo o Brasil.¹⁴⁸

Ao contrário das classes dominantes publicações como *La Barricata*, anos mais tarde apresentaria uma análise diferente, afirmando que um grande número de greves que estouravam em muitas fazendas, era devido ao fato de que estes locais estavam cheios de agitadores, os próprios colonos, que se encontravam extremamente agitados por serem submetidos a condições revoltantes.¹⁴⁹

Ainda mais conhecida que a situação do campo eram as manifestações e greves das cidades. No meio urbano o momento também foi oportuno a ação direta, havendo eclosão de duas greves de expressão em 1906 e 1907. Aos olhos das classes superiores o cenário era preocupante, pois em 1906 havia ocorrido o primeiro congresso operário, dois anos mais tarde, em 1908, o Segundo Congresso Operário Estadual de São Paulo e cada vez se intensificava a luta pelas 8 horas de trabalho. Mesmo segundo a avaliação de ativistas era possível delinear algumas mudanças nas lutas dos trabalhadores: em 1906, o sindicalista

¹⁴⁷ Ver por exemplo: LEME, Pedro Gordilho Paes, “Immigração” In: *Revista Agricola*, São Paulo, n. 5, 15 abril 1904, p. 219, IAC. “Repressão a vadiagem” in *Jornal dos Agricultores*, Rio de Janeiro, 1905, IAC

¹⁴⁸ LEME, Pedro Gordilho Paes “Organização trabalho” in *A Fazenda*, Rio de Janeiro, n 12, maio de 1911

¹⁴⁹ *La Barricata*, 15 Junho 1913 citado por HALL, Michael “strikes by coffee plantation workers in the brazilian first republic, 1889-1930”, primeiro colóquio internacional “greves e conflitos sociais no século xx”, universidade nova de Lisboa, 17-19 de março de 2011

revolucionário Alceste De Ambris escrevia que “em 1900 o movimento operário começa a assumir contornos mais precisos e o Partido Socialista lança as primeiras raízes.”¹⁵⁰

Como era de se esperar, as classes dominantes não ficaram paradas ao perceber que o aumento do “problema social” começava a se tornar relevante e contramedidas foram colocadas em prática. Na esfera particular das fazendas, as tentativas de controle e repressão eram feitas através de multas e outras penalizações de coerção administrativas, isolamento de trabalhadores, uso de capangas para intimidação e violência direta. O apoio do governo por sua vez garantia o uso da Força Pública do estado quando necessário, assim como perseguições e expulsões. Banimentos de estrangeiros não foram exceção, merecendo uma norma federal própria, aprovada em 1907, originada a partir da proposta feita deputado paulista Adolfo Gordo.¹⁵¹ Estas não eram práticas conseguidas com influências e conchavos, tratavam-se de atitudes esperadas do governo executivo. Algumas vezes eram dignas de serem reportadas como ações oficiais do governo, como mostra a mensagem do presidente do estado apresenta ao legislativo:

Tem havido completa calma e tranqüilidade nesta Capital e nos diferentes municípios do Estado, salvo pequenas ocorrências que poderiam aliás degenerar em sérias perturbações da ordem si não fossem corrigidas por medidas executadas com acerto e prontidão.

Esta situação deve ser em parte atribuída ao grande esforço empregado com mais completo êxito para libertar os municípios remotos de maus elementos que traziam a população em constante sobressalto. A polícia tem conseguido, desenvolvendo a mais louvável atividade, a captura de grande número de criminosos de todas as procedências, entregando-os à ação da justiça.¹⁵²

¹⁵⁰ AMBRIS, Alceste “A imigração italiana e o movimento operário no Brasil (1906)” in PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. op cit., 1979, p37

¹⁵¹ Decreto 1.641 de 7 de janeiro de 1907, proposto pelo Proposta pelo então deputado federal por São Paulo Adolpho Affonso da Silva Gordo. BONFA, Rogerio, *Com lei ou sem lei: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre o Executivo e o Judiciário na Primeira Republica*, dissertação (Unicamp), Campinas, 2008

¹⁵² Mensagem 1901 p9

Repressão que ocorria de longa data, aumento gradual do efetivo da Força Pública de São Paulo, que entre 1904 e 1908 foi aumentada em quase 800 homens¹⁵³, bem como a contratação da missão militar francesa em 1904 para treinar os soldados¹⁵⁴ não foram medidas puramente profiláticas ou paranóicas que se desenvolveram no começo do século XX. Foram atitudes repressivas colocadas em prática por uma classe dominante que se via ameaçada ao mesmo tempo em que tentava manter o controle das regras do jogo. Entretanto não era apenas de forma repressiva, diretamente oposta que se combatia a articulação dos trabalhadores. Seleção e variabilidade dos imigrantes em conjunto com estímulo a discriminação também foram estratégias importantes para se manter o controle da força de trabalho.

Foi em tal contexto que o governo de São Paulo decidiu solicitar um estudo sobre os japoneses trabalhando em outras procedências antes de aceitar a proposta de introdução feita por Ryu Mizuno em 1906. A atitude demonstra que o governo tinha idéia clara do que procurava e um imigrante qualquer não seria satisfatório. Foi, portanto, solicitado um estudo para confirmar se o imigrante japonês seria adequado aos interesses da classe dominante naquele momento e o lugar mais adequado para se realizar o estudo era os Estados Unidos, país que vinha recebendo grandes quantidades de nipônicos.

Par tal incumbência, Edmundo Fonseca dirigiu-se a São Francisco e as ilhas do Havaí. No arquipélago entrevistou e recebeu auxílio de William G. Irwin, um dos maiores proprietários de plantações de cana-de-açúcar, e A. de Souza Canavarro, cônsul português das ilhas. Também visitou plantações onde pode conversar com administradores. Ao redigir

¹⁵³ Para o ano de 1904 a Força Pública era estipulada em 4.221 homens, passando para 5.029 em 1908. cf Lei 878 de 2 de outubro de 1903 e Lei 1092-A de 16 de outubro de 1907.

¹⁵⁴ Curiosamente por um curto período de tempo a Força Pública também contratou um instrutor de Jui-Jitsu professor

o relatório, tornava bastante claro qual eram os pontos ao qual deveria ficar atento: a relação dos imigrantes japoneses com outros trabalhadores e com patrões.

O resultado foi um relatório positivo, que concluía a superioridade de trabalhadores japoneses quando comparado com trabalhadores europeus, tanto nos canaviais quanto nos engenhos.

“O administrador da fazenda, informando-me que o Japonês recebe um salário inferior ao do Europeu, eu perguntei-lhe se estes trabalhavam melhor, ao que ele respondeu-me sem hesitar: não, nenhum d’ eles vale metade do japonês. O salário dos colonos nestas fazendas varia de 18 a 22 dolars por mês, no serviço do campo, e de 23 a 26 dolars, no serviço de engenho. (...) Pelas informações do Snr. Irwin, do Snr. Canvarro e dos administradores, nessas fazendas não tem havido desordens ou greves provocadas pelos Japoneses(...)”[grifo no original]¹⁵⁵

Fonseca pareceu impressionado não apenas com a subserviência, mas também pela constatação da competitividade dos japoneses, que se satisfaziam com vidas mais econômicas e, sobretudo, com salários menores. O sistema de pagamento desigual de salários e de acordo com raças não era novidade para os paulistas. Alguns anos antes, a prática já havia sido noticiada em pelo menos uma revista para agricultores¹⁵⁶, sendo, portanto, conhecido por fazendeiros e pelo Secretario da Agricultura Carlos Botelho (que na época da publicação da matéria era o redator da revista). Tal artigo explicava o sistema de trabalho no Havai e dedicava atenção a graduação de salários de acordo com nacionalidade, com portugueses ganhando mais, seguido de japoneses e, em último, chineses com os salários mais baixos. Todavia, mesmo que fosse fato conhecido, os pagamentos de acordo com diferenças raciais na argumentação de Fonseca enfatizavam uma suposta competitividade dos japoneses. O relator acrescentava ainda que se tratava de

¹⁵⁵ Pasta da Secretaria da Agricultura, n 835, ordem 7254, caixa 38, 1907, Interessado: Edmundo da Fonseca, “Assunto: Boletim de sua excursão aquelas ilhas”, Honolulu, 22/07/1907; p.2, material encontrado no Arquivo do Estado de São Paulo (doravante: AESP).

¹⁵⁶ O artigo mais extenso encontrado foi “O Café no Havahi ” in *Revista Agricola* de janeiro de 1900.

uma característica que despertava profunda antipatia de outros imigrantes e nativos. A utilidade e motivos dos protestos contra os japoneses nos Estados Unidos foram apontados de forma bastante franca pelo relator, que afirmava que:

Estes asiáticos, porem, ao principio exclusivamente empregados como jornaleiros nor [sic] trabalhos ordinários de cultura, não tardaram muito em aprender e mostrar a sua pericia em serviços de responsabilidade nos campos e engenhos, substituindo com vantagem os empregados brancos.

Paralelamente vieram, acompanhando [sic] estes imigrantes, Japoneses de classes superiores, médicos, negociantes e artífices, que se estabeleceram nos principais centros.

A colônia, assim completada, adquiriu uma preponderância que afeta gravemente não só os interesses dos trabalhadores, mas dos operários e pequenos negociantes de todas as nacionalidades.

Os repetidos protestos destas últimas classes contra as invasões de asiáticos encontram nos Estados Unidos um favorável apoio da parte dos grandes sindicatos de operários, os quais exigem ruidosamente do congresso Americano a aplicação aos Japoneses da lei de exclusão, que proíbe aos coolies chineses a entrada nos portos daquele país.

Estas circunstâncias explicam a atitude do Governo dos Estados Unidos, abertamente hostil a continuação da imigração de asiáticos em Hawaii.¹⁵⁷

Algumas páginas adiante, o relator enfatizava a questão dos sindicatos:

A colônia Japonesa, assim constituída, começa a inquietar os grandes sindicatos operários, que vêem nestes imigrantes um terrível concorrente e já começam a chegar ate o governo da União as suas reclamações, pedindo a aplicação aos Japoneses das leis de exclusão votadas contra os chineses e como observa o Snr. Canavarro, isto tem diminuído ultimamente a imigração Japonesa para estas ilhas. Entretanto, em todos os relatórios das plantações os administradores queixam-se da falta de braços. No dia que aqui cheguei, passava o vapor Kumeric, levando para o Canadá mil e tantos Japoneses.

Pelo que fica exposto, V .E. vê que as *pessoas mais interessadas* dão preferência ao colono Japonês, não sofrendo este outra guerra a não ser a dos sindicatos operários que nos Estados-Unidos são poderosos.¹⁵⁸ [itálico meu]

Como fiz notar ao começar este, a opinião geral aqui é francamente favorável aos japoneses, sem que, entretanto, deixem de existir as mesmas desconfianças que existem na Califórnia, devido a uma certa arrogância dos japoneses, que não querem se submeter a posição de raça inferior e exigem as mesma atenções

¹⁵⁷Pasta da Secretaria da Agricultura, n 835, ordem 7254, caixa 38, 1907, Interessado: Edmundo da Fonseca, “Assunto: Boletim de sua excursão aquelas ilhas”, Honolulu, 22/07/1907. p.4, AESP.

¹⁵⁸ Idem, p7

dispensados a qualquer outro. Para conservá-los nas plantações, é preciso que eles sejam bem tratados. Os habitantes das ilhas dão pouca importância às pequenas ocorrências que, às vezes, põem em conflito os japoneses com os nacionais, *não olhando senão para a utilidade que encontram na permanência desses auxiliares.*”¹⁵⁹ [grifo no original, itálico meu]

Outro tema que também investigado com cautela dizia respeito às relações de trabalho entre patrões e empregados. Como é possível ver no primeiro trecho citado, o tema das greves não foi negligenciado e recebeu um parecer bastante favorável, colocando destacadamente que os japoneses não faziam greves. O relator transcrevia ainda trechos do livro de Sydney Gulick, *Evolution of the Japanese*¹⁶⁰, que tratava sobre diversos temas da sociedade e psicologia nipônica. No entanto, o trecho escolhido por Fonseca dissertava sobre o trabalho urbano no Japão, explicando que era comum longas jornadas de trabalho, em alguns casos, como em tecelagens de seda, jornadas atingiam até 16 horas. Fonseca concluía o relatório afirmando que a oportunidade de se introduzir estes trabalhadores deveria ser aproveitada, pois tendo em vista suas investigações considerava “o japonês como auxiliar de primeira ordem para amparar a nossa lavoura”, ainda que houvesse diferenças de costumes, problema menor uma vez que alegava havia “ausência entre nós de preconceitos de raça”.

A idéia do japonês “bom trabalhador” do início do século retornava em 1906 com a proposta de introdução de imigrantes nipônicos feita por Ryu Mizuno, neste momento, entretanto, o “bom trabalhador” assumia contornos mais precisos com base nas investigações de Fonseca. Evidentemente a definição de bom trabalhador variava de acordo com o momento, o local e posição social da pessoa inquirida. Julgando com base no

¹⁵⁹ Idem, p9

¹⁶⁰ GULICK, Sidney L., *Evolution of the Japanese*, social and psychic New York : F. H. Revell Company, 1903.

relatório, para Fonseca e o governo paulista, significava um trabalhador explorável, pouco revoltoso e com dificuldades de se articular com outros trabalhadores. Neste sentido a questão do trabalho tinha mais valor que as preocupações com uma suposta formação racial. A questão eugênica não chegou a despertar grande interesse do relator.

As observações de Fonseca pareciam corretas e faziam jus ao cenário do Havaí e Estados Unidos naquele momento. É provável que seu relatório tivesse sido diferente se a investigação tivesse ocorrido meses depois. Em junho de 1907, era deflagrada uma grande revolta trabalhista no Japão. A revolta de mineiros de Ashio, que atingiu projeção internacional, foi noticiada pelo *New York Times* que exibiu o significativo título: “O Japão também tem Greves”, indicando alguma surpresa ao fato. Entretanto, as linhas abaixo, onde se lia: “tropas enviadas às minas de cobre Beshi para reprimir distúrbios” faziam justiça ao aparato repressor do governo japonês que continuaria dispondo de fama internacional na repressão de movimentos trabalhistas. No ano seguinte em 1908 surgiu no Havaí a organização de japoneses chamada *Zokyu Kisei Kai* ou *Higher Wage Association*, entidade que meses depois de sua criação, em maio de 1909 organizaria a primeira grande greve de japoneses do arquipélago havaiano, que acabou derrotada por falta de apoio consular, repressão policial e uso de fura-greves¹⁶¹.

Por volta 1909 notícias sobre o comportamento dos trabalhadores japoneses já tinha pouca influência, pois neste ano o governo poderia analisar em primeira mão através de seus próprios imigrantes. Entretanto, mesmo com algumas manifestações, o trabalhador japonês continuaria a receber atribuições positivas seguindo os interesses dos fazendeiros e

¹⁶¹ *The New York Times* “Japan has Strikes Riots; Troops Sent to Beshi Copper Mine to Quell Disturbance”.07/06/1907; NIIYA, Brian *Japanese American history: An A-to-Z Reference from 1868 to the Present*, New York: Facts on File, 1993.p256

governo, características que seriam sempre evocados em momentos de tensão no mercado de trabalho e quando se questionava os inconvenientes raciais de se trazer imigrantes de uma raça dita inferior.

Não é possível afirmar que questões eugênicas fossem desconhecidas por membros do governo do estado. Mas da mesma forma que o comércio tinha força para mover a opinião de periódicos, a possibilidade de se obter um trabalhador subserviente e com fama de pouco engajamento em “distúrbios sociais” seria suficiente para promover alterações de opinião de fazendeiros quanto aos riscos de se comprometer a formação social da nação. Como seria constatado em 1899 nas palavras de um eminente fazendeiro que anos depois aceitaria a imigração japonesa:

“Quando, ha tempo, falou-se em introdução de braço asiático, afirmamos ser de utilidade para a lavoura somente sob a condição de trabalhar na colheita como empreiteiro.

Como trabalhador, a mês ou dia, temos o necessário de origem italiana; inútil seria sobrecarregar-nos das responsabilidades impudicamente impressas nos prospectos dos introdutores asiáticos.”¹⁶²

As frases eram de ninguém menos que Carlos Arruda Botelho, na época dessas palavras, apenas um fazendeiro e empresário de máquinas agrícolas, mas que de 1904 até 1908 seria o *Secretario dos Negocios da Agricultura, Commercio e obras Publicas de São Paulo* e um dos principais articuladores da imigração japonesa. Esse excerto foi retirado de um artigo de sua autoria em que, para defender o uso de máquinas agrícolas, ele analisava

¹⁶² *Revista Agricola* 15 de Fevereiro de 1899.p.47, IAC, Grifo meu. Trecho extraído de um artigo intitulado “Emprego das Carpideiras”, de autoria de Botelho, em que ele defende a superioridade no uso de máquinas para auxiliar a manutenção da plantação e melhora na estabilidade de colonos nas fazendas. Segundo ele, usar máquinas reduziria a necessidade de “trabalhadores avulsos”, e conseqüentemente o fazendeiro se precaveria contra o vigente sistema de imigração, taxado como “improficuo e de efeito efêmero; considerando impreterível a crise de braço que nos advirá acompanhada do ínfimo preço do café”(*Revista Agricola* 1899, p.50). Um artigo conveniente a Botelho se considerarmos que, além de fazendeiro, ele também revendia tais máquinas importadas (na *Revista Agricola* é possível encontrar propagandas de seus produtos).

brevemente o sistema de trabalho. Pode-se notar pela argumentação de Botelho que, além da questão étnica, existe a percepção do asiático como mão-de-obra possível, mas uma colonização a ser evitada. A postura do Dr. Botelho se alteraria bastantes nos próximos anos.

Luiz Guimarães, Encarregado dos Negócios do Brasil em Tóquio, após saber das primeiras negociações entre o governo de São Paulo e Mizuno enviou ao Ministro do Exterior várias mensagens que condenavam o interesse paulista e alertava:

“não enxergo vantagem de se introduzir na vitalidade do nosso organismo nacional um elemento completamente disparatado, como seja o sangue mongólico, sem falar na fealdade desta raça – o que também é um elemento a considerar – parece-me, Senhor Ministro, que seria de avisada política cortar desde já as asas à idéia que está dia a dia tomando maior vulto sobre a emigração japonesa para o Brasil.”¹⁶³

A manifestação contrária acabou sendo encaminhada ao governo de São Paulo. O mesmo Carlos Botelho que havia demonstrado ressalvas quanto a civilidade dos asiáticos enviou um ofício tentando tranquilizar tanto o Encarregado dos Negócios do Brasil em Tóquio quanto ao Ministro Rio Branco:

“[O contrato de introdução de japoneses assinado em 1907] não visa a colonização japonesa propriamente dita, mas sim o ensaio de um braço para lavoura cafeeira, em vista dos embaraços que oferecem as nações da Europa para a partida de emigrantes”¹⁶⁴

O governo de São Paulo por sua vez adotava uma saída bastante hábil, tentando amenizar as críticas, mas não mostrando qualquer intenção de mudar sua política e Carlos Botelho demonstrava certa hipocrisia:

¹⁶³ Arquivo Histórico do Itamaraty, ofício n° 4, 2° Seção, Reservado, de 04/12/1906, recebido da legação em Tóquio. apud LEÃO, Valdemar Carneiro Op. Cit. p. 25.

¹⁶⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty, ofício n° 2, 1ª Sessão, de 22/06/1908, recebido da legação de Tóquio. Apud LEÃO, V. C. *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934) : contornos diplomáticos*, Brasília, DF: IPRI, 1990. p.27

“No entanto, considero que os novos imigrantes [japoneses], depois de adquirirem pecúlio com seu trabalho nas fazendas podem querer fixar-se neste Estado, e atendendo também a conveniência de prevenir embaraços para a administração pública, no caso de não quererem eles permanecer nas propriedades cafeeiras como trabalhadores a salário, estabeleceu-se no contrato que o Governo fundará á margem da Estrada de Ferro Central os núcleos coloniais que forem necessários para a localização dos imigrantes japoneses.”¹⁶⁵[grifo meu]

Neste trecho retirado do Relatório da Secretaria de Agricultura de 1907 invocava com bastante clareza a incapacidade de se controlar a questão da fixação do colono japonês. Algo não desejável nas palavras de Botelho apenas alguns anos antes. É difícil dizer com certeza quais teriam sido as particularidades que levaram Carlos Botelho mudar de opinião sobre os Japoneses (se é que esta alguma vez mudou).

Os três trechos citados evidenciam que Botelho também estaria disposto a aceitar as inconveniências dos asiáticos quando era perceptível que havia problemas com a mão-de-obra e por isso fazia-se necessário os “bons trabalhadores”, mesmo que estes não fossem visto com bons olhos. Para Botelho, enquanto figura pública, secretário do Estado e articulador da política que versava sobre a mão-de-obra, era claro que a introdução de japoneses era algo positivo, sendo inclusive usado como promoção do estado.

Imediatamente após a chegada dos japoneses seriam feitas filmagens desses imigrantes trabalhando nas fazendas, material que foi exibido como propaganda oficial do estado na Exposição Nacional de agosto de 1908, evento para o qual o Dr. Botelho (naquele momento já ex-secretário) foi nomeado delegado oficial de São Paulo. Botelho representava não apenas o governo, mas também a Sociedade Paulista de Agricultura, Comércio e Indústria instituição que ficara responsável pelos trabalhos de representação do

¹⁶⁵ *Relatorio apresentado ao Dr. Jorge Tibiriça, presidente do Estado pelo Dr. Carlos Botelho Secretario da Agricultura. São Paulo, SP: Secr. do Est. dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas: anno de 1907, São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild, 1908, p. 137. (Doravante RSASP 1907).*

estado.¹⁶⁶ Dessa forma, tanto o Dr. Botelho, governo e setores privados não tiveram pudores em apresentar os trabalhadores japoneses como um dos elementos de desenvolvimento do estado na suntuosa exposição que ocorreu no Rio de Janeiro. Ao contrário, os filmes apresentados procuravam evidenciar as realizações de maior destaque do governo de 1904-1908. Além dos japoneses colhendo café, mostravam também os exercícios do corpo policial e Cavalaria do estado¹⁶⁷. É bastante indicativo que o governo tivesse como um de seus pontos de orgulho a reforma e ampliação da Força Pública, um dos principais aparelhos repressores para se manter a “paz pública” e que esta fosse apresentada juntamente com os japoneses, tidos até então como ótimos elementos de trabalho.

Não eram apenas os altos funcionários do governo que procuravam expressar uma empolgação com a chegada de novos imigrantes, J. A. Sobral, inspetor da agricultura do estado, escreveu as primeiras impressões sobre os japoneses ainda na Hospedaria dos Imigrantes. Em sintonia com a expectativa dos fazendeiros, Sobral publicou suas considerações elogiosas no *Correio Paulistano*, jornal francamente associado ao Partido Republicano, o partido do governo.

Sobral redigiu um artigo onde não faltaram elogios e reforços de qualidades quase em tom de propaganda. Além das características morais e físicas positivas, escrevia ainda que traziam pequenas bandeiras brasileiras em sinal de respeito, vestiam trajes ocidentais e que se tratava de uma raça “muito diferente, mas não inferior”. O autor concluía resumindo

¹⁶⁶ *Relatorio apresentado ao Dr. M. J. Albuquerque Lins, presidente do Estado* pelo Dr. Antonio Candido Rodrigues, Secretario da Agricultura, *anno de 1908*. São Paulo, SP: Secr. do Est. dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, STypographia Brasil de Rothschild, 1909.(Doravante RSASP 1908) p. XXIII

¹⁶⁷ *O Estado de S. Paulo* 12/10/1908. ARAÚJO, Vicente de Paula Salões, *Circos e Cinemas de São Paulo*, São Paulo: Editora perspectiva, 1981. p.162

e afirmando que: “Se esta gente, que é toda de trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veio pela imigração gente tão asseada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonês um elemento de um elemento de produção que nada deixara a desejar”¹⁶⁸

Além de informar que as expectativas dos fazendeiros estavam corretas e que havia sido um bom negócio trazer estes imigrantes, as repetidas afirmações dos japoneses como limpos, saudáveis, sociáveis, ordeiros e fortes tinham claro objetivo de contra-atacar as incipientes críticas de caráter eugênico e de incompatibilidade cultural. A estratégia de publicar respostas às críticas e afirmar a validade da imigração japonesa continuaria pelo menos até o final do ano¹⁶⁹

A forma como era reportada a imagem dos japoneses não chegava a ser reconfortante para outros imigrantes. Mesmo que a imigração japonesa fosse tratada com alguma discrição, a representação dos nipônicos como concorrente racial, um “elemento superior” que recebia salários menores em outros lugares e com fama de ser subserviente, consternava outros trabalhadores. Em um relatório Mario Zanotti Bianco, vice-cônsul italiano, escrevia que

Sem dúvida uma maior amplitude de nossa política de emigração em favor do Estado de São Paulo, seria um dano para os colonos, os quais, com temor, assistiam a invasão dos colonos japoneses que até hoje se acentua de um modo alarmante. Todo o aumento de braços na verdade implica uma diminuição de seus salários. Por isso, se a mão-de-obra fosse limitada, haveria um poderoso estímulo para que os fazendeiros aprendessem a tratar mais humanamente os colonos, por temerem sua fuga no final do ano agrícola (outubro-novembro). Mas esse temor dos fazendeiros logo diminui pelo fato de os italianos sempre

¹⁶⁸ “Os japonezes em São Paulo”, *Correio Paulistano*, 25/06/1908, p.1

¹⁶⁹ “Um problema de colonização” 13/10/1908 e 15/10/1908 (cont.), *Correio Paulistano*; 10/11/1908 “A futura colonização” *Correio Paulistano*; 02/12/1908 “Immigração Japoneza”, *Correio Paulistano*.

chegarem infelizmente isolados e por isso em condições de inferioridade diante do fazendeiro.¹⁷⁰

A diversidade de origens usadas para desestimular a organização dos trabalhadores era uma estratégia bem conhecida. Segundo Hall, desde o final do século XIX esse tipo de subterfúgio já era perceptível para o caso dos italianos, sendo, inclusive, alvo de matérias periódicos como *La Riforma Sociale*, *La Rassegna Nazionale* e *La Barricata*. Mesmo para o caso dos italianos, exploravam-se as diferenças regionais.¹⁷¹ Este tipo de atitude, que esperava promover a divisão da força de trabalho, não passava despercebido por organizações de operários como a Federação Operária de Santos, que escrevia:

Os filhos do país são tratados de negros ou caboclos, não por causa da cor, senão pelo interesse de lembrar-lhes a sua passada escravidão e convencê-los da sua inferioridade ou animalidade, e despertar neles o atavismo das antigas e abjetas humilhações.

Os trabalhadores estrangeiros são cognominados com os epítetos desprezíveis de carcmanos, galegos ou gringos.

A palavra imigrante é sinônimo de escravo miserável.¹⁷²

O conhecimento das artimanhas do sistema de exploração baseado na imigração em massa por parte dos italianos não significava total imunidade à reprodução de discursos racistas. Como ressalta Federico Croci, a comunidade italiana que tinha experiência de ser discriminada não deixou de expressar seu etnocentrismo. O etnocentrismo dos italianos foi da solidariedade para com outro ao preconceito anti-nipônico. A imprensa anarquista

¹⁷⁰“O colono e a fazenda(1915)” in PINHEIRO, P. S. & HALL, M. M., *A Classe Operária no Brasil 1889-1930 – Documentos – condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o estado*, volume 2, São Paulo: Brasiliense, 1981. P101

¹⁷¹HALL, Michael M., *Strikes by coffee plantation workers in Brazilian First Republic, 1889-1930* Primeiro Colóquio Internacional “Greves e Conflitos Sociais no Século XX”, Universidade Nova de Lisboa, 17-19 de Março de 2011. Mímemo p. 3; HALL, M. M. “Entre a Etnicidade e a Classe em São Paulo” in TUCCI, Maria Luiza Carneiro; CROCI, Federico ; FRANZINA, Emilio *História do Trabalho e Histórias da Imigração: Trabalhadores Italianos e Sindicatos no Brasil* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010

¹⁷² “Condições de trabalho no campo e na cidade. (1913)” in PINHEIRO, P; HALL, M.M. op cit, 1981, p95

italiana, como *La Battaglia*, com a dualidade de possuir ideais internacionalistas e uma identidade étnica definida, ora apresentou (ainda que de maneira mais discreta) seu etnocentrismo ora manifestou solidariedade. Já o jornal *Fanfulla*, descrito como periódico burguês de orientação democrática, expressou temor e ressentimento pela concorrência entre japoneses e italianos, chegando adotar tom bastante hostil.¹⁷³

Quando finalmente a imigração se concretizou em 1908, ao contrário das expectativas, os japoneses não se portaram diferente de outros imigrantes. Quando experimentaram situações de exploração que estavam além do suportável passaram a desenvolver estratégias de resistência. Apesar de contarem com alguma proteção de um corpo diplomático empenhado em não permitir salários explicitamente abaixo do normal ou outras condições inferioridade a europeus – não tanto por preocupação com os trabalhadores quanto pelo orgulho do Império do Japão refletido em seus súditos – não faltaram condições que levariam os japoneses a se manifestar ou desenvolver estratégias de resistência, manifestações, greves e fugas de fazendas¹⁷⁴.

O contrato entre Companhia Imperial de Imigração, encarregada da introdução e o governo do estado estipulava em algumas cláusulas de forma explícita que as condições deveriam ser as mesmas oferecidas a imigrantes europeus. Entretanto, o contrato previa que parte do valor da passagem a ser pago por fazendeiros poderia ser deduzido do pagamento

¹⁷³ CROCI, Federico, “ ‘A Invasão Nipônica’: A imagem do imigrante japonês na comunidade Italiana – solidariedade, Rejeição e Conflito” in TUCCI CARNEIRO, M.L., TAKEUCHI, M.Y. *Imigrantes Japoneses no Brasil – Trajetória, Imaginário e Memória*, São Paulo: Edusp, 2011. Ver também BIONDI, Luigi. "Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista La Battaglia e a sua visão da sociedade brasileira : o embate entre imaginários libertários etnocêntricos" *Cadernos AEL* 8/9, 1998.

¹⁷⁴ BENNETT, Neville, “Japanese Emigration Policy” in INGLIS, C, et al [Ed.] *Asians in Australia: The Dynamics of Migration and Settlement*, Singapore: Institute of South east Asian Studies, 1992

dos colonos. O resultado era que no papel os japoneses ganhavam salários próximos aos dos demais trabalhadores, mas na prática recebiam quantias menores.

Ignorando-se o infortúnio dos imigrantes, a medida quase poderia ser chamada de um acordo de cavalheiros entre as partes que negociaram o contrato, uma vez que transferia parte do alto valor do traslado para os trabalhadores. Os imigrantes que já haviam arcado com alguns custos da viagem no Japão poderiam ainda ter descontado de seus salários outra porcentagem referente ao repasse de uma parte um valor que fazendeiros deveriam pagar ao governo, como ressarcimento de uma parte dos subsídios. A situação dos primeiros japoneses foi ainda mais agravada por não receberem depósitos efetuados no cofre do navio que os havia transportado, dinheiro na verdade roubado e usado pela companhia para pagar tarifas de liberação da embarcação. Os imigrantes japoneses já chegavam, portanto, com dívidas e, mesmo aqueles com reservas se viam desamparados.

A experiência de imigrantes chegando endividados havia sido problemática nos primeiros momentos da entrada em massa de italianos e já tinha ficado claro que seria necessária uma imigração integralmente subsidiada ou com o máximo de subvenção e sem transferência de custos.¹⁷⁵ Mesmo com conhecimento de tais fatores, não deixou de causar surpresa ao governo e a companhia de imigração que os japoneses fossem capazes de manifestar insatisfação em um curto espaço de tempo. Passado pouco mais de um mês após a chegada dos nipônicos já ocorriam manifestações de descontentamento. Os incidentes indicavam que ao contrário de boa parte das expectativas, os japoneses se mostraram bem pouco dispostos a suportar situações excepcionais de exploração.

¹⁷⁵ HALL, Michael , op cit, 2003, p.153

Além do endividamento, outro estímulo para desencadear as manifestações de descontentamento foram colheitas que rendiam remunerações bem abaixo do prometido pela companhia de emigração. Uma situação em parte explicada por uma propaganda feita com bases em condições ideais (pés de café novos, em anos de maior produção e trabalhadores habituados), situação que não foi condizente com a situação encontrada. Alguns dos japoneses foram designados para realizar colheitas em áreas de cafezais velhos e todos eles haviam chegado ao final das colheitas.¹⁷⁶

As primeiras ações de insubordinação foram as fugas de colonos, começando com indivíduos ou adultos incorporados às famílias, mas sem relação de parentesco, e, posteriormente, fugas de família e pequenos grupos. Em ações diretas, manifestações e greves seriam usadas como expressão de descontentamento. Na Fazenda Dumont, umas das seis fazendas que receberam os primeiros japoneses, quatro rapazes fugiram e chegaram até São Paulo para trabalhar na cidade, mas acabaram sendo localizados por membros da Companhia Imperial de Colonização que os convenceu a retornar à fazenda. Após alguns dias um dos rapazes morreu em decorrência de alguma doença. A manifestação que se alastrou por outras propriedades se iniciou pouco depois.

Em agosto de 1908, irrompeu uma manifestação na Fazenda Dumont com a exigência de transferência para uma propriedade de melhor safra e pedido de demissão do intérprete. A tensão ficou elevada quando os diretores da Companhia de emigração foram recebidos pelos trabalhadores armados de enxadas, foices e outras armas improvisadas. Não chegou a haver violência de fato, mas não houve dissuasão dos descontentes. A situação

¹⁷⁶ É provável que a safra de 1908 tenha sido menor dado que o cafezal costuma ter alternância de produtividade e a safra anterior havia sido particularmente alta. Mais informações ver: HOLLOWAY, Thomas H., *The Brazilian Coffee Valorization of 1906: Regional Politics and Economic Dependence*, Madison, Wisconsin, The Society Press of the State Historical Society of Wisconsin, 1975.

apenas se resolveu quando todos os imigrantes voltaram para a Hospedaria dos Imigrantes. Apesar da atitude drástica, o relatório da secretaria de agricultura não expressava grande consternação e apenas apontava que o motivo era que os japoneses estavam “descontentes por não por não ganharem o suficiente para sua manutenção.”

Quando estouraram greves em duas fazendas o governo se mostrou pouco disposto a ser tolerante. Na Fazenda Canaã da S. Paulo Coffee Estates, onde ocorreu uma greve de sete dias,¹⁷⁷ houve a expulsão de um japonês ex-militar acusado de ser o líder da revolta que se formava. Algum tempo depois, seguiu-se a evasão de 30 indivíduos. Houve greve também na fazenda São Martinho que, segundo o secretário de agricultura, exigia “obter condições desarrazoadas dos proprietários” (pagamento mensal e adiantamentos). A crise na São Martinho acabou com a expulsão de trinta pessoas da fazenda e 4 deportações¹⁷⁸, atitude que precisou de soldados da força pública e capangas para intimidar os japoneses, uma vez que os colonos se recusavam a serem expulsos.

Alguns meses após a chegada dos nipônicos já se registravam alguma forma de descontentamento em quatro das seis propriedades que receberam japoneses. Vários nipônicos fugiram das fazendas e outros haviam sido conduzidos de volta para a Hospedaria dos Imigrantes na Mooca, como no caso de todos os japoneses da Fazenda Dumont. Houve ainda aqueles que se retiraram para a hospedaria em sinal de protesto - este foi o caso de 30 pessoas que deixaram a fazenda Canaã. Até o final de 1908, 282 pessoas já haviam voltado a Hospedaria, 150 constituídas em 56 famílias e 132 indivíduos. Desse

¹⁷⁷ 上来所記の外「カナン」耕地に於て七日間のストライキあり。皇国殖民会社の第一回移民報告書, Relatório da Companhia Imperial de Colonização referente à primeira leva de imigrantes para o Brasil disponível em : <http://www.ndl.go.jp/brasil/text/t022.html>, acessado em 09/10/2011.

¹⁷⁸ Relatório da Companhia Imperial de Colonização referente à primeira leva de imigrantes para o Brasil disponível em : <http://www.ndl.go.jp/brasil/text/t022.html>

total, 108 foram realocados em outras fazendas, 73 foram trabalhar na construção de estradas de ferro e 101 pessoas que se destinaram a trabalhos diversos.¹⁷⁹

As 101 pessoas citadas decidiram se afastar da lavoura, opção também seguida por alguns fugitivos que não passaram pela hospedaria. Estas pessoas rumaram para cidades como São Paulo, Santos e Rio de Janeiro. Eles buscaram trabalho como empregados domésticos, estivadores, carpinteiros, pedreiros e na construção de estradas de ferro.¹⁸⁰ Alguns ainda reemigraram para a Argentina, uma estratégia de fuga bastante comum a imigrantes de outras procedências.¹⁸¹ Talvez mais do que uma casualidade, a reemigração representava troca de informações mesmo de forma limitada entre os imigrantes, pois justamente os piores cenários de exploração propiciam as ações de cooperação.

A pesar de alguns fazendeiros se mostrarem satisfeitos com os japoneses, a primeira leva foi desapontadora para a maioria dos fazendeiros que contratou esses imigrantes. O governo também se mostrava frustrado, pois os japoneses não se mostraram mais úteis ou comportados que outros imigrantes. Os trabalhadores nipônicos não foram particularmente mais resilientes em suportar exploração ou dispostos a suprimir seus interesses. Apesar de tal cenário, a imigração foi mantida por mais algumas levas.

O governo julgava que a primeira leva havia sido um fiasco, pois havia ocorrido:

1º) Má seleção dos imigrantes engajados pela Companhia, permitindo a vinda de numero excessivo de indivíduos estranhos à profissão agrícola e de famílias com

¹⁷⁹RSASP 1908, p.126-127

¹⁸⁰*New York Times*: "Japanese Quit Sao Paulo. Prefer Domestic Service in Rio to Work on Coffee Plantations, 31 de Agosto de 1908; Relatório da Companhia Imperial de Colonização referente à primeira leva de imigrantes para o Brasil disponível em: <http://www.ndl.go.jp/brasil/text/t022.html> (acessado em 10/11/2011); RSASP 1908, . p126-127

¹⁸¹ Lesser ,J, op cit, p 163; e HANDA, T. *Memórias de um Imigrante Japonês no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980 p. 59, HANDA , T. *O Imigrante japonês: História de sua vida no Brasil.*, T.A. Queiroz, 1987, pp43-44; p 388

indivíduos a elas estranhos e que eram apenas agregados, que não se sujeitaram a permanecer sob tutela do chefe da família.

2º) A condição do imigrante pagar aqui uma parte das despesas feitas pelo Estado com seu transporte, dentro de um prazo demasiadamente curto.¹⁸²

Consideravam também como causa secundária o atraso, situação que fez com que os imigrantes perdessem a maior parte da colheita. Entretanto há de se considerar ainda diferenças lingüísticas, uma vez que alguns autores manifestam a dificuldade de comunicação mesmo com o uso de intérpretes entre trabalhadores descontentes e administração das fazendas. Os próprios intérpretes japoneses que haviam sido contratados para acompanhar os japoneses nas respectivas fazendas receptoras foram fontes de alguns problemas. Em vários casos se mostraram autoritários, empenhados em agradar seus superiores (administração da fazenda, membros dos consulados ou mesmo das companhias de emigração) prestando pouco auxílio aos colonos e agravando a situação.

Ainda em 1908 o *Correio Paulistano* apressou-se em publicar justificativas para a falha. Um artigo de outubro explicava que as levas compostas por trabalhadores estranhos aos serviços agrícolas, como havia ocorrido com os japoneses e com canadenses, gregos, judeus, russos, naturalmente geravam maus resultados. Situação problemática tanto para a imagem da lavoura quanto para a avaliação da qualidade dos imigrantes. A matéria defendia que não se poderia julgar a qualidade de um trabalhador rural a partir dos imigrantes não afeitos aos afazeres do campo que abandonavam as fazendas¹⁸³. Em outra matéria de 02/12/1908 que tinha objetivo explícito de refutar as críticas feitas, afirmava-se que os problemas da imigração nipônica se davam por conta das famílias compostas e, assim como outras primeiras levas de imigrantes, por vagabundos e oportunistas que se

¹⁸² RSASP 1908. p. 127.

¹⁸³ Correio Paulistano 17/10/1908 “Os immigrants e colonos” p1

passavam por camponeses para obterem passagens subsidiadas. Defendia ainda que os japoneses acostumados aos afazeres no campo - e que supostamente eram a maioria - permaneciam nas fazendas e “mostrando-se até, muito superiores ao colono europeu”¹⁸⁴.

Já em 1909 o Deputado Estadual do Rio de Janeiro Nestor Ascoli, entusiasta da imigração e relator do parecer sobre a instalação de colônias japonesas naquele estado, também veio em defesa da imigração japonesa. Ele escrevia que o resultado dos japoneses não havia sido diferente das primeiras levadas de italianos, espanhóis e portugueses anos antes. Ascoli ainda argumentava que dentre os grupos recém introduzidos em São Paulo (russos e polacos) os japoneses não haviam obtido um mal resultado, sobretudo, se comparados com a primeira leva de russos que após 3 meses 592 dos 600 introduzidos teriam abandonado as fazendas e rumado para a Argentina.¹⁸⁵ Sendo uma análise recorrente, mesmo se tratando de trabalhadores nacionais, é difícil dizer se esse argumentos convenciam sobre a viabilidade da imigração japonesa ou insalubridade do trabalho nas fazendas.¹⁸⁶

Os argumentos apresentados em jornais não eram mero proselitismo e, de fato, como o governo tinha conhecimento, as primeiras levadas poderiam oferecer falsos resultados. Todavia, se considerarmos que a expectativa era um trabalhador excepcional, o resultado não foi animador. Ao final do ano agrícola, pouco mais de um ano após a chegada dos japoneses, em setembro de 1909, o número de imigrantes que permaneceu nos estabelecimentos originais eram de apenas 191, pouco menos de um quarto do total.¹⁸⁷

¹⁸⁴ Ver “Imigração Japonesa”, *Correio Paulistano*, 02/12/1908.

¹⁸⁵ O parecer foi publicado no *Jornal do Commercio* de 02/11/ 1909

¹⁸⁶ Para o caso da falha de migrantes do norte ver *Relatório da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo de 1915-1916*. P 150.

¹⁸⁷ HANDA, T. *op cit* , 2002 p. 22

Ainda assim, o governo decidiu pela continuidade da imigração nipônica, tomando, entretanto, alguns cuidados para sua continuidade.

Após vários anos lidando com problemas da imigração em massa e lidando com companhias de emigração, o governo paulista dispunha de larga experiência na criação e gerenciamento do movimento migratório. Uma situação que foi evidenciada poucos anos após a entrada dos japoneses, na publicação do *Relatório da Secretaria de Agricultura de 1912-1913*. Neste relatório, na seção de imigração, havia um texto bastante explicativo dos parâmetros do funcionamento das entradas. Provavelmente um texto que o Secretário Paulo de Moraes Barros achou prudente reiterar ao vice-presidente em exercício explicando com um teor quase sociológico o comportamento de imigrantes. Em uma longa introdução o secretário abordava vários aspectos, explicando, entre outras coisas, a mentalidade dos imigrantes, a importância da entrada de pessoas para o desenvolvimento da economia, a necessidade de um fluxo migratório, uma rápida comparação entre grupos de imigrantes, etc. Explicava também que as primeiras levas eram constituídas por trabalhadores pouco adequados, mas que com subsídios, propaganda, seleção de imigrantes e exigência de rigor na execução de contratos com Companhias, haveria melhora na qualidade dos imigrantes.¹⁸⁸ Tal fórmula, que seria anunciada no relatório de 1912-1913, foi seguida após o fiasco de 1908.

Logo após a primeira leva houve a renegociação do contrato, situação que garantiu a inserção de vantagens adicionais para o estado. No geral, houve apenas modificações do contrato original. É interessante notar que a alteração mais destacada não foi a redução dos

¹⁸⁸BARROS, Paulo Moraes de, *Relatório da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo*, apresentado ao Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães, vice presidente do estado em exercício pelo Dr. Paulo de Moraes Barros secretário do Estado, Anos de 1912-1913, São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild, 1914.

subsídios das passagens, mas a limitação ainda maior para o preço do frete do café transportado para o Sul da África e Japão. Esta condição contratual estava presente também no primeiro contrato e desde aquele momento criavam expectativas com relação à maior aproximação entre Brasil e Japão, sobretudo, em uma situação de superprodução e crise do preço do café. Embora fosse destacada, não chegava a causar surpresas que a possibilidade de ampliação do mercado de café animasse as pessoas ligadas à produção de café.

No que envolve a vinda de trabalhadores, é interessante notar que houve redução nos subsídios oferecidos. Houve também uma grande redução no valor que deveria ser pago pelos fazendeiros ao aceitarem esses colonos e conseqüentes descontos efetuados nos pagamentos dos trabalhadores japoneses. A medida é interessante não apenas porque representava que os cafeicultores iriam pagar menos (o que significava que o governo iria pagar mais pelos japoneses, mesmo se contabilizando as reduções nos subsídios), mas que o repasse aos japoneses seria menor. Retornava a política tradicional, com imigrantes chegando sem dívidas, ou neste caso quase sem dívidas.¹⁸⁹ Levando-se em consideração esse novo aspecto, pode-se dizer que a insubordinação dos primeiros japoneses fez com que as levadas seguintes se encontrassem com dívidas bem menores para com os fazendeiros.

A primeira leva havia introduzido cerca de 800 japoneses e o contrato que havia sido firmado com Companhia Imperial de Imigração previa a introdução 3.000 japoneses em três anos. Provavelmente o tempo e quantidade que o governo de São Paulo julgou adequados para se avaliar a “experiência” com os japoneses. Contudo, a Companhia Imperial de Emigração (*Kōkoku Shokumin-gaisha*) nunca voltou a introduzir outros imigrantes e empresas como a Companhia Takemura de emigração e Companhia Tōyō de

¹⁸⁹ HALL, Michael op cit, 2003, p.153

emigração passaram a cuidar das introduções. O diretor da Companhia Imperial passaria a se dedicar integralmente ao comércio e difusão do café no Japão e a entrada de nipônicos continuaria a ser executada por outras empresas japonesas que assumiram o contrato.

Após a leva de 1908 seguiriam se outras nove levas distribuídas entre os anos de 1910, 1912, 1913 e 1914, sob administração da Companhia Takemura de Colonização e da Companhia Oriental de Imigração, companhias maiores e com experiência de transporte de trabalhadores para Havai e Estados Unidos¹⁹⁰. As novas levas totalizaram 14.903¹⁹¹ pessoas, e apresentaram uma redução em manifestações dos japoneses, mas fugas antes do final dos contratos e abandonos de fazenda após o cumprimento do prazo estipulado ainda aconteciam em quantidades expressivas, não diferindo muito da situação de outros imigrantes.

Se a idéia de imigrantes particularmente dóceis e baratos não demorou muito para se esfacelar, a idéia de que no Japão o socialismo, anarquismo, sindicalismo e mesmo greves eram fenômenos raros e trazidos de fora tinha uma longevidade maior e oferecia algum conforto a lavradores preocupados com distúrbios sociais como Pedro Gordilho Paes Leme, já citado neste capítulo.

As notícias internacionais no princípio da década de 1910 traziam um contraste relevante, pois enquanto que notas sobre greves na França, Espanha, Portugal e Itália eram comuns na grande imprensa, nestes mesmos veículos notícias indicavam que tais “problemas” não eram comuns e tão pouco naturais do Japão. As notícias de greves não

¹⁹⁰ MORIYAMA, A. T., *Imingaisha: Japanese emigration companies and Hawaii, 1894-1908*, Honolulu:University of Hawaii Press, 1985 (p. 55)

¹⁹¹ NOGUEIRA, Arlinda R., *Imigração Japonesa para a Lavoura cafeeira Paulista: 1908-1922*, São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1973, p.154 quadro II

eram apenas um interesse de alguns poucos que temiam que líderes de distúrbios sociais se infiltrassem no Brasil por entre a massa de imigrantes, publicações bastante específicas como o *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho* oferecia informações de greves que ocorriam em todo o mundo. Às vezes como artigos específicos sobre o tema, como uma publicada em 1914 que retomava dados dos anos anteriores para investigar porcentagens de adesão, índice de sucesso das demandas, dias e salários perdidos.¹⁹² Ou mesmo publicando matérias que enfatizavam o caboclo como sem índole para fazer greves, cordial, bom trabalhador, não sendo degenerado como se dizia, discurso muito próximo ao que havia sido usado para se argumentar em favor de japoneses no passado.¹⁹³

Uma matéria no *Correio Paulistano* explicava que se havia no arquipélago a “questão social apresenta-se no império do sol nascente tão angustiosa como em toda a parte” e que “de há (sic) alguns uns anos para cá, o socialismo, o anarquismo e o sindicalismo vêm fazendo ali progressos notáveis. A cooperação tem-se desenvolvido com não menos rapidez.” Em linhas gerais, o artigo explicava que dado ao desenvolvimento da produção daquele país, era natural que as formas de solidariedade e ação social também aumentassem, mas que, apesar do anarquismo, socialismo e sindicalismo, os trabalhadores japoneses recorriam à formação de cooperativas e associações de auxílio mútuo de forma recorrente. Ressaltava ainda que o cooperativismo e outras formas de auxílio mútuo - ao contrário do anarquismo – não provinham da Europa, eram tradicionais do Japão. Ainda

¹⁹² “As grèves em um triennio”, *Boletim do departamento estadual do Trabalho* Ano 3, n 10, 1º trim., 1914. Notícias apenas sobre greve, sem considerar outras entradas como “legislação social”, “questão operária”, “movimento social internacional”, “jornada de oito horas”, ver *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho* (doravante BDET) ano II n7 2º trim de 1913; BDET, matéria ano II, n 8e9, 3º e 4º trim de 1913 ; BDET, Ano II, n 12 e 13, 3º e 4º trim de 1914; BDET ano IV, n14, 1º trim 1915; BDET, ano V, n19 2ºtrim de 1916; BDET, ano VI n25, 4 trim de 1917; BDET, ano VIII n 31 e32 2º e 3º trim de 1919; BDET, ano VIII n 33 4 trim de 1919 (greve Buenos Aires); BDET, ano IX n36 3trim de 1920;

¹⁹³ “O trabalhador Nacional” BDET ano V, n20 3ºtrim de 1916; em especial p361-2

assim esse costume vinha se adequando aos modos ocidentais que se desenvolviam no interior do Japão. Para embasar o argumento o autor oferecia estatísticas sobre a rápida expansão das associações de crédito, cooperativas de produção e outras “operações autorizadas por lei”. Explicava também que se tratavam de organizações formadas por grupos de trabalhadores agrícolas, comerciantes, operários industriais e pescadores. A mensagem era bastante clara: se os trabalhadores nipônicos não estavam livres de ideologias perniciosas, tais questões eram novidades e não eram naturais daquele país, ao contrário do cooperativismo com objetivos adequados ao capitalismo japonês.¹⁹⁴

O ano de 1911 apresentou outro fato marcante para aqueles que estavam preocupados com os movimentos sociais no Japão. Em tal ano, o governo japonês executou lideranças anarquistas sobre pretexto de tentativa de assassinar o imperador. Enquanto a prisão, julgamento sigiloso com uso de provas circunstanciais e execução dos acusados causavam boa impressão aos opositores ferrenhos do anarquismo, associações de esquerda de todo o mundo protestavam e manifestavam solidariedade aos acusados.¹⁹⁵ Tanto a multiplicação de cooperativas quanto a repreensão a movimentos de esquerda não eram apenas propaganda do Japão, mas era, sobretudo, resultado da política oficial que visava coibir qualquer ameaça ao interesse do desenvolvimento capitalista daquele país. Mesmo que esse tipo de política não fosse garantia de bons trabalhadores, como haviam descoberto alguns fazendeiros, certamente deixava boa impressão para aqueles que se preocupavam com os ditos “problemas sociais”.

¹⁹⁴ “As Cooperativas no Japão” *O Correio Paulistano* 11/10/1911, p1,

¹⁹⁵ Ver por exemplo: *New York Times* 30/10/1910 “To Combat Socialism. Japan Employs Aggressive Methods to Stamp Out ‘Red Plague’; *New York Times* 25/11/1910 “Trying to save Kotoku. New Yorkers Working on Behalf of Condemned Japanese socialist” , *New York Times* 13/12/1910 “Socialists Protest to Japan” , *New York Times* 27/01/1911 “Japan Gloomy Over Anarchist Hangings, *O Estado de S. Paulo* “Conspiração contra Mutsuhito” 11/11/1910

Nos anos iniciais da década de 1910 era difícil estabelecer qual a expectativa que fazendeiros tinham com relação aos trabalhadores japoneses. Enquanto havia pessoas entusiastas da mão-de-obra nipônica, começavam a surgir aqueles que apresentavam ressalvas, por considerarem imigrantes inadequados por afugentarem com sua poderosa concorrência os demais trabalhadores e por serem de uma suposta raça inferior.

Um artigo presente na revista *O Fazendeiro* de 1914 expressou bem esse momento de indeterminação. O artigo que analisava exclusivamente as vantagens e desvantagens da mão-de-obra nipônica cobrava do governo estudos e uma tomada de posição quanto à “imigração amarela”. O artigo que evitava enunciar explicitamente quais seriam “certos inconvenientes” desta imigração era bastante franco ao defender a formação de uma corrente imigratória. Segundo o autor, o japonês era o imigrante mais adequado para resolver “a falta de braço” que impedia o “barateamento do custo de produção”. Tendo em vista a dificuldade de se conseguir trabalhadores de outras procedências, o Japão tornava-se a melhor opção de origem de imigrantes, uma vez que tal país possuía grande população “cuja sobriedade é bem conhecida”. Dessa forma escrevia: “Estamos convencidos de que com a imigração japonesa é mais fácil conseguir o barateamento do braço agrícola do que com qualquer outra.”¹⁹⁶

Apesar de alguns fazendeiros se dizerem satisfeitos com os trabalhadores japoneses, o custo elevado de seu transporte, certa instabilidade do colono japonês nas fazendas e o aumento da imigração européia pouco antes da Primeira Guerra Mundial, em 1912 e 1913 levaram o governo a suspender os subsídios para os nipônicos em 1914, mas não demoraria

¹⁹⁶ *O Fazendeiro*, ano 7, nº8, 1914, “A Imigração Japonesa” pp247-248

muito para reconsiderar a medida. A decisão consistiu apenas em uma interrupção dos subsídios e não se tornou um banimento para a entrada de japoneses.

Investigações realizadas por membros da legação japonesa levaram a concluir que surgia um movimento anti-nipônico em países da América do Sul, mas, apesar do governo paulista não esconder sua cautela quanto à imigração nipônica, a medida não parecia ser motivada por discriminação racial.¹⁹⁷ Vários fazendeiros também se diziam favoráveis, mas faziam considerações julgando mais conveniente a entrada de europeus. Tal opinião sugere que a imigração japonesa não era um consenso mesmo entre os fazendeiros. Entretanto, atitudes de funcionários do governo e fazendeiros opositoristas seriam rapidamente suprimidas alguns anos mais tarde, quando surgiram novas dificuldades para a obtenção de braços.

Ao saberem da decisão do governo paulista de suspender os subsídios, Companhias de emigração e alguns fazendeiros não perderam tempo em contatar o governo paulista, sugerindo dar continuidade na introdução. O assédio ao governo começou ainda em 1914, com companhias consultando sobre a possibilidade de se introduzir japoneses sem contrato prévio, mas em acordo com um artigo na legislação imigratória do estado, que previa a restituição de passagens a imigrantes que chegassem a São Paulo e se estabelecessem na lavoura. O pedido foi indeferido, alegando que a legislação não contemplava este caso, apenas imigrantes espontâneos e europeus. Alguns meses depois a medida foi suspensa

¹⁹⁷ NOGUEIRA op. cit, p. 174-175.

para todos os imigrantes e sua validade só seria restituída em 1916, em um momento de diminuição da oferta de trabalhadores.¹⁹⁸

As companhias mantiveram a pressão sobre o governo e chegaram a oferecer a introdução de japoneses a custos bastante baixos, por 1,10 libras enquanto o subsídio a europeu ficava em torno de 8 libras. As companhias usavam também argumentos que indicavam um bom conhecimento das preocupações dos fazendeiros e sobre relatórios da secretaria de agricultura¹⁹⁹

O governo luta presentemente com grandes dificuldades para obter emigrantes europeus. – Enquanto durar a conflagração, essas dificuldades só poderão aumentar.(...)

Logo a Republica Argentina empregara todos os seus esforços para chamar essa gente que aqui reside, visto que ela não não (sic) poderão ser servida pela Itália nem tampouco pela Espanha, que já não tem gente para este estado. – Acontecerá portanto o seguinte: ou os colonos emigrarão para a Argentina ou exigirão dos fazendeiros uns contratos onerosos.-

(...)Não duvidamos que, si nas fazendas souberem que devem chegar algumas levas de emigrantes japônês, o efeito moral, para os colonos europeus bem como os fazendeiros, será de grande proveito e poderá influenciar estes, afim que não sejam tão exigentes nas renovações dos seu contratos²⁰⁰

Em 1916 a legação consular em Tóquio comunicava ao presidente do estado de São Paulo que três companhias haviam enviado um encarregado de tratar sobre o desenvolvimento da imigração. O encarregado era Tadao Kamiya que já tinha experiência no lobby de assuntos relacionado à imigração. Kamiya, enquanto secretário-chefe da

¹⁹⁸ Sobre pedidos dos fazendeiros ver: “Imigração japonesa”, BDET Ano IV, n 16, 3º trim de 1915 p496-7. Ver também: Nogueira Op cit pp180-181;p 184

¹⁹⁹ Pasta da Secretaria da Agricultura,n1201, caixa 287, ordem 7504, Interessado: companhia Morioka Imin Gomei Kaisha , “Assunto:Apresenta proposta para introdução de imigrantes japonezes neste Estado, durante o ano de 1915”Maio de 1915, AESP; Pasta da Secretaria da Agricultura, n1279, caixa 291, ordem 7508, Interessado: Toyo Imin Goshi Kaisha, “Assumpto Propondo-se continuar a fazer o serviço de introdução de imigrantes japonezes ” 25/06/1915, AESP.

²⁰⁰ Pasta da Secretaria da Agricultura, n1279, caixa 291, ordem 7508. Interessado: Toyo Imin Goshi Kaisha, “Assumpto Propondo-se continuar a fazer o serviço de introdução de imigrantes japonezes ” 25/06/1915, AESP.

câmara de comercio de Tóquio havia acompanhado Juichi Soyeda, também ligado a câmara do comercio e ex-vice-ministro do tesouro japonês, para contestarem a lei promulgada no estado da Califórnia, em 1913, que negava propriedade de terra a estrangeiros não aptos para naturalização. As pressões das companhias e fazendeiros fariam efeito e o retorno da imigração não demoraria.²⁰¹

Enquanto que para o Japão a imigração para o Brasil se tornava cada vez mais interessante, os paulistas passavam a ter motivações locais para o recomeço, particularmente o abastecimento do mercado de trabalho.

A afluência de trabalhadores europeus mostrou desaceleração em 1914 e um número de saídas superiores as entradas no ano seguinte. Em 1915, pela primeira vez desde 1907, o número de saídas superava o numero de entradas no estado²⁰². O relatório da secretaria de agricultura para o ano de 1915 e 1916 apontava um déficit de mais de 10.000 imigrantes. Este déficit não foi maior graças à grande entrada de imigrantes vindos da região norte do país. De acordo com a concepção do governo de São Paulo, todos aqueles que chegassem como passageiros de 3º classe ou trem e que fossem trabalhadores eram considerados imigrantes, mesmo que fossem brasileiros natos. É sugestivo que mesmo o

²⁰¹ Pasta da Secretaria da Agricultura, “Imigração Japoneza”, n833, Interessado: Ministério das Relações exteriores, “Communicando ao Snr.Dr. Presidente do Estado, que a legação em TOKIO informou aquelle Ministério, ter partido, via Sibéria, com destino a este Estado, o Snr. TADAO KAMIYA incumbido por três companhias do JAPÃO de tratar do desenvolvimento da imigração japoneza, 25 de Julho de 1916, AESP. Ver também: "Dr. Soyeda Sure That in the End Californian Situation Will Be Settled Amicably." *New York Times*, 26 junho, 1913; MASAOKA, Naoichi, *Japan to America*, G. P. Putnam's sons: New York and London, 1914, p.83.

²⁰²RSASP 1907, *Relatorio apresentado ao Dr Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente do estado, pelo Dr Paulo de Moraes Barros, secretario da agricultura, commercio e obras publicas, anno de 1914*, São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild, 1916 (Doravante RSASP 1914); *Relatorio apresentado ao Dr AltinoAarantes, presidente do estado, pelo Dr Candido Nazianzeno Nogueira da Motta, secretario da agricultura, commercio e obras publicas, anno de 1916*. Sao Paulo : Typ Augusto Siqueira, 1918(doravante RSASP 1916); “Quantos immigrants estrangeiros convêm anualmente a São Paulo” in *BDET*, ano IX, n 34 e 35, 1 e 2º trim de 1920

termo jurídico “imigrante” pouco discriminasse um nacional ou um estrangeiro, a condição essencial para imigrante era ser um trabalhador deslocado.

O risco de baixa quantidade de trabalhadores tomou tal gravidade de 1914 para os anos seguintes que o governo passou a tentar novas formas de suprir as lavouras do interior. Não obstante o constante esforço de se trazer imigrantes de todos os lugares do mundo para manter o mercado de mão-de-obra sob controle, mais uma vez cafeicultores colocariam de lado qualquer ideal liberal e adotariam medidas de controle ainda mais explícitas.

Em 1914, o Departamento Estadual do Trabalho ordenou a Agencia Official de Collocação que fizesse bom uso dos operários desempregados pela desaceleração da indústria, determinando que se promovesse a “desorganização dos sem-trabalho” que cada vez mais tornavam a capital “inundada de desocupados”. Como resultado, a Agencia de Collocação promoveu a transferência de vinte mil trabalhadores para o interior do estado, doze mil apenas entre agosto e outubro, os meses finais do ano agrícola da cafeicultura. É de se notar, contudo, que a ação visou manter um excedente de desempregados nas cidades, numero mais ou menos correspondente ao número de demissões das indústrias. Não é difícil imaginar que a manutenção de um contingente visasse à diminuição da capacidade de negociação entre patrões e operários. O processo de realocação para o interior deu preferência a realocação de pessoas com experiência previa de trabalho no campo.²⁰³

Em 1916, as entradas também não resultaram em um grande saldo, e já nesse ano os fazendeiros voltaram a se manifestar e demandar mais trabalhadores para “reduzir o custo de produção do café”, expressão que tentava tornar civilizada a tentativa de redução de salários e inviabilização da negociação de melhores condições para os trabalhadores rurais.

²⁰³ RSASP 1914, pp 151-153

Ainda em 1916, a Secretaria de Agricultura continuava e providenciar medidas pouco convencionais para sanar os problemas resultantes da diminuição do mercado de trabalho. Outro exemplo ocorreu quando o Departamento do Trabalho de São Paulo contactou as instituições equivalentes na Argentina e Uruguai para propor “permuta de braços”, expressão um tanto chocante para aqueles que não estão acostumados a pensarem pessoas como meros números ou objetos. A proposta expressa no relatório da Secretaria de Agricultura consistia na troca de operários agrícolas de acordo com o interesse das lavouras. Um secretário preocupado com o prejuízo dos estabelecimentos agrícolas explicava que não haveria prejuízo para as partes envolvidas, uma vez que as colheitas e maiores afazeres agrícolas de cada local ocorriam em períodos distintos. Ainda se investigando o relatório do Sr. Candido N. Nogueira da Motta é possível encontrar outra medida a respeito da situação do trabalho: o ressurgimento do interesse no trabalhador nacional. Tal medida já havia sido sugerida em 1904 e desde o começo do século XX até 1916 já contava com alguns milhares de entradas, entretanto, enquanto política de estado, tal diretriz se encontrava esquecida desde seu surgimento. Particularmente, o interesse era na imigração de nordestinos que viessem para São Paulo realizar a colheita de café. O secretário defendia que tal migração deveria ser de ida e volta e, ao contrário do que propunha o estudo do Departamento Estadual do trabalho em qual havia baseado seu texto, não mencionava a possibilidade de nordestinos se fixando em São Paulo.²⁰⁴

A Primeira Guerra Mundial, trabalhadores rurais deixando a grande lavoura para cultivar gêneros alimentícios com preços em alta e a renovação da expansão cafeeira constituíram o cenário para a retomada da imigração japonesa. Ainda que tivessem ocorrido

²⁰⁴RSASP 1916; “Emigração do nordeste” e “Emigração inter-regional para colheitas” *BDET*, ano VI, n23, 2 trim 1917.

algumas decepções com a chegada das primeiras levas de japoneses, estes haviam atingido as expectativas mínimas do que era esperado de um trabalhador imigrante. Enquanto ocorreram, as entradas de japoneses auxiliaram a manter a saturação do mercado de trabalho e suas conseqüentes ações: reduzir salários e facilitar a substituição de trabalhadores descontentes. O aumento do comércio de café com o Japão também desestimulava atritos diplomáticos e as companhias de emigração por sua vez prometiam melhores condições e melhores imigrantes. Dessa forma, em 1916, foi autorizada para o ano seguinte a vinda de levas de japoneses que deveriam totalizar 5.000 japoneses. Uma matéria do Boletim do Departamento Estadual do Trabalho sugeria que os japoneses eram a única nacionalidade capaz de oferecer trabalhadores de forma substancial, como “uma super-imigração”.²⁰⁵

A autorização não significava um consenso, mesmo que houvessem fazendeiros fazendo solicitações de japoneses para a secretaria de agricultura, o secretário da Agricultura Candido N. Nogueira da Motta expressava seu descontentamento no relatório anual. Ele afirmava que não era adequado permitir a entrada de um numero maior, pois apesar dos japoneses “como colonos nada deixa[re]m a desejar, pois que são sóbrios, honestos e trabalhadores [...] não considero o japonês como conveniente aos nossos interesses nacionalistas” e terminava sua consideração explicando que eram necessários elementos que assimiláveis.²⁰⁶ Pelo que se pode ver, o secretário da agricultura possuía considerações raciais que influíam em sua opinião sobre os trabalhadores que deveriam ser trazidos. Motta não era diferente de uma parte dos fazendeiros que tinham ressalvas quanto

²⁰⁵ “Emigração inter-regional para as colheitas” BDET, ano VI, n23, segundo trimestre de 1917, p 281

²⁰⁶Relatório 1915-1916, p.XXI Fazendeiros fazendo pedidos de mais trabalhadores são relatos em NOGEIRA, op cit, p. 165 e *BDET* Ano IV, n 16, 3º trim de 1915.

os japoneses, mas mesmo assim não estavam dispostos a repelir essa força de trabalho e nem entrar em atritos com outros cafeicultores e entusiastas desses imigrantes. Certamente o grande déficit de imigrantes ocorrido pelas saídas de trabalhadores do país e do estado em 1915 desestimulavam a exigência quanto aos trabalhadores disponíveis.

Por volta de 1916 os entusiastas da imigração asiática começaram a publicar artigos e enviar cartas para redações expressando o interesse por esses imigrantes e ligando-os aos objetivos da cafeicultura. Faziam assim frente àqueles que começavam a questionar a validade da imigração japonesa para a cafeicultura. Surgiram matérias na imprensa apontando as dificuldades da introdução de imigrantes e a previsão de dificuldades enfrentadas pelos mercados de trabalho na Europa pós-guerra. Usando esses mesmos argumentos surgiam matérias defendendo não apenas a imigração japonesa, mas também o início da entrada de chineses para restaurar a quantidade de imigrantes e reduzir salários.²⁰⁷

Surgiram também matérias elogiando qualidades do Japão e de seus nacionais. O *Estado de S. Paulo* dedicou algum espaço publicando uma carta do ex-secretário da agricultura Paulo Moraes Barros que se encontrava no Japão supostamente para tratar de negócios e empreendimentos pessoais, mas que não deixou de conversar com a comissão de negociantes e com o primeiro ministro Ōkuma Shigenobu sobre a necessidade de emigração de japoneses dado a densidade populacional do país bem como a qualidade do trabalhador japonês, “forte, resistente e de boa índole”. Depois de visitar vários lugares do arquipélago, Barros reportava o extremo asseio, ausência de criminalidade, vida simples e, novamente, a enorme abundância e operosidade dos trabalhadores japoneses.

²⁰⁷ “O Trabalho Agrícola” Carta enviada ao *O Estado de S. Paulo* e publicado 26/11/1916; também publicado no *O Fazendeiro*, Ano IX, n XI, novembro de 1916. “O Trabalho Agrícola” Carta enviada ao *O Estado de S. Paulo* e publicado 27/11/1916

Evidentemente, Barros apontava que havia defeitos, segundo ele, os japoneses por vezes trabalhavam em trajes sumários, como tangas ou kimonos leves, e eram polidos e amáveis em demasia.

Nos últimos dois anos da guerra os investimentos na imigração deram resultados e o governo conseguiu que as entradas superassem as saídas. Mesmo como a imigração espontânea mostrando-se bastante reduzida nesses anos e a obtenção de navios para vinda de imigrantes uma questão problemática, o governo conseguiu manter um saldo favorável em 1917. Neste ano, foi introduzido por mar e terra quase vinte e sete mil imigrantes e descontadas as saídas resultaram em um saldo de mais de dezessete mil imigrantes. Os 3.910 japoneses ficaram bem atrás dos quase dez mil espanhóis e apenas algumas centenas atrás dos italianos. Portugueses e brasileiros de outras regiões apareciam em estatísticas como de costume, mas em quantidades bem menores. Já na retomada da imigração nipônica, os naturais do país do sol nascente consistiam como a terceira nacionalidade de maior entrada. Na continuidade do programa de obtenção de trabalhadores para os cafezais e para a produção de cereais, o governo optava por pagar maiores investimentos. Também decidiu aumentar de 5.000 para 9.000 o número de japoneses a serem introduzidos, bem como aumentar o valor do subsídio concedido.

Em 1918 a Sociedade Promotora da Defesa do Café (instituição que contava com apoio do governo paulista²⁰⁸) decidiu que era hora de fazer pressão em nível nacional e fazer frente ao descontentes com a introdução de asiáticos, fossem os ligados a agricultura ou não. Para tal tarefa, o presidente da sociedade, o ilustre Antonio Prado, escreveu ao

²⁰⁸ Ver por exemplo Lei. 1.553, de 4 de outubro de 1917, que criava o imposto para café produzido no estado que fosse transportado em estrada de ferro e que disponibilizava a verba exclusivamente para que a instituição realizasse a propaganda e defesa do café do Brasil, no exterior.

presidente nacional que não desse ouvidos àqueles que se manifestavam contra a imigração asiática. Sendo Prado um grande proprietário e cafeicultor, industrial, ex-político do império, um dos articuladores do início da imigração em massa e utilizando japoneses nas fazendas da família, dificilmente a sociedade promotora poderia ter escolhido figura de maior peso como porta voz e signatário da carta.²⁰⁹

A retórica da epístola analisava a falta de trabalho e impactos da guerra que afetavam a força de trabalho e previa tempos ainda mais difíceis para o países como França, Inglaterra e Estado Unidos. Prado se mostrava temeroso de que não apenas a grande lavoura de São Paulo, mas toda a lavoura brasileira se encontrava ameaçada por uma crise de trabalho, situação análoga a que havia ocorrido nos anos finais da escravidão e pós-abolição. De forma bastante franca, a carta declarava que “falta o braço, e o braço barato” e que não existia a possibilidade “de se atrair uma imigração que preencha o duplo objetivo do suprimento de braços e do concurso de um elemento étnico conveniente a formação de nossa raça”. Não sem um tom de ameaça a economia que de forma conveniente transformava o interesse de grandes proprietários em interesse nacional, Prado alertava que atender ao que chamava de “argumentos de sentimentalismo nesta questão de trabalhadores” seria inviabilizar o aumento da produção exportável ou “melhorar a exploração do que temos”. O trecho parecia direcionado a opositoristas fora dos círculos dos grandes proprietários e parecia empenhado em convencer outros fazendeiros a perceberem o erro de se opor a entrada de nipônicos. Também não deixava de se dirigir a membros da classe média, como o médico Arthur Neiva, que por idos de 1918 já começava

²⁰⁹ “A falta de braços”, *O Estado de S. Paulo*, 23/01/1918.

a expressar fortes críticas contra a falta de critério científico na escolha de imigrantes, que fazia com que raças não adequadas como os japoneses ou hindus fossem introduzidas.²¹⁰

Para sustentar o argumento da carta, eram enumerados locais que obtiveram sucessos ao utilizar o uso de uma força de trabalho asiática quando havia crise de trabalhadores. Citava vários países, entre eles França e Inglaterra que faziam uso dessa mão-de-obra, em particular a chinesa, por motivo da guerra. Evidentemente, o modelo de sucesso, o país mais beneficiado pela da imigração asiática, eram os Estados Unidos, em especial a região da costa oeste. As vantagens eram tantas que geravam uma verdadeira guerra por parte de outros trabalhadores. Desse modo explicava-se que o combate contra o asiático ocorrida nos Estados Unidos:

teve por origem a rivalidade do colono irlandês, que, menos sóbrio e menos trabalhador, via com terror a ameaça desse competidor e foi continuada pelos partidos operários, que na sua na sua concorrência viam uma ameaça de redução de salários. Uma questão de salário transformou-se, assim, em questão étnica, a princípio, e mais tarde em questão política.²¹¹

Segundo a opinião contida na carta, a concorrência era uma providência que não poderia ser dispensada no Brasil, pois afirmava que “seria imperdoável da nossa parte recusarmos a colaboração de um trabalhador quieto e barato, quando estamos a marcar passo no nosso progresso e a ver em volta de nós crescer a onda das dificuldades da questão operaria”.²¹² Em um cenário, de pós-greve geral de 1917, medo do bolchevismo e baixo número de entradas de imigrantes, não era difícil imaginar porque defendiam os japoneses.

²¹⁰ LESSER, op cit, 2001 p.168-169

²¹¹ “A falta de braços”, O Estado de S. Paulo, 23/01/1918

²¹² idem

Em 1918 os japoneses se tornaram a principal nacionalidade de entrada com expressivas 5.601 pessoas, seguida de portugueses, espanhóis e brasileiros. Embora seja um acontecimento de destaque para a imigração japonesa, a média geral de entradas naquele ano representava uma soma pequena; os 12.060 imigrantes entrados em 1918 estavam muito aquém dos cerca de 100.000 imigrantes introduzidos em anos antes da Guerra, como aconteceu nos anos de 1912 e 1913.

A situação não era animadora para os fazendeiros. Seria apenas depois da década de 1920 que as entradas em grandes quantidades começariam a se restabelecer. Entretanto, as baixas entradas favoreciam os colonos a defenderem seus interesses. O número de greves atendidas pelo Patronato Agrícola oferecem alguma luz sobre a situação: as 20 greves atendidas pelo patronato Agrícola em 1918, reduziram-se para 17 em 1920, para 8 em 1921 e 6 em 1922. Embora 1923 também tenha apresentado uma grande incidência de greves atendidas (23 casos), a situação sugere que os colonos aproveitaram anos de baixas entradas, antes da retomada da imigração em massa para lutarem por seus interesses. A consciência de trabalhadores sobre a situação da política nacional e o uso dessas situações em greves anteriores parecem indicar o mesmo.²¹³ De fato, o próprio relatório de 1923 atentava para o contexto que:

Não foram maus tratos nem atrasos de pagamentos que as motivaram, em sua maioria. Com alta do café, deu-se o seguinte: os colonos presos por contratos antigos não se podiam conformar com o grande lucro que os seus patrões auferiam e, por isso, sem direito algum, declaravam em greve.²¹⁴

²¹³ HALL, Michael “Strikes by coffee plantation workers in the Brazilian first republic, 1889-1930”, primeiro colóquio internacional “greves e conflitos sociais no século XX”, universidade nova de Lisboa, 17-19 de março de 2011

²¹⁴ *Relatório apresentado ao Dr. Washington Luis, presidente do estado, pelo Dr. Heitor Teixeira Penteadó, secretário da agricultura, comércio e obras públicas, ano de 1923.* São Paulo : S.N., s.d., p. 156

Mas nem tudo eram problemas para os fazendeiros. Os anos após a guerra viram um renovado fluxo imigratório tanto por parte de estrangeiros como por brasileiros e era, sobretudo, um fluxo de imigrantes espontâneos. As razões das diásporas eram, como de costume, a miséria, fosse na Europa pós-guerra ou no nordeste do país. Em um trecho particularmente perturbador do relatório da secretaria de agricultura de 1919, o secretário informava que a grande seca no Ceará seria uma boa oportunidade de se obter imigrantes, mas que talvez fosse necessário o envio de médicos dado a situação em que se encontrariam os potenciais trabalhadores.²¹⁵

Apesar de que a maior parte dos imigrantes espontâneos evitasse a lavoura²¹⁶, o grande fluxo garantia alguma segurança para o saldo positivo de entradas. De fato, a grande quantidade de imigrantes espontâneos pareceu surpreender mesmo aos membros do governo que passa a publicar nos seus relatórios vários dados passados e atualizados sobre esse tipo de desembarque. Observando-se as tabelas é possível notar que entradas de imigrantes subsidiados foram reduzidas²¹⁷, entretanto, os anos após a guerra as entradas de japoneses caíram drasticamente. A entrada de milhares de nipônicos se reduziu a algumas centenas. Em tal clima foi suspensa a subvenção à imigração japonesa em 1922, mas não foi determinado a sua proibição.

Em resposta bastante franca ao cônsul geral, o secretário da agricultura explicava que:

²¹⁵ *Relatório apresentado ao Dr Altino Arantes, presidente do estado, pelo Dr Candido Nazianzeno Nogueira da Motta, secretario da agricultura, commercio e obras publicas, anno de 1919.* Sao Paulo :S.N., s.d.

²¹⁶ *Relatório apresentado ao Dr Washington Luis, presidente do estado, pelo Dr Heitor Teixeira Penteadó, secretario da agricultura, commercio e obras publicas, anno de 1920.* Sao Paulo : S.N., s.d. p.37

²¹⁷ *Relatório apresentado ao Dr Washington Luis, presidente do estado, pelo Dr Heitor Teixeira Penteadó, secretario da agricultura, commercio e obras publicas, anno de 1923.* Sao Paulo : S.N., s.d..p.96

Os fatos mostram que os colonos japoneses vêm munidos de recursos financeiros e tornam-se independentes passados apenas um ano ou tempo aproximado de permanência nas fazendas de café(...). Em contraste, os colonos portugueses, espanhóis e outros europeus permanecem longo tempo nas fazendas, e portanto, o mesmo subsídio de 17 libras esterlinas era muito mais compensador²¹⁸

Entretanto a decisão também foi influenciada pelas críticas contra uma imigração asiática, em especial por conta de teorias eugênicas que se tornaram mais conhecidas no final da década de 1910. A popularidade da eugenia em São Paulo, e em boa medida no Brasil, pode ser circunscrita no espaço de tempo entre 1917 e 1920. Relativamente recente na Europa, a teoria eugênica ganhou destaque em São Paulo por volta de 1917 quando o médico Renato Kehl realizou uma conferência sobre a “nova ciência” de Francis Galton, o teórico inglês do melhoramento racial humano através dos cruzamentos. A palestra conseguiu alguma repercussão e acabou impulsionando a formação da Sociedade Eugênica de São Paulo em 15 de janeiro de 1918 e, no ano seguinte, o início de seu periódico *Annaes de Eugenia*. A sociedade paulista foi a primeira na América Latina e havia sido criada apenas dez anos depois de sua equivalente inglesa. Apesar de possuir aspirações ambiciosas que entre várias outras coisas previam a regulamentação da imigração, com a morte de seu diretor, Arnaldo Vieira de Carvalho, e a mudança de Renato Kehl para o Rio de Janeiro, a sociedade caiu em latência por volta de 1920. Embora a eugênica nomeada enquanto tal fosse recente, questões biológicas (inferioridade racial, falta de higiene, incapacidade física ou mesmo moral) postas contra a imigração não eram novidade e voltariam à baila novamente outras vezes.²¹⁹

²¹⁸ *Niponjin Hattenshi*, Tomo I, p 319 apud SAITO, Hiroshi. *Op cit*, 1961,p. 33

²¹⁹ DIWAN, Pietra: *Raça Pura*. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007 pp 96-101

Apesar da suspensão de subsídios e das críticas de eugenistas, o governo continuava favorável a tal imigração. Em 1923, frente a polêmicas levantadas pelo deputado por Minas Gerais Reis Fidelis (favorável a restrição da imigração asiática e opositor a negra), o Senado de São Paulo se mostrou fracamente descontente, e chegou a aprovar e enviar ao congresso nacional uma manifestação expressando contrariedade de qualquer medida de restrição a imigração.²²⁰

Mesmo com problemas de evasão de fazendas e quebras de contratos, a imigração japonesa apresentava vantagem aos olhos do governo paulista e mostrava-se como uma corrente migratória potencialmente volumosa, uma vez que tinha apoio do governo e setores privados japoneses. Os trabalhadores nipônicos, apesar de problemas com relação a evasões e cumprimento dos contratos de locação de serviços, apresentavam baixos índices de retorno para seu país ou mesmo para outros países. Segundo o Boletim do Departamento estadual do trabalho, dos 24.952 japoneses chegados entre 1908 e 1918 se registram apenas 1.763 saídas do estado, dos quais cerca de 1.348 se dirigiram para as repúblicas do Prata e o restante se repatriava ou trocava São Paulo por outro estado.²²¹

Boa parte dos fazendeiros desejava imigrantes japoneses e vários deles passaram a requisitar estes trabalhadores. Fazendeiros que buscavam nacionalidades alternativas, em alguns casos por conta de incidentes diplomáticos, passaram a negociar diretamente com a companhia de emigração e a solicitar a aprovação previa de contratos, bem como a restituição de passagens após o desembarque. Na pratica começava a se formar a vinda de imigrantes japoneses sob contrato.

²²⁰ *Folha da Noite*, 26/10/1923

²²¹ BDET ano VIII n30 1º trim de 1919 pp 5-6

A restituição das passagens era solicitada ao governo através de um dispositivo legal presente na legislação sobre imigração de 1913.²²² Em 1923 dois precedentes foram abertos a Dr. Anésio A. do Amaral e a companhia Pastoral d'oeste de São Paulo, quando o secretário de agricultura permitiu a vinda de respectivamente de 30 e 150 famílias de japoneses. Em 1924 pelo menos outros quatro fazendeiros lançaram mão da oportunidade e também solicitaram famílias à secretaria, alguns deles requisitando a aprovação de mais de um contrato. Prevendo o aumento dos pedidos e descontrolado oficial desta imigração uma vez que seria embaraçoso aprovar a alguns e indeferir a outros pedidos ou mesmo permissão de numero menor que o solicitado, o diretor do Departamento Estadual do Trabalho sugeria ao diretor geral da Secretaria de Agricultura a continuidade da subvenção de imigrantes japoneses.

Á vista desses precedentes, parece-me de justiça o deferimento dos requerimentos, mesmo do requerimento do Sr. Barboza Ferraz Junior. Esse fazendeiro é proprietário da maior organização da zona, que é limítrofe do Paraná mas é também grande tributaria da estrada de Ferro Sorocabana. Depois dos incidentes consulares de Jacarezinho, com a imigração italiana de que ele dispunha, parece haver conveniência em se lhe proporcionar facilidade para a colonização japonesa.

Havendo muitos fazendeiros interessados pela imigração japonesa e não sendo essas concessões parciais bem recebidas por muitos que se julgam preteridos no recebimento de colonos japoneses, - parece-me que seria de bom alvitre continuar o Governo a autorizar, anualmente a introdução de dois a três mil imigrantes dessa nacionalidade, por intermédio da Kaigai Kogio Kaisha, aos preços e condições dos europeus, satisfazendo assim, a todos os fazendeiros que desejam tais colonos, que dão bons resultados nas fazendas.²²³

Em mensagem de resposta datada de 26/5/1924, o diretor geral, Eugenio Lefevre, concordava que a imigração japonesa começava a voltar a ser subsidiada informalmente em

²²² Artigo 80 do Decreto paulista 2.400 de 1913.

²²³ Pasta da Secretaria da Agricultura, n 324, caixa 365, ordem 7582 procedencia:capital; repartição: Departamento Estadual do trabalho; interessados: Antº Barboza Ferraz Jr., Carlos a do Amaral e Ralpho Pacheco e Silva; Assumpto: autorização pª promover a vinda de famílias de immigrants japonezes, 12 de janeiro de 1924, AESP.

contradição às determinações do governo e que, em tal contexto, seria de melhor proveito o retorno dos subsidio oficial e controlado, entretanto, afirmava que a interrupção da imigração havia ocorrido por

receio de avolumar demais no Estado o estabelecimento de imigrantes, que, sob os pontos de vista da formação da raça nacional, social e político não nos podem convir. Além disso, teve o Governo de atender á manifestação da opinião pública, traduzida na imprensa desta Capital e Rio.²²⁴

O diretor geral considerava que o momento não era oportuno à retomada dos subsídios, mesmo com aumento de pedidos de aprovação de vinda de japoneses sob contrato – pedidos que, apenas até o meio do ano, já solicitavam um número total que passava de mil indivíduos. A sugestão de Eugenio Lefevre era de que o diretor do departamento dissuadissem os fazendeiros oferecendo outras nacionalidades com chegadas já prevista e oficiais.

A medida não pareceu bem recebida como mostra o telegrama de um dos solicitantes ao recusar a oferta de imigrantes alemães. Não há indícios de que deram grandes resultados para outros fazendeiros, uma vez que todos os pedidos por japoneses foram aprovados, alguns com reduções de cota. Aos membros da administração restava apenas manter o assunto sob discrição, as mensagens aprovando as solicitações reiteravam tal estratégia ao trazer a nota “sem publicidade” no alto de seus cabeçalhos. Entretanto, o governo não continuaria acuado por muito tempo, o governo japonês, outro grande interessado na imigração japonesa, tomaria medidas que resolveriam o problema do governo de São Paulo.

²²⁴ idem

Apesar do fim do subsídio declarado em 1922, em 1923 entraram 893, 2.706 em 1924 e no ano de 1925 6.356 japoneses. Entretanto, tais números não se devem apenas a subsídios indiretos do governo paulistas, pois especialmente a partir de 1925 o governo japonês passa a pagar as passagens para seus nacionais. O processo começa em 1923 quando o governo nipônico decide pagar as passagens de pessoas morando em áreas afetadas pelo grande terremoto de Kanto, mas foi apenas no final de 1925 que o governo japonês decide pagar de forma maciça pelos custos de viagens. De 1925 até 1930 a imigração japonesa aumentaria consideravelmente e o Japão passaria a ser uma importante localidade de origem da imigração paulista, ao lado de Portugal, Itália e outras regiões do Brasil que também enviavam trabalhadores.²²⁵

Como se procurou evidenciar, a questão do imigrante japonês no Brasil - mais especificamente em São Paulo - era mais complexa que a hierarquia racial proposta por autores estrangeiros como conde de Gobineau, Francis Galton. Autores como Lilia Schwarcz defendem que *raça*, além de conceito biológico, deve ser entendida como termo que recebe uma interpretação social e histórica, podendo ser renegociada de acordo com contexto e momentos específicos²²⁶. A “raça amarela” não era diferente e recebeu atribuições e importâncias variadas, bem como foi motivo de disputas e reinterpretações. Autores já expressaram como os japoneses passaram por reinterpretações durante o século

²²⁵ HANDA, T. *op cit*, 2002 p50

²²⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 p. 17

XIX e início do XX²²⁷, diversificando-se ligeiramente da raça amarela, particularmente dos chineses, mas não ao ponto de deixarem de serem amarelos.

Enquanto tiveram autonomia sobre a imigração, o governo de São Paulo e parte dos fazendeiros nunca manifestaram o desejo de exclusão de asiáticos, de fato, em muitas ocasiões recorreram a esses imigrantes como solução ou auxílio para questões de trabalho, greves, insubordinação e redução do mercado de trabalho. Esperanças, às vezes alimentadas por idealizações, informações incompletas e que nem sempre deram os resultados esperados. Mesmo aqueles fazendeiros que viam no japonês um colono inconveniente preferiram o silêncio ou uma discreta advertência, sugerindo que o assunto merecia ser pensado com cautela.

Na argumentação favorável aos japoneses houve episódios em que se assumia abertamente o japonês como imigrante diferente e elemento estranho, mas não inferior. Outros chegaram a defender a superioridade do japonês com base em suas supostas qualidades destes trabalhadores. Enquanto para entusiastas da eugenia a função principal da imigração deveria ser aprimorar a população, para o governo e boa parte dos fazendeiros a imigração deveria ser, antes de tudo, um aprimoramento do trabalho.

Atender ambas as expectativas não era impossível, pois não eram demandas necessariamente exclusivas, mas certamente não facilitavam a função da imigração enquanto meio de abastecimento do mercado de trabalho capitalista. Em face de tal situação, fazendeiros e integrantes do governo preferiram não discutir e dar pouca importância a questões relativas à melhoria racial.

²²⁷ DEZEM, Rogério. *Matizes do "amarelo": a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Editora Humanitas, 2005; KOWNER, Rotem "Lighter than *Yellow*, but not *Enough*: Western. Discourse on the Japanese 'Race', 1854-1904" in *The Historical Journal*, Vol 43, N°1, 2000

Enquanto teorias raciais apresentavam diversas interpretações, alguns vertentes como o eugenismo eram recentes e podiam ser vistas como inconclusivas²²⁸, e as teorias de economia política pareciam bastante concretas quando reduziam salários ou minavam a capacidade de negociação de empregados. Isso explica, por exemplo, porque em 1926, um dos momentos de retorno da questão eugênica, além de argumentos de negação ou relativização da inferioridade racial, surgiram favoráveis da imigração japonesa com argumentos tão racistas quanto seus opositores eugenistas, afirmando “que não se trata, no Brasil, de um concurso de beleza, mas da captação de elementos econômicos, para multiplicar a expressão útil da população produtora.”²²⁹ Não é, portanto, surpresa que, para aqueles que pensavam sobre as relações de trabalho, as teorias de darwinismo social e a competição “benéfica” entre grupos ou mesmo indivíduos fossem mais populares que as eugênicas.

²²⁸ Ver por exemplo *Jornal do Commercio* de 02 de novembro de 1909

²²⁹ SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, *Imigração* - Inquérito promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura, Rio de Janeiro: Villani e Barbero, 1926. Pp24-25

Conclusão – A autonomia dos imigrantes

A maior parte da presente dissertação dedicou-se a analisar as práticas do governo japonês e principalmente do governo paulista que afetavam de forma direta os migrantes. Tal abordagem tem uma justificativa: por se tratar de uma movimentação transnacional, a ação de Estados tem uma influência considerável. Como alertam vários autores, não se trata simplesmente de sair de um lugar para outro, a travessia implica em cruzar divisões imaginárias criadas pelos estados-nacionais. Apesar de fronteiras serem linhas artificiais, mas isso não implica em que tenham menor impacto na vida das pessoas²³⁰.

Mesmo que os estados não tivessem total influência na vida das pessoas, em suas decisões pessoais, esperanças e expectativas, ou seja, na maneira como elas viveram suas vidas, em alguma medida os migrantes precisavam levar em consideração as políticas estatais. Subsídios, propaganda e programas de colonização certamente apresentavam influência, mas dificilmente conseguiam ser determinantes na opinião das pessoas. Pode-se dizer que os homens, neste caso os imigrantes, fazem sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias diariamente encontradas, legadas e transmitidas.²³¹

Como apontam alguns estudos da imigração japonesa, não se pode ignorar a força de governos e a sua capacidade de influenciar as pessoas comuns; entretanto, acreditar que estímulos para as saídas ou as entradas fossem os únicos determinantes para a ação das pessoas também não parece correto. Não é difícil encontrar estudos sobre as saídas do

²³⁰ HOERDER, Dirk *Cultures in Contact: World Migrations in the Second Millennium*, Durham: Duke U.P., 2002; HOBSBAWM, Eric *Nations and nationalism since 1780*, Cambridge ; New York : Cambridge University Press, 1990

²³¹ MARX, K. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*, Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. P19

Japão bastante competentes, mas que, no entanto, ignoram a autonomia mínima das pessoas. Certamente propagandas, subsídios em passagens e, sobretudo, situações desesperadoras (como miséria e exploração extrema) pesavam na escolhas dos migrantes, mas dificilmente suprimiam reflexões, esperanças e expectativas das vantagens e, por outro lado, o temor e a insegurança de se realizar o êxodo.

De maneira esclarecedora, um imigrante chefe de família que veio para o Brasil no começo da década de 1910 escreveu o seguinte em suas memórias sobre a travessia:

Na verdade [...], resolvi emigrar porque não vislumbra nenhuma esperança de melhorar de vida em Okinawa. [...] Fosse como fosse, o estrangeiro seria melhor do que Okinawa. Nem alimentava ao sonho de voltar a [vila de] Sashiki como homem bem sucedido e rico. Nutria uma vaga esperança de melhorar o padrão de vida, muito embora não tivesse qualquer plano concreto. No fundo, uma aventura arriscada.²³²

A consciência e a capacidade de avaliação de sua situação ao declarar a emigração como aventura arriscada é um forte contraste com a bibliografia que coloca o imigrante como um simples iludido por propagandas que prometiam encontrar fortuna ou um paraíso tropical²³³. As palavras são especialmente valiosas por se tratarem das de um imigrante que já havia se interessado em se dirigir ao Havaí anos antes de desembarcar em São Paulo, sendo um exemplo de como a escolha não se dava de maneira abrupta.

Para além da questão de emigrar ou não, havia ainda restrições bastantes práticas que fugiam da alçada de decisão pessoal. Os migrantes também não estavam livres de instituições e burocracias dos estados. A própria decisão de migrar era condicionada pelo andamento das relações diplomáticas do país de origem e burocracia subsequente, emissão de passaporte, permissão de saída, exames médicos e etc. Em seus destinos ele também

²³² YAMASHIRO, José, *Trajatória de duas vidas - Uma história da imigração e integração*, São Paulo: Cultura Editores Associados, 2001. P. 25

²³³ MAEYAMA, Takashi. "Ancestor, emperor and immigrant: religion and group identification of the Japanese in rural Brazil (1908-1950)" *Journal of Inter-American Studies*, vol 14, n2, 1972.

deveria se submeter às novas instituições, bem como às implicações de se viver sob a égide de um novo estado ou dirigir-se para outro país.

Os japoneses, ao atravessarem fronteiras nacionais, precisaram aprender a lidar com tais situações, além de necessitarem aprender a sobreviver de acordo com as normas (legais ou informais) de onde estavam. Em boa medida, isso significou desenvolver ou adaptar estratégias do cenário político e econômico do Japão do começo do século XX para o cenário político e econômico do Brasil do começo do século XX.

No plano simbólico das relações pessoais, os limites nacionais também eram usados na formação de identidades, como linhas que separam “eles” de “nós”, que marcavam limite de normas e valores.²³⁴ A idéia de pertencimento a um estado-nação oferecia significados sociais e culturais que são adotados e modificados pelas suas respectivas populações.²³⁵ As fronteiras tinham uma grande força sobre a vida das pessoas, mas evidentemente não eram linhas intransponíveis. Restava aos imigrantes aprender a lidar com esses fatores da melhor maneira possível.

Ao contrário de muitos estudos que enfatizam os estados na formação do imigrante japonês, parece desejável que não apenas a ação oficial seja explorada, mas também como as pessoas se comportaram frente a essas políticas oficiais.

Ao estudar a imigração japonesa, a constatação evidente é a de que os japoneses decidiram deixar seu estado-nacional. Embora uma constatação óbvia, o significado da atitude de pessoas deixando seu país de origem pode assumir implicações diferentes de acordo com a perspectiva. Apesar de que, conforme apresentado nos capítulos anteriores, a

²³⁴ GEISEN, Thomas, HICKEY, Anthony A., KARCHER, Allen “Introduction” in GEISEN, Thomas, HICKEY, Anthony A., KARCHER, Allen (eds.). *Migration, mobility, and borders* : issues of theory and policy, Frankfurt am Main : IKO - Verlag für interkulturelle Kommunikation, 2004.

²³⁵ HOBBSAWM, Eric *Nations and nationalism since 1780*, Cambridge ; New York : Cambridge University Press, 1990

emigração no Japão foi estruturada por uma política de governo em acordo com interesses privados; em boa medida tais políticas respondiam a instabilidade e revoltas no campo e nas cidades (particularmente do sudoeste do Japão²³⁶). Para muitas pessoas de classes baixas, a opção de deixar o arquipélago era também uma forma de não-sujeição às condições precárias que marcavam o cotidiano de muitos trabalhadores urbanos e rurais.

Ainda que a emigração seja vista como uma atitude de cima para baixo, quando investigada a partir dos âmbitos pessoais – e levando-se em conta que a política emigratória procurava aliviar tensões sociais –, esta saída poderia significar uma recusa das classes baixas a se sujeitarem a poderes locais e buscarem no exterior uma alternativa de vida melhor. Dessa forma, parece possível ver a migração de uma maneira particular, de baixo para cima.

O próprio processo de mobilidade espacial talvez possa ser entendido como a ação daqueles que se encontravam descontentes no Japão, ou seja, uma ação traduzida como estratégia de resistência a uma situação percebida como desvantajosa. Mais do que seguir uma política, para os emigrantes de classes baixas, a emigração era a busca de interesses próprios. Uma ação com certo desespero, mas também esperanças de melhoria de vida. Com certa ironia, o objetivo primário de não se sujeitar a situações de exploração e buscar melhores ganhos fez com que, depois de um longo período, muitos dos imigrantes ascendessem socialmente, acabando por ingressassem em classes médias mesmo quando isto não era o objetivo inicial.

A movimentação de japoneses das classes baixas não ocorria somente em direção ao exterior, como foi visto, e a criação de assentamentos e movimentação dentro do

²³⁶ ENDOH, T. *Exporting Japan: politics of emigration toward Latin America Urbana* : University of Illinois Press, 2009

arquipélago foi importante para a formação da emigração. Entretanto, tão importante quanto as políticas de expatriação foi o estímulo dado aos assentamentos, à colonização do norte do país e, sobretudo, às movimentações independentes, sem qualquer influência do governo, que seguiam em paralelo. A busca por seus interesses em outras localidades provavelmente criaram um costume de mobilidade dos japoneses.

Após o início da era Meiji, em particular, a liberdade de movimentação e o deslocamento de camponeses pobres ganhavam uma importância como estratégia de enfrentar adversidades da sociedade rural. Para os camponeses, a mobilidade tornou-se um fator importante após surgimento da propriedade privada, subsequente concentração de terras e o sistema de herança do primogênito. Segundo Philip Staniford, filhos mais novos sem direito à herança ou mesmo de agricultores pobres formavam parte substancial dos japoneses que se dirigiam para o exterior.²³⁷

É bem conhecido, não apenas por autores da imigração japonesa, que o código civil da era Meiji privilegiava a herança por primogenitura, estimulando a mobilidade dos demais filhos que não herdavam terras. Dentre as opções para filhos mais novos estavam o êxodo para outras regiões e, com frequência, para cidades ou para fora do país. Laços não eram rompidos e em momentos de crise de trabalho nas cidades não raro as pessoas voltavam temporariamente para as vilas de nascença, entretanto, a maioria permanecia nas cidades com salários reduzidos, sobrevivendo da melhor maneira possível, ou reemigrava para outras localidades.²³⁸

A opção de mobilidade não era exclusividade de habitantes da zona rural e filhos mais novos. Na indústria têxtil e nos demais serviços em que era comum o uso de

²³⁷ STANIFORD, P. "Nihon ni itemo sho ga nai". In: SAITO, H.; MAEYAMA, T. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1973

²³⁸ JANSEN, Marius B. *The Making of Modern Japan* Cambridge: Harvard university press 2000. p. 556-7

trabalhadores sob contrato temporário situação que desestimulava a organização de uma oposição formal. As trabalhadoras desses ramos, normalmente mulheres e garotas arregimentadas em zonas rurais, precisavam enfrentar péssimas condições, baixa remuneração, jornadas extremamente longas, pouca ou nenhuma condição de socialização e organização coletiva. Neste contexto, a resistência indireta era uma opção comum. O resultado era que, em boa parte dos casos, o descontentamento se expressava mais através de fugas que em afronta direta. Alguns autores chegam a defender que esta mobilidade foi um dos vários fatores para a criação de leis de proteção ao trabalho, que surgiram, entre outras coisas, como forma de se estabilizar a mão-de-obra nas cidades.²³⁹

Tal tipo de estratégia não chega a ser sem precedentes. Os estudos do antropólogo James C. Scott que abordam a resistência de grupos sem poder político contribuem para a compreensão da oposição à dominação e questionam a idéia de hegemonia de classes. Segundo Scott, grupos como camponeses com frequência fazem uso de ações cotidianas que podem ser entendidas como discretas e feitas em proveito próprio, mas que carregam desafio ao poder de classes dominantes. Scott argumenta que atitudes sem uma agenda política clara, tais como simulação de ignorância, furtos dos celeiros dos patrões, difamação de ricos que não se solidarizam com os pobres, boicotes a serviços de pouca remuneração, sabotagem de máquinas e deserção são passíveis de ser compreendidas como atitudes de resistência. Estes atos originados em interesses próprios ou de pequenos grupos e que visam melhorias imediatas acabam sendo uma reação à concentração de poder. Tal resistência se expressa através da cultura dos subordinados, característica que promove uma organização tácita e contínua que, em última instância, acaba minando a hegemonia de classes dominantes.

²³⁹ Idem , p557

A resistência do cotidiano constitui-se de atos que evitam desafiar abertamente classes dominantes ou mesmo chamar qualquer atenção. Dessa forma, costumam passar despercebidas por classes dominantes ou eventualmente são descobertas quando já é tarde demais, quando salários já estão elevados, quando um rico já possui fama de avaro, quando os trabalhadores ou soldados não se apresentam para os serviços. Mesmo quando descoberto os efeitos, por sua característica difusa e discreta, represálias individuais ou punições exemplares tonam-se difíceis. Na verdade, em boa medida classes dominantes se preocuparão mais com o problema posto do que com a procura por culpados. Tais estratégias de resistência tácitas são alternativas viáveis em contexto em que subalternos percebem que a oposição política direta e declarada pode ser perigosa, se não suicida.²⁴⁰

As fugas das fazendas de café ou debandadas ao final do contrato por parte dos japoneses parece ter assumido muito das características de resistência do cotidiano, uma atitude que demonstra uma boa autoconsciência da situação em que se encontravam. Autores como Stewart Lone já manifestaram desacordo com estudos que argumentam sobre uma suposta alienação dos japoneses frente às diferenças culturais entre Brasil e Japão, uma vez que os nipônicos obtiveram um relativo sucesso em ascensão econômica e social no Brasil.²⁴¹ Certamente havia distância cultural considerável, entretanto, a familiaridade de japoneses com algumas instituições ocidentais e sua capacidade de compreensão da própria situação não podem ser minimizadas.

Parece ser fundamental observar como, apesar de diferenças entre Japão e São Paulo, os japoneses apresentaram atitudes de resistência nas fazendas de São Paulo que se

²⁴⁰SCOTT James C, *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven ; London: Yale University Press, 1985. MONSMA, Karl, “James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica,” *BIB—Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 49, 1.º semestre de 2000.

²⁴¹ LONE, Stewart *The Japanese Community in Brazil, 1908-1940: Between Samurai and Carnival*, New York : Palgrave, 2001

assemelham a ações de resistência usadas no Japão. Os nipônicos pareciam não apenas bastante conscientes na articulação de ações que podem ser encaradas como resistência, ou seja, buscar os próprios interesses mesmo que isso entre em conflito com os interesses de fazendeiros e administradores de fazendas, como pareciam também ter a capacidade de fazê-lo utilizando-se de uma estratégia comum em sua terra natal.

Embora seja inegável que a sociedade japonesa apresentasse fortes marcas de seu período de isolamento, o desenvolvimento de um capitalismo japonês e sistema de governo nos moldes ocidentais ofereciam algum contexto para que sua situação no Brasil possuísse aspectos compreensíveis. Não parece ser inapropriado julgar que noções sobre trabalho assalariado, propriedade, sistema de exploração e instituições de coerção, tais como forças armadas e polícia, inspiravam significados que os nipônicos conseguiam compreender. Dessa forma, por ocasião de uma manifestação por melhores condições em uma fazenda, os japoneses poderiam não compreender com clareza regras de deferência da cultura local, pontos sensíveis que talvez fizessem um fazendeiro ou administrador se irritar por se sentirem desrespeitados, mas a visão de homens fardados com armas em punho não oferecia muitos mistérios e, provavelmente, era interpretado como um mau sinal. De fato, alguns dos colonos vindos na primeira leva e que encabeçaram as revoltas de 1908 eram policiais ou militares. De forma análoga, a visão de capangas da fazenda armados e portando chicotes transmitia uma clara intimidação, aliás, como ficou registrado em memórias ou relato de colonos, em que destacavam o temor causado por feitores.²⁴²

Como foi mencionado no capítulo anterior, greves e manifestações em fazendas ocorriam como forma de requisição de direitos. Os Japoneses, ao contrário do que

²⁴² HANDA, T. *O Imigrante Japonês: história de sua vida no Brasil* São Paulo: T. A. Queiroz, 1987. p.143; NOGUEIRA, *A imigração Japonesa na história contemporânea do Brasil*, São Paulo: Massao Ohno, 1984. , p. 156

esperavam os fazendeiros, não foram exceção. Assim como outros imigrantes, os nipônicos apresentavam formas de resistência bastante desafiadoras. Mas os fazendeiros paulistas não erraram sozinhos, manifestações de descontentamento por parte dos nipônicos não ocorrem apenas no Brasil, mas também em diversos locais que receberam estes imigrantes. No começo do século XX protestos ou mesmo greves por parte dos japoneses contra condições de trabalho e exploração foram registradas no Havaí, Peru e México, havendo casos, como o mexicano, em que foram reprimidos com auxílio de tropas do exército.

Quando a resistência declarada era inviável, fugas ou mobilidade buscando melhores condições representaram uma alternativa bastante viável. Mais freqüente que protestos ou greves, localidades como México, Peru, Havaí e São Paulo apresentaram em comum a mobilidade do japonês como estratégia de resistência. Vários autores identificaram esta reação, em particular, como resposta a contratos em plantações²⁴³. Fugir das fazendas não foi, portanto, uma atitude exclusiva dos japoneses em São Paulo.

Mesmo que seja possível observar um padrão por parte dos trabalhadores nipônicos no estrangeiro, afastar-se de situações desvantajosas ou ameaçadoras dificilmente poderia ser reclamado como uma atitude exclusiva deste grupo ou de qualquer nacionalidade. Entretanto esta é uma das características da resistência do cotidiano, uma vez que se trata de uma estratégia que não pode ser monopolizada, baseia-se no interesse do próprio subordinado, não requer coordenação ou mesmo alto grau de compreensão mútua. Ainda assim, apresentavam a potencialidade de causar problemas para governo e fazendeiros,

²⁴³ TAKENAKA, Ayumi. "The Japanese in Peru: History of Immigration, Settlement, and Racialization", *Latin American Perspectives* 31, no. 3 (May 2004), pp83-4; MASTERSON, Daniel M.; Funada -Classen Sayaka.), *The Japanese in Latin America: The Asian American Experience*. Urbana, Illinois: University of Illinois Press, 2004, p 31, 37; MORIYAMA, Alan Takeo, *Imingaiasha : Japanese emigration companies and Hawaii, 1894-1908*, Honolulu: University of Hawaii Press, 1985.

especialmente quando utilizado por diversas nacionalidades.²⁴⁴ Também aqui há outro indício da resistência do cotidiano, uma vez que, segundo Scott, a resistência do cotidiano requer pouca ou nenhuma interação e pouca sofisticação, sendo compreendido com facilidade por pessoas das classes baixas.

Ao acompanhar a seção de imigração dos relatórios da secretaria de agricultura, é perceptível a preocupação tanto com o número de entradas quanto com o contingente de saídas. Os anos que apresentavam saídas altas como 1904, 1907, 1915 tinham sérias conseqüências para os cafeicultores, dada a diminuição da oferta de mão-de-obra dentro do estado e conseqüente elevação de salários, o que também dificultava o trabalho da Agência Oficial de Colocação. Esta agência, que trabalhava recebendo pedidos por colonos a serem contratados, distribuía os trabalhadores de acordo a necessidade de cada região bem como realocava desempregados e ex-colonos para o sistema cafeeiro quando necessário. Alguns autores chegam a afirmar que qualquer imigrante que saísse do sistema cafeeiro era considerado uma falha.²⁴⁵

Assim como pessoas de outras nacionalidades, os japoneses que se afastavam da lavoura colocavam empecilhos aos interesses dos fazendeiros. Tais atitudes apresentavam resultados sérios, uma vez que um dos motivos para a primeira interrupção da imigração nipônica foi a alegação de sua instabilidade, conforme registrado pelo secretário da agricultura em 1914, ano que foi suspensa o subsídios a esses orientais:

Os ensaios de introdução de imigrantes de outras procedências não autorizam ainda conclusões favoráveis à sua continuação.

Da experiência com a introdução de colonos malteses e sírios, nenhuma vantagem auferiu a lavoura, à qual os primeiros não se adaptaram, nem tão pouco às indústrias urbanas, o que nos forçou a repatriá-los quase na sua

²⁴⁴ SCOTT, James C, op cit, p. 28-30

²⁴⁵ HOLLOWAY, Thomas, *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*, Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984. p. 61

totalidade. Quanto aos últimos revelaram-se completamente inaptos para serviços rurais.

Do mesmo modo os elementos provenientes do Japão, com quanto trabalhadores sóbrios, parecem-nos pouco apropriados às exigências da grande lavoura. Em diversas levas entraram já no Estado mais de oito mil japoneses, sendo que, das duas primeiras chegadas, mas de 40% dos imigrantes abandonaram os seus contratos de locação, antes de expirado o prazo de um ano neles estipulados. É evidente a preferência desses imigrantes pelos serviços da cidade, em detrimento dos da lavoura para os quais foram introduzidos.²⁴⁶

A falha no sistema imigratório implicava em desvantagens reais para os fazendeiros, sendo o mais evidente a alta de salários. O assunto por vezes tornava-se crítico, como quando a suspensão de 1914 foi rapidamente revogada, pois havia dificuldades de entrada e colocação de imigrantes nas lavouras por conta da Primeira Guerra Mundial. Como foi expressa em um artigo do Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, a situação fazia com que fosse necessário aceitar a imigração japonesa mesmo com alguns maus resultados das primeiras levas, pois tal movimento migratório era “a única super-imigração possível nos dias que correm”.²⁴⁷

A busca por novas opções após o desembarque parecia incomodar bastante os fazendeiros e os membros do governo. Em 1907, ano anterior à chegada dos japoneses e ano que registrou alto índice de saídas das fazendas e do país, o autor do relatório da secretaria da agricultura informava que tal evasão devia-se à busca por maiores salários e condições, em especial nas Repúblicas do Prata e que,

“por intuits menos confessáveis [que não o lucro], se desenvolveu por meio de panfletos e outros impressos, saídos de tipografias de folhas anarquistas, nos quais o êxodo era aconselhado aos colonos como um remédio contra os pretendidos maus tratos e falta de garantias nas fazendas de café”²⁴⁸

²⁴⁶ BARROS, Paulo Moraes de, *Relatório da Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo*, apresentado ao Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães, vice presidente do estado em exercício pelo Dr. Paulo de Moraes Barros secretario do Estado, Annos de 1912-1913, São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild, 1914

²⁴⁷ “Emigração inter-regional para as colheitas” BDET, ano VI, n23, segundo trimestre de 1917, p 281

²⁴⁸ RSASP 1907 p. XIX

Provavelmente um dos panfletos anarquistas mencionado se referia ao *Contra a Imigração*, um opúsculo de 1906 de autoria de Orestes Ristori, militante toscano e membro do jornal anarquista *La Battaglia*. É difícil precisar qual a extensão da influência destas publicações, mas mesmo que houvesse certa dose de paranóia, a situação indica que o assunto das saídas da lavoura era uma temática sensível, sendo reconhecido mesmo pela imprensa operária.

Entretanto, mesmo a troca de fazendas por parte dos colonos que conseguiam melhores condições em outros estabelecimentos não era vista com bons olhos e com frequência gerava disputas que eram levadas para serem julgadas junto ao Patronato Agrícola. Como é possível ler nos Relatórios da Secretaria de Agricultura, muitas das disputas ocorriam na verdade entre fazendeiros, quando eram feitas acusações de aliciamento de colono.

Para os colonos, as vantagens de se usar o poder e influência de um fazendeiro contra outro são evidentes. Enquanto a evasão poderia ter seus riscos, fugir para outro estabelecimento agrícola garantia certa proteção dada à situação que criava conflito de interesses entre cafeicultores. Uma estratégia que, ao contrário da tese de alienação dos colonos, demonstrava uma capacidade de compreensão da situação na lavoura e uma boa habilidade de se jogar com interesses dos poderosos. Uma situação típica foi relatada por Yonosuke Yamada na obra *Burajiru wo chokushi shite* (Encarando o Brasil) de 1924 e citada por Hiroshi Saito:

No caso do colono nipônico a fuga sorrateira à noite não foi um ato condenável; tinha sentido diferente. Certas circunstâncias obrigavam-no a se retirar, mas antes disso tentava entender-se com o administrador; contudo, muitas vezes, nem o agente da empresa de imigração queria aceitar seus argumentos e concordar com sua saída. O colono já estava obcecado com a idéia de abandoná-la o quanto antes... Nessa altura dos acontecimentos estabelecera

confabulações com mensageiros de outras fazendas e finalmente chegaram a um acordo. Marcavam a data e o local em que o emissário viria com caminhão ou carroça esperá-lo na calada da noite. Tendo assentado o plano, o colono aparentava grande calma durante o dia. Fingia ter decidido permanecer na fazenda... Durante a noite quando tudo estava em silêncio, a família partia veloz. Assim se realizava a fuga do colono ²⁴⁹

Nem todas as fugas significaram a troca de uma fazenda por outra, muitos optaram por se afastar da cafeicultura. Se afastar da zona rural era simples, mas as etapas seguintes dependiam de uma boa medida de conhecimento e sofisticação. As memórias de Riukiti Yamashiro, imigrante que desembarcou em Santos em 1912, oferecem uma visão da solidariedade entre imigrantes nipônicos ao partilharem informações entre si e como estes poderiam ter clareza sobre seus próprios interesses e optar pela retirada das fazendas, mesmo em casos em que esta não era o pior cenário de exploração possível:

O cafezal que nos coube tratar contava 300 mil pés de cafeeiros novos. Topografia regular, terra de boa qualidade. Era de fato uma boa fazenda. Eu estava decidido a ficar, cumprir o prazo contratual de dois anos. Não tinha nenhuma reclamação. Entretanto, desde logo, certas pessoas só pensavam em abandonar a fazenda. Buscavam um meio de escapar dela. Por isso, reclamavam com ou sem razão. Alguns chegavam a criar incidentes com a administração, irritando o fazendeiro e criando dificuldades para o intérprete. Tanto fizeram que em pouco tempo três famílias foram expulsas.

Na verdade, as pessoas que insistiam em fugir da fazenda haviam sido visitadas no porto de Santos por imigrantes conterrâneos da primeira leva (Kasato-maru). Os “veteranos” contaram que, trabalhando nas docas, ganhavam muito bem, pois já estavam remetendo dinheiro para Okinawa (o grande sonho de todos, ansiosos por resgatar dívidas e/ou ajudar parentes da terra natal). Depois dessa revelação, muitos só pensavam em fugir para Santos. Não levavam a sério o contrato nem trabalho da fazenda, com pensamento voltado para o momento da evasão. ²⁵⁰

Riutiki fugiu da fazenda juntamente com outros okinawanos. Depois de deixar a fazenda, Riutiki e os outros membros da fazenda se dirigiram a São Paulo e posteriormente a Santos. Tanto no processo de fuga quanto no estabelecimento em novas localidades,

²⁴⁹ YAMADA, yonosuke, Brasil wo chokushi shite (1924) apud SAITO, Hiroshi. *O Japonês no Brasil. Estudo de Mobilidade e Fixação*. São Paulo, Editora “Sociologia e Política”, 1961, p 124

²⁵⁰ YAMASHIRO, José, op cit , p. 31, itálico adicionado.

chama atenção o fato de que diversas vezes é relatado o auxílio de imigrantes japoneses (muitas vezes conterrâneos de Okinawa) vindos em alguma das três levadas anteriores ao desembarque da família Yamashiro e que também haviam fugido de fazendas.

Os contatos foram especialmente úteis para obtenção de empregos para as pessoas da família; a irmã de Riutiki passou a ser empregada doméstica e o próprio Riutiki se dedicou à estiva no porto de Santos e à construção de estradas de ferro – em ambos os casos ao lado de outros japoneses. Em determinados momentos optou por trocar de emprego. Tentou empregar-se nas indústrias em Santos e São Paulo, mas segundo o relato sem sucesso, pois não se aceitavam empregados sem referências, situação que, em parte, ajuda a explicar a importância de redes étnicas no auxílio de ocupação de postos de trabalhos.

Japoneses trabalhando na indústria bem como em outras ocupações na capital não foram casos completamente atípicos mesmo para as primeiras levadas, isto é, as chegadas até a primeira interrupção em 1914. Em 1912, artigos de um jornal de Osaka relatavam que era possível encontrar casas partilhadas por diversas famílias nipônicas nos bairros operários como Mooca ou Brás. Segundo a notícia, as japonesas trabalhavam em indústrias de fiação de italianos, como copeiras e serviçais, enquanto os homens trabalhavam em indústrias de alimentos, como marceneiros ou mesmo na construção civil. Na década de 1920 vários eram encontrados dirigindo táxi.²⁵¹

Mesmo após as fugas alguns dos japoneses retornavam para os cafezais, às vezes por desespero, às vezes por salários ou outros benefícios maiores. A própria família Yamashiro acabou retornando para uma fazenda poucos anos mais tarde, quando recebeu boas referências da fazenda Canaã por nipônicos da primeira leva. A motivação principal para o retorno ao sistema cafeeiro parece ter sido o salário, uma vez que é relatado que a

²⁵¹ Osaka Shimbun 9/10/1912 e 28/09/1912, LONE, op. cit.

família realizava trabalhos no cafezal inclusive em dias de descanso, o que tinha que ser feito escondido de outros empregados. O trato de cafezais aos domingos e dias de descanso permitiam a ampliação das áreas tratadas e, logo, gerava rendas extras. Porém, a prática de desrespeito aos dias de descanso era mal vista por outros empregados e, segundo o relato, poderia gerar punições pelos “demais colonos”. Yamashiro não especifica se os demais colonos seriam japoneses, europeus ou ambos, tão pouco especifica qual seria a penalização, entretanto, fica claro alguma concepção comum de normas aceitáveis ou não entre os colonos.

Dos relatos da família Yamashiro em ambas as fazendas em que trabalharam, fica expresso que havia imigrantes europeus; interações com espanhóis são citadas algumas vezes, entretanto não há indícios de grandes disputas.²⁵² No geral, a bibliografia contendo relatos segue a mesma linha. Trabalhos de memorialistas como Tomoo Handa dificilmente expressam disputas que terminaram em violência. Contudo, pequenos incidentes por desentendimentos lingüísticos e culturais são comuns em documentos e relatos de segunda mão. Assim como existem alguma documentação sobre favorecimentos étnicos em ambos os lados, japoneses intercedendo por conterrâneos (sobretudo com afinidades regionais) e europeus (normalmente na posição administradores ou fiscais de fazendas) designando melhores lotes e serviços para compatriotas.

Alguns casos beiraram a violência física, mas a concretização de conflitos parece ter sido exceção. Um exemplo é o episódio ocorrido em 1911 e protagonizado por imigrantes da segunda leva. O incidente ocorreu quando japoneses, já irritados com um fiscal italiano que favorecia seus patrícios, decidiram tomar satisfação sobre erros contidos em suas cadernetas de serviços. A movimentação de um grupo de japoneses incumbido de

²⁵² YAMASHIRO, José, op cit .

questionar o fiscal alertou aos outros colonos italianos. Julgando que o fiscal estaria sob ameaça, os italianos se armaram de improviso e vieram em defesa de seu contrerrâneo.²⁵³ O episódio é citado por Handa e baseia-se em um relatório da legação japonesa e não esclarece como se resolveu a disputa, entretanto, fica registrado que não houve conseqüências maiores. Pelo menos para os primeiros anos da imigração nipônica não há grandes indícios de que conflitos terminassem em finais sangrentos ou mesmo mais deploráveis, como ataque de turbas ou mesmo linchamentos de orientais, como aconteceu em países como Peru e EUA.²⁵⁴

De fato, nas fazendas houve indícios de uma vida minimamente civilizada entre japoneses e demais colonos, com existência de pequenas trocas comerciais e episódios de solidariedade. Em memórias e relatos, referências a pratos preparados à maneira de europeus ou brasileiros são recorrentes e, em menor freqüência, referências a japoneses recebendo de outros colonos lições no preparo de alimentos locais, uso de farinha de milho, preparo de bacalhau à moda portuguesa, consumo de mandioca, e do próprio café que era desconhecido das classes baixas no Japão. O mesmo ocorre em momentos de socorro médico simples, que poderiam ser resolvidos com receitas de remédios caseiros (uso de vinho quinado, ervas locais, simpatias e etc) e auxílio de parteiras.

O mesmo parece acontecer nas cidades. Certamente existiram discriminações e episódios de preconceito, mas também indícios de um convívio de trabalhadores. Manifestações de preconceito, mas também de solidariedade por parte imprensa em língua italiana para com os nipônicos foi notada por Federico Croci, sendo que a solidariedade foi

²⁵³ O trecho é citado por HANDA, T. op cit p. 68-69

²⁵⁴ Sobre ataques de Orientais ver: “The Wyoming Massacre, White Miners determined to drive out the chinese”, *New York Times*, 6 setembro de 1885; WALDRON, C. A. ““Lynch-law Must Go!”: Race, Citizenship, and the Other in an American Coal Mining Town” *Journal of American Ethnic History*, Vol. 20, No. 1, 2000 DANIELS, Roger, *Asian America: Chinese and Japanese in the United States since 1850*, Seattle and London: University of Washington Press, 1995. p. 62-3, 120; TAKENAKA, A. op cit p.92-3.

mais acentuada na imprensa operária.²⁵⁵ Outras demonstrações não tão cordiais também ocorreram. Como na ocasião em que um estivador capoeirista e um lutador de jiu-jítsu disputaram em um ringue popular a consagração de melhor técnica de luta, episódio que sugere interação entre as pessoas que se resolveu dentro do ringue e não em brigas nas ruas²⁵⁶. Situação ainda mais significativa e mais violento deu-se quando o policial Augusto Jansen Fomm, sentindo sua autoridade desacatada, esfaqueou um estudante quando este proferiu um escárnio não contra sua pessoa, mas contra um japonês também oficial, indicando uma sensibilidade de identidade de profissão maior que diferenças étnicas.²⁵⁷

Não se pretende minimizar as situações de preconceito, apenas destacar que é arriscado atribuir preconceito sem que seja levantado o contexto em que ocorreram. Do contrário, torna-se problemático interpretar as situações encontradas na cidade e no campo que contrastam com preconceito e discriminações, como casos de solidariedades. Tal panorama, que oscila entre aversão e cooperação (ou pelo menos convivência) entre grupos, parece estar de acordo com a historiografia que tende a identificar xenofobias e preconceitos como fatores secundários entre trabalhadores, sendo que os piores episódios de conflito costumam ser restritos a situações conjunturais, competição pelo mercado de trabalho e momentos de explosão de nacionalismo.²⁵⁸

Entretanto a violência não era exclusividade de classes baixas, a agressão praticada por fazendeiros e administradores contra colonos, independente de etnias, era notória. Em

²⁵⁵ CROCI, Federico, “A invasão nipônica: A imagem do imigrante japonês na comunidade italiana – solidariedade, rejeição e conflito” in TUCCI CARNEIRO, M. L.; TAKEUCHI, M. Y. (orgs) *Imigrantes japoneses no Brasil* Trajetória, Imaginário e Memória 304-305 São Paulo: Edusp, 2011.

²⁵⁶ “A capoeiragem vencedora do jiu-jutsu”, *Revista Careta*, 29 de maio de 1909; *Folha da Noite*, 15/01/1924. p. 5

²⁵⁷ *O Estado de S. Paulo* 08/01/1918

²⁵⁸ BATALHA, Cláudio H. M. Batalha, “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (orgs.). *O Brasil Republicano O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, v. 1

estudos sobre colonos italianos não é difícil encontrar episódios de violência física ou mesmo sexual. Os japoneses não parecem ter sofrido de destino muito diferente. Apesar de ser possível notar algumas melhoras em meados da década de 1910, uma década depois ainda ocorriam situações de abusos por parte de grandes proprietários.

Em 1923, por exemplo, um delegado de Botucatu julgou necessário solicitar auxílio e proteção para dez famílias de japoneses do município de Santo Anastácio que vinham sofrendo ameaças. O delegado solicitava a intervenção do Patronato Agrícola (órgão de defesa dos interesses dos trabalhadores) para resolver a situação e para a proteção dos nipônicos. A solicitação se baseava nos levantamentos de que os japoneses eram homens “ordeiros, trabalhadores e progressistas” que adquiriram títulos de boa fé, mas que se viram “envolvidos na complicada questão de terras [local]” com a Companhia dos Fazendeiros de São Paulo. Ainda segundo o autor da solicitação, os nipônicos se encontravam em situação precária e vinham sofrendo pressões injustas e violentas por parte da companhia. O delegado previa ainda que se nada fosse feito a situação seria, “como de praxe”, resolvida à mão armada e sem processo judicial.²⁵⁹

Tal tipo de episódio, em que membros da classe dominante fazem uso mesmo de violência não estatal (uso de capangas, turbas armadas, pistoleiros) talvez ajude a entender porque fugas ou troca de localidades eram preferidas pelos colonos à resistência direta. Apesar de a cooperação entre colonos europeus e asiáticos não parecer impossível, os riscos oferecidos por capangas, força pública, ou mesmo repressão não violentas, como expulsão de estrangeiros e listas negras, estimulavam resistências menos declaradas.

²⁵⁹ Pasta da Secretaria da Agricultura, n 527, ordem 7566, caixa 349, 24 de julho de 1923, Interessado: Secretaria da Justiça, “Assunto: Enviando officio do sub-delegado de S. Anastácio, relativamente a situação precária em que se encontram diversas famílias de japoneses da Fazenda ‘Vae-Vem’”, AESP.

A mobilidade acabou por ser a opção para vários imigrantes japoneses que se sentiam insatisfeitos, uma vez que uma porcentagem expressiva fugia antes mesmo do final do contrato. Mas, de fato, nem todos optaram pelo afastamento das zonas cafeeiras, uma grande quantidade ficou e se dedicou ao cumprimento dos contratos em fazendas que julgavam promissoras. Como constatou Hiroshi Saito, não é difícil encontrar casos de permanências longas, com famílias completando vários anos na mesma fazenda. Entretanto, a mobilidade nunca deixou de ser uma opção viável e bastante popular – ao ponto que as escapadas na calada da noite começaram a adquirir certo tom lírico. Cenas de caminhadas em meio à escuridão para evitar capangas armados e colocados em prontidão por ocasião de suspeita de abandono de trabalho começaram a se tornar recorrentes em memórias e na literatura.²⁶⁰ É comum encontrar este tipo de registro na cultura de imigrantes, mesmo em forma de poesias haikai:

Yúzare-ya kokage ni naite kôhii mogi
(Anoitecer: à sombra d'árvore choro colhendo café)

Yo nige seshi imin omou-ya kareno hoshi
(Penso no migrante que fugiu; estrela luz em prado seco)²⁶¹

Tal haikai é de autoria de Hyôkotsu, pseudônimo de Shuhei Uetsuka. Uetsuka foi um dos patronos da imigração japonesa, trabalhou como funcionário da primeira Companhia Imperial de Imigração, a primeira companhia a trazer os nipônicos, e praticamente faliu junto com a empresa. Apesar de não ser um imigrante que se dirigiu para as fazendas de café, ele sempre manteve contato com os colonos e conhecia bem a

²⁶⁰ OKUBARO, Jorge *O sudito : banzai, massateru!* São Paulo, SP: Editora Terceiro Nome, 2006. P 92-4. DAIGO, Masao *A mata das ilusões –Mori no yume*, São Paulo: Aliança Cultural Brasil Japão, 1997 p52; IKEOKA, Maria C. Missako, *Banzai Brasil! Banzai Japão! História de seis gerações*; Santos, SP : Editora Espaço do Autor, 2008

²⁶¹ UESTSUKA, Shuhei, Burajiru imin no chichi Uetsuka Shuhei (Hyôkotsu) no Haiku. Transcrição e tradução em: Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil, *Uma Epopeia moderna : 80 anos da imigração japonesa no Brasil*, São Paulo: HUCITEC: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992. p. 73

realidade dos trabalhadores. De modo sugestivo, esses versos em haikai estão nas seções do livro intituladas “revolta imigrante” e “Preocupação por outro fugitivo”.

As fugas adquiriram um significado especial ao ponto de receber menções em expressões culturais de membros da primeira geração e seus descendentes. Situação que sugere que escapadas e debandadas tinham importância destacada na medida em que passavam a expressar não apenas uma atividade cotidiana, mas também os interesses dos próprios imigrantes em contraposição aos interesses dos fazendeiros; ou seja, uma forma de resistência contra situações impostas.

Entretanto, para Hiroshi Saito, a mobilidade espacial não era apenas uma forma de resistência direta a maus tratos e situações desvantajosas, mas integraram também interesses mais complexos e menos imediatistas, como ganhos econômicos e ascensão social.²⁶² Em um artigo o autor chega a propor uma correlação consciente entre as escolhas de mudanças espaciais dos imigrantes e seu abandono das classes baixas. De fato, autores que estudaram os japoneses no Brasil identificaram a mobilidade dos nipônicos após sua chegada como característica acentuada.²⁶³ Vários autores identificaram também que japoneses tiveram um relativo sucesso. Entretanto, parece haver um problema em se associar indiscriminadamente a mobilidade espacial e ascensão social. Enquanto a troca de localidade pode expressar descontentamento e interesses imediatos (maiores salários na fazenda vizinha, outras opções de emprego, busca de melhores condições de vida e etc), associá-la a um plano bem definido de ascender economicamente pode ser um passo precipitado e ligeiramente teleológico.

²⁶² SAITO, H. op cit, 1961, em especial cap. V e VI.

²⁶³ Sobre mobilidade social, além de Hiroshi Saito, ver também CARDOSO, Ruth Correa Leite, *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo: Primus Comunicação*, 1995

Ao analisar uma pesquisa com cerca de mil imigrantes japoneses que entraram nos Estados Unidos, John Modell contesta a idéia de que imigrantes vieram estritamente por objetivos econômicos. Segundo a pesquisa, apenas um terço alegava que motivo da vinda havia sido obter sucesso econômico. Ainda segundo o pesquisador, quando perguntado o significado de sucesso econômico, as respostas com frequência se adequavam mais a motivos não econômicos: capacidade de se criar uma família de maneira sadia e moral; viver de maneira autônoma, sem necessidade de recorrer a terceiros; e considerar-se satisfeito com sua vida.²⁶⁴

Analisando-se imigrantes que fugiram ou trocam de localidade por um recorte cronológico longo, é possível identificar que algumas opções tomadas a fim de se evitar situações desvantajosas acabaram por auxiliar em sua mobilidade social; entretanto, considerando-se também os apontamentos de Modell e momentos de instabilidade econômica nos anos seguintes à entrada de nipônicos, parece razoável supor que esta ascensão para classes médias não era parte de um plano bem definido desde a saída do arquipélago. Para o período inicial da vinda de trabalhadores, parece mais explicativo separar a ascensão dos japoneses (que se acentua décadas mais tarde) de uma mobilidade espacial que foi notada por vários autores desde os momentos iniciais.

Dentre os autores que notaram a movimentação dos imigrantes temos, por exemplo, Francisca Isabel Schurig Vieira. Esta autora se dedicou a estudar os japoneses que se dirigiram para frentes de expansão agrícola, localizadas em Marília e região da Alta Paulista. Vieira pesquisou como os japoneses se adaptaram a uma zona agrícola pioneira, uma localidade com dinâmicas sócio-econômicas particulares. Como já foi mencionado,

²⁶⁴ MODELL, John, "The Japanese American Family: A Perspective for Future Investigations", *Pacific Historical Review*, Vol. 37, No. 1, Feb., 1968

temos também Hiroshi Saito que estudou tal tema. Apesar da presente dissertação não concordar totalmente com suas interpretações, de mobilidade visando ascensão social, é inegavelmente que Saito é o pesquisador que melhor abordou o tema da mobilidade espacial dos japoneses.²⁶⁵

Segundo Saito, os japoneses do período 1908-1930 que se dirigiram para as fazendas de café poderiam ser genericamente identificados como aqueles que se dedicaram a trabalhos como colonos, passando para ocupações diversas (contratados para abertura de novos cafezais, pesca, construção de estrada de ferro, trabalhos na estiva, empregados domésticos) e, finalmente, para proprietários ou arrendatários de pequenas propriedades.²⁶⁶ Segundo o autor, os japoneses trocavam de residência em média a cada dois anos, sendo que mesmo aqueles já estáveis e com propriedades tinham uma experiência prévia de quatro a seis mudanças.²⁶⁷

Ao retomarmos tais dados não se pretende construir um “imigrante médio”, ao contrário, pretende-se ressaltar que interesses subjetivos eram partilhados por diversos japoneses, ao ponto de ser possível identificar um padrão que na verdade se expressava através de atitudes comuns. Sair das fazendas consideradas inadequadas ou mesmo se afastar da grande lavoura não foi exclusivo aos nipônicos, mas muitos pesquisadores identificaram esta como uma primeira iniciativa deste grupo. Atitude que procuramos evidenciar é como a resistência a uma dada situação de exploração acabou se concretizando e foi registrada em termos próprios da cultura dos imigrantes japoneses.

²⁶⁵ VIEIRA, Francisca Isabel Schurig *O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília*, São Paulo: Pioneira: 1973. SAITO, Hiroshi. *O Japonês no Brasil. Estudo de Mobilidade e Fixação*. São Paulo, Editora “Sociologia e Política”, 1961; SAITO, Hiroshi “Mobilidade e assimilação de Imigrantes Japoneses” (1956) in SAITO, H.; MAEYAMA, T. op cit, 1973

²⁶⁶ SAITO, H. op cit, 1961, em especial cap. V e VI.

²⁶⁷ SAITO, H., MAEYAMA, T. op cit, 1973, pp. 470-1.

Ao longo do período de subsídio 1908-1922, chega a ser surpreendente a inversão dos fatos; para os fazendeiros a imigração nipônica significou manutenção do sistema de trabalho, para os japoneses a imigração subsidiada foi o surgimento de mais uma alternativa para deixar uma situação precária no Japão. O resultado foi uma condição dúbia, em que os desembarcados entre 1908-1923 se aproveitaram da atitude coletiva de fazendeiros de suprimir o preconceito para promover a sua chegada a São Paulo. Aqueles que chegavam seriam, portanto, trabalhadores que deveriam promover a manutenção das premissas do sistema imigratório paulista: super saturação de mão-de-obra para reduzir salários e minimizar a capacidade de barganha dos trabalhadores. Entretanto, ao saírem dos cafezais ou buscarem melhores salários, os japoneses minavam o propósito principal da imigração e frustravam os grandes proprietários. Em tal atitude, os nipônicos mostravam autonomia, talvez limitada ou condicionada, mas ainda sim, eles deixavam claro que não eram apenas “braços para o café”.

Mesmo em situações condicionadas por políticas governamentais e interesses de classes dominantes, os migrantes conseguiam encontrar interesses próprios. Eles tornavam-se pessoas que reiteravam sua capacidade de expressar seus objetivos e tentar viver da melhor forma que podiam. A situação não deixa de ter certa justiça poética, uma vez que para aqueles que queriam controlar a movimentação de pessoas – emigração, imigração e colocação de trabalhadores – as fugas e reemigração podem ser interpretadas como uma forma resistência das classes baixas.

Referências

Arquivos e bibliotecas consultadas

- Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP, Campinas/SP.
- Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa de São Paulo – São Paulo/SP.
- Arquivo Público do Estado de São Paulo São Paulo/SP
- Biblioteca do Centro de Memória da UNICAMP - Campinas/SP.
- Biblioteca da Faculdade de Direito- USP, São Paulo/SP.
- Biblioteca do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) - Campinas/SP.
- Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, Campinas/SP.
- Biblioteca do Museu do Imigrante – São Paulo/SP.
- Biblioteca da Universidade Keio – Minato-ku, Tóquio.

Bibliografia

ARAÚJO, Vicente de Paula Salões, *Circos e Cinemas de São Paulo*, São Paulo: Editora perspectiva, 1981.

BARTH, Fredrik.. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. in Poutingnat, P. & Streiff-Fenart, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: ed. UNESP, 1997.

BATALHA, Cláudio H. M. Batalha, “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.). *O Brasil Republicano O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*, v. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BENNETT, Neville, “Japanese Emigration Policy” in INGLIS, C, et al [Ed.] *Asians in Australia: The Dynamics of Migration and Settlement*, Singapore: Institute of South east Asian Studies, 1992

BIONDI, Luigi. "Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista La Battaglia e a sua visão da sociedade brasileira : o embate entre imaginários libertários etnocêntricos" *Cadernos AEL* 8/9, 1998.

BIONDI, Luigi. “Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos italianos em São Paulo do início do século XX e suas relações com as associações patricias e o nascente sindicalismo”, in: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXVI, n° 1, p. 131-162, julho 2000.

_____. *Entre Associações étnicas e de classe: os Processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)* Tese de Doutorado em História, Unicamp, Campinas, 2002.

- BORIS [org], *Fazer a América*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- CARDOSO, Ruth Correa Leite, *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*: Primus Comunicação, 1995
- CONGRESSO AGRÍCOLA. *Anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878*. (Edição fac-similar: Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1878)Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, *Uma Epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*, São Paulo: HUCITEC: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.
- CONRAD, Robert “The Planter Class and the Debate Over Chinese Immigration to Brazil, 1850-1893”, *Internacional Migration Review*, vol 9, n° 1, 1975.
- CORRÊA, Mariza, *As Ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*, Bragança Paulista: Edusf, 1998.
- DAIGO, Masao A mata das ilusões –Mori no yume, São Paulo: Aliança Cultural Brasil Japão, 1997.
- DANIELS, Roger., *Asian America: Chinese and Japanese in the United States since 1850* Seattle and London: University of Washington Press, 1995
- DEZEM, Rogério. *Matizes do "amarelo": a gênese dos discursos sobre os Orientais no Brasil (1878-1908)*, São Paulo: Humanitas, 2005..
- DIWAN, Pietra: *Raça Pura. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.
- DUDDEN, A. Japan’s colonization of Korea, Honolulu: university of Hawaii press, 2005.
- ENDO, T. *Exporting Japan: politics of emigration toward Latin America Urbana* : University of Illinois Press, 2009.
- FRANZINA, E. *A Grande Emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*,campinas: Editora da UNICAMP, 2006,
- GEISEN, Thomas, HICKEY, Anthony A., KARCHER,Allen (eds.). *Migration, mobility, and borders : issues of theory and policy*, Frankfurt am Main : IKO - Verlag für interkulturelle Kommunikation, 2004.
- GERALDO, Endrica, *O “perigo alienígena”*: política imigratória e pensamento racial no Governo Vargas (1930-1945), tese de doutorado, Campinas, Unicamp, 2007.

GULICK, Sidney L., *Evolution of the Japanese*, social and psychic New York : F. H. Revell Company, 1903.

HALL, Michael M. “Os fazendeiros Paulistas e a Imigração” in TEIXEIRA, Fernando et al *República, Liberalismo, Cidadania*, Piracicaba: UNIMEP, 2003.

HALL, Michael “strikes by coffee plantation workers in the brazilian first republic, 1889-1930”, primeiro colóquio internacional “greves e conflitos sociais no século xx”, universidade nova de Lisboa, 17-19 de março de 2011.

HALL, M. “Reformadores de Classe Média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração”, *Revista de História*, vol 53, nº 105, 1976.

HALL, Michael M. “Imigrantes na cidade de São Paulo”, in PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo*. A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3.

_____. “O movimento operário na Cidade de São Paulo: 1890-1954”. In: in PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo*. A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3

HANDA, T. *Memórias de um Imigrante Japonês no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

HANDA, T. *O Imigrante japonês: História de sua vida no Brasil*, T.A. Queiroz, 1987.

HANDA, T. *Cronologia da Imigração japonesa no Brasil*, São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, mimeo, 2002.

HANE, M. *Peasants, Rebels, Women and Outcasts The Underside Of Modern Japan*, Maryland: Rowman & Littlefield publishers 2003(1982) .

HOBBSAWM, Eric *Nations and nationalism since 1780*, Cambridge ; New York : Cambridge University Press, 1990

HOERDER, Dirk *Cultures in contact: world migrations in the second millennium*, Durham: Duke University Press, 2002.

HOLLOWAY, Thomas H., *The Brazilian Coffee Valorization of 1906: Regional Politics and Economic Dependence*, Madison, Wisconsin, The Society Press of the State Historical Society of Wisconsin, 1975.

HOLLOWAY, Thomas, *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*, Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984.

HUNTER, Janet E., *The Emergence of Modern Japan: An introductory History since 1853*, New York e London: Longman Publishing, 1989

IKEOKA, Maria C. Missako, *Banzai Brasil! Banzai Japão! História de seis gerações*; Santos, SP : Editora Espaço do Autor, 2008

JANSEN, Marius B. *The Making of Modern Japan* Cambridge: Harvard university press 2000.

LAMOUNIER, Maria L. *Da Escravidão ao Trabalho Livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas: Papirus, 1988.

LEÃO, Valdermar . C. *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934): contornos diplomáticos*, Brasília, DF: IPRI, 1990.

LESSER, Jeffrey A *Negociação da Identidade Nacional: imigrantes minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*, São Paulo: Editora Unesp, 2001

_____. "Review: Stewart Lone. *The Japanese Community in Brazil, 1908-1940: Between Samurai and Carnival*" *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 83, No. 2 (May, 2003).

LIMA, Oliveira, *No Japão: impressões da terra e da gente*, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife: Laemert, 1903

LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Markus, *A hidra de muitas cabeças*, São Paulo, Cia. das Letras, 2008

LONE, Stewart *The Japanese Community in Brazil, 1908-1940: Between Samurai and Carnival*, New York: Palgrave, 2001.

MAEYAMA, Takashi. "Ancestor, emperor & immigrant: religion & group identification of the Japanese in rural Brazil (1908-1950)" *Journal of Inter-American Studies*, v. 14, n 2, 1972.

_____. *Familialization of the unfamiliar world: the familia, networks, and groups in a Brazilian city*, tese de doutorado, Cornell University, Latin American Studies Program (Ithaca, N.Y), 1975

_____. "Ethnicity, secret societies & associations: the Japanese in Brazil" *Comparative Studies in Society & History*, n 21, 1979.

MASTERSON, Daniel M.; Funada -Classen Sayaka. *The Japanese in Latin America: The Asian American Experience*. Urbana, Illinois: University of Illinois Press, 2004

MARX, K. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*, Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1997

MENDONÇA, Salvador Meneses Drummond Furtado de. *Trabalhadores asiaticos*. New York: Typ. do Novo Mundo, 1879

MODELL, John, “The Japanese American Family: A Perspective for Future Investigations”, *Pacific Historical Review*, Vol. 37, No. 1, Feb., 1968

MONSMA, Karl, “James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica,” *BIB—Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 49, 1.º semestre de 2000.

MORIYAMA, Alan Takeo, *Imingaisha : Japanese emigration companies and Hawaii, 1894-1908*, Honolulu: University of Hawaii Press, 1985

MOYA, Jose C. “Review: Stewart Lone. The Japanese Community in Brazil, 1908-1940: Between Samurai and Carnival” *The American Historical Review*, Vol. 108, No. 3 (June 2003).

NABUCO Joaquim, *Discursos parlamentares/ Joaquim Nabuco* Brasília, DF : Câmara dos Deputados, 1983.

NIIYA, Brian *Japanese American history: An A-to-Z Reference from 1868 to the Present*. New York: Facts on File, 1993.

NOGUEIRA, Arlinda R., *Imigração Japonesa para a Lavoura cafeeira Paulista: 1908-1922*, São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1973

NOGUEIRA, Arlinda R., *Imigração japonesa na historia contemporânea do Brasil* São Paulo, SP: Massao Ohno, 1984.

NORMANO, J. F. “Japanese Emigration to Brazil”, *Pacific Affairs*, vol. 7, n° 1, 1934.

NORMANO, J. F e Gerbi, Antonello. *The Japanese in South America: an introductory survey with especial reference to Peru*, New York: International Secretariat Institute of Pacific Relations, 1943

NUCCI, Priscila. *Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil : textos e silêncios*, tese de doutoramento, Campinas: [s.n.], 2000.

OKUBARO, Jorge *O sudito : banzai, massateru!* São Paulo, SP: Editora Terceiro Nome, 2006.

PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. [orgs] *A Classe Operária no Brasil: Documentos 1889-1930* , Editora Alfa e Omega: São Paulo 1979.

PINHEIRO, P. S. & HALL, M. M., [orgs] *A Classe Operária no Brasil 1889-1930 – Documentos – condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o estado*, volume 2, São Paulo: Brasiliense, 1981

PINHEIRO, Xavier *Importação de trabalhadores chins: memória apresentada ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas e impressa por sua ordem.* Rio de Janeiro: Tip. de João Ignácio da Silva, 1869.

REZENDE, Tereza H. *Ryu Mizuno: Saga japonesa em terras brasileiras*, Curitiba SEEC, 1991

SAITO, Hiroshi *O Japonês no Brasil: estudos de mobilidade e fixação.* São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política, 1961;

SAITO, Hiroshi [org.], *A Presença Japonesa no Brasil*, São Paulo: T.A. Queiroz: Editora universidade de São Paulo, 1980

SAITO, H.; MAEYAMA, T [orgs]. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1973

SAKURAI, Célia, *Imigração tutelada: os japoneses no Brasil*, tese de doutoramento, Campinas, 2000.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, *Imigração - Inquérito promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura*, Rio de Janeiro: Villani e Barbero, 1926.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993;

SCOTT James C, *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven ; London: Yale University Press, 1985.

SMITH, Thomas C. *The Agrarian Origins of Modern Japan* Stanford University Press, 1959..

STEPAN, Nancy Leys, *The Hour of Eugenics: Race, Gender and Nation in Latin America*, Ithaca: Cornell University Press, 1991

STOLKE, Verena e HALL, Michael “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, n° 6, 1983

TAKENAKA, Ayumi. “The Japanese in Peru: History of Immigration, Settlement, and Racialization”, *Latin American Perspectives* 31, no. 3, 2004

TAKEUCHI, Márcia Yumi . *O perigo amarelo – Imagens do mito, realidade do preconceito*, Dissertação (mestrado), USP, 2004

TAUBER, Irene. “Family, Migration and Industrialization in Japan” *American Sociological Review*, Vol. 16, No. 2, 1951

TRENTO, Angelo, *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*, São Paulo, Nobel, 1989

THOMPSON, Edward P., *A Formação da Classe Operária Inglesa*, 3 vols, Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P *Senhores & caçadores : a origem da Lei Negra*, Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1997.

TOLEDO, Edilene . *Travessias Revolucionárias – Idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

TUCCI, Maria Luiza Carneiro; CROCI, Federico ; FRANZINA, Emilio *História do Trabalho e Histórias da Imigração: Trabalhadores Italianos e Sindicatos no Brasil* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010

TUCCI CARNEIRO, Maria .L., TAKEUCHI, Márcia .Y. [orgs] *Imigrantes Japoneses no Brasil – Trajetória, Imaginário e Memória*, São Paulo: Edusp, 2011.

TSUTSUI, William M. (Ed.) *A Companion to Japanese History*, Malden: Blackwell Publishing, 2007..

VAN SANT, John E., *Historical dictionary of United States–Japan relations*, Lanham: Scarecrow Press, 2007.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig *O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília*, São Paulo: Pioneira: 1973.

WHITE, James “Internal Migration in Prewar Japan” , *Journal of Japanese Studies*, Vol. 4, No. 1, 1978

YAMASHIRO, José, *Trajetória de duas vidas - Uma história da imigração e integração*, São Paulo: Cultura Editores Associados, 2001.